

Prefeitura Municipal de Curitiba

Secretaria Municipal da Educação

Escola Municipal Dona Lulu – Educação Infantil e Ensino Fundamental

Rua Milton Miramir Visinone nº. 04, Bairro Novo A – Sitio Cercado

Curitiba/ PR Tel / FAX: (41) 3289-4454 CEP: 81920-070

[em-donalulu@curitiba.org.br](mailto:em-donalulu@curitiba.org.br)

PROJETO PEDAGÓGICO

CURITIBA

2006

## SUMÁRIO

Mestre não é quem sempre  
ensina, mas quem, de repente, aprende.  
(Guimarães Rosa).

## 1. INTRODUÇÃO

O Projeto Pedagógico da Escola Municipal Dona Lulu – Educação Infantil e Educação Fundamental se caracteriza na busca de novas propostas e experiências educacionais, segundo o entendimento de que todos têm uma importante contribuição para um ensino de qualidade.

O desejo de alcançar uma sociedade mais justa inclui prioritariamente a educação das novas gerações. Só se consegue mudar um país se houver transformações profundas na educação básica através de um ensino de qualidade que assegure o pleno desenvolvimento do potencial da criança.

A educação de qualidade depende da escola ter um espaço vivo, flexível, dinâmico, que se relacione com o que se passa fora dele – os pais, a tecnologia, o meio ambiente, o comércio, a televisão, os museus, os postos de saúde e tudo o que faz parte da vida do aluno.

A contribuição fundamental que os Parâmetros Curriculares nacionais trouxe para o ensino, é a introdução dos valores e da prática da cidadania no dia-a-dia da escola. Questões fundamentais como respeito e solidariedade para com o outro, justiça social e diálogo serão exercitados com os alunos cidadãos.

Entendendo que tudo o que acontece no espaço escolar faz parte do processo educativo, portanto percebe-se a importância da escola na transmissão dos valores da cidadania em cada pequeno ato: quando se recebe alegremente a criança; quando se ensina não desperdiçar material; quando se promove o relacionamento democrático e respeitoso entre funcionários, professores e alunos. A razão de ser de tudo o que passa na escola é fazer com que os alunos aprendam muito e sempre.

Na Escola Municipal Dona Lulu - Educação Infantil e Ensino Fundamental, todos os envolvidos são os principais condutores nesse processo de mediação do saber social, dos conhecimentos, dos valores, das práticas, das tradições, dos ritos, dos mitos e de tudo o que permite uma convivência solidária e produtiva. Desta forma poderemos contribuir para tornar realidade o sonho de um país mais justo e com menos desigualdades.

A Escola precisa ao mesmo tempo ser sensível e ágil em relação às exigências de seu tempo sem, no entanto perder de vista o seu papel essencial que é proporcionar à sua clientela os instrumentos de acesso ao saber científico, acumulado historicamente.

É necessário buscar alcançar patamares de excelência através da melhoria global de resultados.

Numa perspectiva dinâmica, este Projeto deve ser entendido como um referencial a ser permanentemente objeto de reflexão, crítica e de ajustamentos, quando a realidade assim o indicar.

## 2. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE

Escola Municipal Dona Lulu –Educação Infantil e Ensino Fundamental

Rua: Milton Miramir Visinoni, 4 – Fone/Fax:(41)3289 4454

Bairro Novo “A” – Sítio Cercado – Curitiba – Paraná

E-mail: em-donalulu@curitiba.org.br

Diretora: Vanessa Alexandra Pereira

Vice Diretora: Miriam de Cássia Heinz Rodrigues

Coordenadora: Marcia Ferreira de Freitas

Pedagogas: Andreia Atanael da Silva

Maria Valdivia Betto

Silvana Essing Schweizer

Valesca Rodrigues Keps

### 2.1 Aspectos Históricos:

A Escola Municipal Dona Lulu – Educação Infantil e Ensino Fundamental, iniciou suas atividades em 18 de fevereiro de 1.994 conforme Decreto de Criação nº 1.226/93 de 29 de outubro de 1.993 e sua autorização de funcionamento a Resolução nº 4769/94.

Em 27 de abril de 1.994 foi inaugurada oficialmente pelo Senhor Prefeito Rafael Valdomiro Greca de Macedo e pela Senhora Secretária da educação professora Liette da Rocha Blume; nesta época com 800(oitocentos) alunos. Tendo como primeira Diretora a Professora Egléa Maria do Amaral Silva, conforme Decreto nº 1.443/93.

Através da Resolução nº 1.138/95 de 27 de março de 1995 ficou autorizada, pelo prazo de 05(cinco) anos, o desenvolvimento da proposta de Educação Básica de Jovens e Adultos, em nível das (04) primeiras séries do 1º grau supletivo desde 06 de março de 1995, cessão definitiva 1131 de 19/04/2002 a 21/05/2002 cessa

gradativamente curso de Ensino Supletivo-Fase I resolução 1138 /95 desde 2002, parecer 505/2001- CEE.

Conforme Resolução nº 3945/95 de outubro de 1995 foi autorizado o funcionamento da Classe Especial na área de deficiência Mental. Prorrogação nº 1596 de 14 de abril de 1999 renova por tempo indeterminado, prazo de autorização de funcionamento de 01 Classe especial, D.M, desde 1999(Resolução Autorização nº.3945/95), parecer 0326/1999 – DEE.

Conforme Resolução nº 135/05 de 17 de janeiro de 1995 foi autorizado o funcionamento de Educação Infantil pelo prazo de (03) três anos para atuar na Educação de crianças de 04 (quatro) a 06 (seis) anos.

Conforme Parecer 103/05-CEF/SEED de 17 de janeiro de 2005 a Escola passou a denominar-se “Escola Municipal Dona Lulu – Educação Infantil e Ensino Fundamental”.

Atualmente a escola tem como Diretora a Professora Vanessa Alexandra Pereira e como Vice-Diretora a Professora Miriam de Cássia Heinz Rodrigues conforme decreto 1682/05 de 15 de dezembro de 2005.

## **2.2 Estrutura Física:**

A Escola Municipal Dona Lulu Educação Infantil e Ensino Fundamental conta com:

- \* 17 salas de aula que se encontram dentro das normas estabelecidas pela Secretaria de Estado da Educação, sendo 04 para Educação Infantil.
- \* 01 laboratório de Informática;
- \*01 sala para Secretaria;
- \*01 sala para Administração;
- \*01 sala para o Setor Pedagógico
- \*01 sala para inspetores

- \*02 salas para materiais pedagógicos;
- \*01 sala para os Professores;
- \*01 cantina;
- \*01 cancha para prática de esportes;
- \*05 sanitários para meninas / 05 para meninos (sendo um próprio para educação infantil);
- \*02 sanitários para os professores / funcionários
- \*01 sanitário para deficientes físicos (cadeirantes)
- \*01 almoxarifado para material de educação física.

### **2.3 Horário de Funcionamento:**

Manhã: 7h30min às 11h30min

Tarde: 13h30min às 17h30min

Noite: 18:00h às 22:00h

### **3. MODALIDADES OFERTADAS:**

A Escola Municipal Dona Lulu – Educação Infantil e Ensino Fundamental - atende à Educação Básica nas etapas da Educação Infantil e dos primeiros anos do Ensino Fundamental e às modalidades de Educação de Jovens e Adultos e Educação Especial.

A Lei de Diretrizes e Bases, sob o nº 9394/96, oportunizou a Escola a organizar o seu Ensino em Ciclos de Aprendizagem a partir do ano de 1999.



## 4. DIAGNÓSTICO

### 4.1 - Caracterização da Comunidade Escolar

A Escola Municipal Dona - Lulu Educação Infantil e Ensino Fundamental está situada no Bairro Novo A, Sítio Cercado, Conta hoje com 500 (quinhentas) famílias. A região foi loteada pela COHAB e em sua maioria as famílias são donas do terreno onde moram, apesar deste ser financiado.

Numa comunidade cuja população é de nível sócio-econômica médio-baixa, onde encontramos uma grande parte das famílias 61% cuja renda familiar encontra-se na faixa de 01 a 03 salários mínimos ao mês e somente 2% tem a renda inferior a 1 salário / mês.

Após levantamento da pesquisa realizada atualmente, destacamos que 76% dos nossos alunos convivem com os pais e em segundo índice predominante 18% das crianças vivem só com a mãe e num índice baixíssimo, 4% com avós ou outros parentes.

Quanto ao nível de escolaridade, a comunidade escolar está distribuída da seguinte forma: 57% dos resultados refere-se aos pais que concluíram o Ensino Médio; encontramos ainda um nível alterado de 38% de pais que concluirão o ensino fundamental (1ª a 8ª série); um nível bem menor de índice de 3% de pais que cursaram o nível superior (3ª grau).

A grande maioria dos pais trabalha mais de 08 horas /dia, o que faz com que seus filhos permaneçam sozinhos em casa grande parte do dia, ou sob cuidados de terceiros. Podemos constatar que 37% dos pais trabalham em indústrias, 33% no comércio, 8% nos trabalhos domésticos e outras atividades diversas; deparamo-nos também com um índice elevado de 22% pais que estão desempregados.

Diante desses fatos percebe-se a dificuldade da família no acompanhamento escolar de seu filho, o que cada vez mais tem delegado à escola além de sua função específica, a “Construção de valores éticos e morais”.

A grande maioria das crianças leva em torno de 10 minutos para fazer o percurso de sua casa até escola, sendo que uma porcentagem reduzida de alunos leva cerca de mais 15 minutos para realizar o percurso.

O acesso à Escola se dá em porcentagem elevada sem a utilização de transporte, ou seja, acesso realizado a pé e uma minoria o fazem com transporte particular ou de bicicleta.

Na região do Sítio Cercado onde a escola está inserida há áreas de lazer, o Parque Zoológico, Parque Iguazu e também podemos constatar com as praças do Semeador e das Tendras. Encontramos também em torno da escola o Ribeirão dos Padilhas, onde a escola está sempre conscientizando os alunos e comunidade quanto aos cuidados com mesmo.

Nossa comunidade pode também contar com o Farol do saber Cecília Meireles onde podem contar com um grande acervo de livros, acesso a Internet e espaço para leitura e pesquisas. São realizadas 387 empréstimos livros /mês, 480 pesquisas /mês e 1680 usuários com acesso a Internet / mês.

Compreendemos que a escola deve oportunizar o acesso ao conhecimento não só aos alunos, mas a toda comunidade escolar. A Escola Municipal Dona Lulu, realiza parceria com o Estado, oportunizando no horário noturno aulas na modalidade do CEEBJA (Centro Estadual de Educação Básica de Jovens e Adultos) Professora Maria Deon de Lira.

A Escola Municipal Dona Lulu – Educação Infantil e Ensino Fundamental, atender à Educação Básica nas etapas da Educação Infantil e dos primeiros anos do Ensino Fundamental, Educação de Jovens e Adultos e Educação Especial, com as seguintes faixas etárias:

- ♦ Educação Infantil (Pré II) corresponde a faixa etária de 4 e/ou 5 anos de acordo com a legislação vigente;
- ♦ Ensino Fundamental com oferta de quatro(04) ou cinco(05) anos iniciais, organizados em ciclos destinado prioritariamente a crianças a partir dos 06 (seis) anos completos de acordo com a legislação vigente;

- ♦ Educação de Jovens e Adultos com oferta aos quatro primeiros anos do Ensino Fundamental, destinada a jovens maiores de 14 anos e a adultos que não cursaram ou não concluirão os estudos regulares em idade apropriada;
- ♦ Educações Especiais, destinadas á crianças que apresentam necessidades especiais, sendo atendidos em classes especiais e salas de recursos e ou serviços especializados.

#### **4.2 Profissionais da Instituição:**

A Escola Municipal Dona Lulu – Educação infantil e Ensino Fundamental, conta hoje com 47 Professores Docente, 04 professores de Educação Física, 01 professora de Educação Especial, 04 Pedagogos, 03 Apoio Administrativo, 08 Auxiliar de serviços Escolares, 01 Copeira, 01 Educadora, 01 Diretora, 01 Vice Diretora e 01 Coordenadora Administrativa.

A maioria dos professores trabalha 8horas/dia, manhã, tarde, noite ou cursa faculdade, sendo 01 padrão na R.M.E. e outro como RIT (Regime Integral de Trabalho) na própria rede, caracterizando um sobrecarga nas suas atividades que podem levá-los a uma desmotivação profissional.

No início do ano letivo nosso quadro de professores não é completo, devido a escola estar localizada na região Sul de Curitiba, havendo sempre uma grande rotatividade.

A equipe escolar é assim constituída:

- Equipe Pedagógico-Administrativa: Composta pelo Diretor, Vice-diretor, Coordenadora Administrativa e Equipe Pedagógica;
- Equipe Docente: Composta por todos os professores da escola, Professores e Educadores destinados para o Farol do Saber;
- Equipe Administrativa: Composta por Secretários escolares;

- Equipe Auxiliar de Serviços: Composta por Copeira e Inspetores de alunos, do quadro funcional da Prefeitura Municipal de Curitiba.

Os professores da EJA recebem capacitação continuada de 80 horas ano.

Relação do quadro de profissionais desta Unidade de Ensino (em anexo).

### **4.3 Objetivo Gerais da Proposta Pedagógica**

Os princípios trazidos nas Diretrizes Curriculares de Curitiba serão norteadores da organização e intervenção pedagógica dentro da escola, possibilitando um melhor desenvolvimento no trabalho.

- ♦ Perceber-se integrante, dependente e agente transformador do ambiente identificando seus elementos e as interações entre eles, contribuindo ativamente para a melhoria do meio ambiente;
- ♦ discernir e refletir sobre questões referentes ao consumo sustentável, sobre os princípios morais e éticos analisando criticamente o que imposto pela sociedade e pela mídia;
- ♦ dialogar, analisar e refletir sobre a realidade vivida, desenvolvendo atitudes coerentes rompendo suas próprias barreiras tornando-se um cidadão livre, criativo e autônomo.
- ♦ formar indivíduos com habilidades necessárias para conviver em sociedades cada vez mais plurais;
- ♦ utilizar as tecnologias da informação e comunicação proporcionando a inserção no mundo digital.

Para atingir tais objetivos é de fundamental a atuação do profissional;

- ♦ ter a cada início de ano letivo, o quadro de profissionais do magistério completo;
- ♦ pedagogos com carga horária de oito horas na unidade de ensino para que se tenha continuidade e maior interação no desempenho do trabalho pedagógico;

- ♦ professor para trabalhar com apoio pedagógico com alunos do contraturno, pois os mesmos necessitam de um aumento na carga horária escolar (manhã / tarde) a fim de suprir seus problemas de aprendizagem;
- ♦ constatado que há profissionais com problemas que acabam ocasionando em LTS, que seja suprido assim que enviada a solicitação ao Núcleo Regional da Educação para que não se interrompa o bom andamento da escola;
- ♦ disponibilizarão de maior número de vagas para os alunos encaminhados aos atendimentos nos CMAES, agilizando assim as filas de espera, viabilizando com esse procedimento uma produtividade significativa na aprendizagem durante o próprio ano letivo.

## **5. PRINCÍPIOS FILOSÓFICOS E PEDAGÓGICOS DA INSTITUIÇÃO**

### **5.1 Concepção**

O conhecimento não constitui um produto estático, realidade tão simples quanto possa parecer de imediato. Não é um conjunto isolado de informações, mas um conjunto comprometido com uma determinada visão de mundo, que se manifesta no próprio processo de investigação do real. O conhecimento nasce de prática com o mundo, enfrentando os desafios e resistências, pois só tem sentido pleno na relação com a realidade.

É importante ver questões teóricas que são trazidas para o espaço pedagógico. Ao procurar desvendar, revelar, explicar o elemento em torno do qual se relacionam o professor e o aluno, isto é, ao investigar o conhecimento e o seu processo de produção, o que está buscando é uma compreensão do significado do conhecimento considerando-se diversas teorias.

A teoria inatista se fundamenta em uma concepção de ser humano inspirada na filosofia racionalista e idealista. Enfatizando os fatores maturacionais e hereditários, essa perspectiva entende que o ser humano é um sujeito fechado em si mesmo, nasce com potencialidades, com dons e aptidões que serão desenvolvidos de acordo com o amadurecimento biológico.

O ser humano, concebido como biologicamente determinado. Nessa perspectiva temos uma sociedade capitalista que valoriza o individual em detrimento do social, gerando competitividade, acirrando as diferenças de classe, gênero e etnia.

O entendimento do desenvolvimento é baseado no pressuposto de que, ao aprender, o ser humano aprimora aquilo que já é inato avançando no seu desenvolvimento. Há uma expectativa de que o ser humano deixe desabrochar suas potencialidades e aptidões. A aprendizagem depende do desenvolvimento.

Na educação o papel do professor é o de facilitar que a essência se manifeste entendendo-se que quanto menor a interferência, maior será a espontaneidade e criatividade do aluno (REGO, 1996).

A aplicação dessa concepção na educação gera imobilismo e resignação, pois se considera que as diferenças não são superadas, uma vez que o meio não interfere no desenvolvimento da criança. Considera-se também que o resultado da aprendizagem é exclusivamente do aluno, isentando de responsabilidade do professor e a escola.

A teoria construtivista afirma que as ações realizadas pelo indivíduo são responsáveis pelo seu desenvolvimento cognitivo. Demonstrando que a cognição não decorre unicamente de aspectos perceptomotores.

No construtivismo nada, a rigor, está pronto, acabado e especificamente, o conhecimento não é dado, em nenhuma instância, como algo terminado. Ele se

constitui pela interação do indivíduo com o meio físico e social, como o simbolismo humano, com o mundo das relações sociais; e se constitui pro força de sua ação e não para qualquer dotação prévia, na bagagem hereditária ou no meio.

Jean Piaget é o mais conhecido dos teóricos que defendem a visão construtivista, afirmando que o desenvolvimento envolve um processo contínuo de trocas entre o organismo vivo e o meio.

A concepção de homem para Piaget é a de um ser biológico que, mediante relações estabelecidas com o meio, constrói as estruturas necessárias para conhecer, transformando-se continuamente e chegando a níveis sucessivos de organização cada vez mais complexos.

Em todo seu trabalho, Piaget apresenta contribuições específicas para o campo educacional.

O objetivo principal da educação é criar homens que sejam capazes de fazer coisas novas, e não simplesmente repetir o que outras gerações fizeram – homens que sejam criadores, inventivos e descobridores. O segundo objetivos da educação é formas mentes que tenham capacidade de críticas e de verificação, e que não aceitem tudo o lhes é oferecido.

Para a concepção construtivista, a aprendizagem escolar deve ser entendida como um processo ativo de elaboração: o ensino deve proporcionar condições de múltiplas interações em que o aluno constrói seu próprio conhecimento através da ação, sendo esta atividade auto-estruturante.

Os objetivos da escola, enquanto instrumento da educação, serão os de desenvolver seres humanos críticos, criativos, pensantes, produtivos e adaptados ao seu momento histórico ao mesmo tempo em que geradores de transformação desse momento.

O professor deixa de ser detentor do saber e a figura central do processo ensino-aprendizagem, enquanto o aluno passa a ser participante, pois a relação professor-aluno também é construída na interação e deve ser avaliada continuamente, como todos os outros aspectos que nele interferem.

Enquanto que na concepção comportamentalista há uma preocupação do trabalho pedagógico no sentido de treinamento, daquilo que a criança ainda não aprendeu, enfatizando o erro, o construtivismo trabalha no sentido de proporcionar experiências que possibilitem as crianças colocar em prática suas capacidades, bem como de generalizá-las para outras situações.

Vygotsky expressa que o animal apenas usa a natureza externa, mudando-a pela sua presença, mas o homem, através de suas transformações faz com que a natureza sirva o seu propósito, dominando-a. Entendeu este conceito de mediação na interação “homem – ambiente” pelo uso de instrumentos ao uso de signos. Deste modo, os sistemas de signos (a linguagem, a escrita, o número) assim como os sistemas de instrumento são criados pelas sociedades ao longo do curso da história humana e mudaram a forma social e o nível de seu desenvolvimento cultural. Portanto para

Vygotsky, bem como para Marx e Engels, a mudança individual ao longo do processo de desenvolvimento tem sua raiz na sociedade e na cultura.

O modelo de estudo na Psicologia desenvolvido por Vygotsky é denominado cultural, histórico instrumental. É um estudo de psicologia cultural porque envolve os meios socialmente estruturados pelos quais a sociedade organiza os tipos de tarefa que a criança em desenvolvimento enfrenta e os tipos de instrumentos físicos e mentais de que ela dispõe para dominar as tarefas. Vygotsky deu ênfase especial à linguagem, que é um dos instrumentos usados pelo homem na organização e desenvolvimento dos processos de pensamento. O aspecto histórico, estreitamente relacionado ao cultural, diz respeito aos processos usados pelo homem para dominar seu ambiente e seu próprio comportamento ao longo da história social. A linguagem carrega os conceitos generalizáveis; a escrita e a aritmética, instrumentos culturais especiais, facilitam a



compreensão da sabedoria do passado e seu aperfeiçoamento no futuro. A análise da estruturação das operações de pensamentos entre pessoas que não tiveram acesso a estes instrumentos revelam, por certo, uma estruturação diferente dos processos cognitivos superiores. Já o aspecto instrumental se refere à natureza mediadora das funções psicológicas superiores; o adulto não só responde aos estímulos apresentados por um experimentador mas altera estes estímulos e usa a modificação como instrumento de seu comportamento.

Uma contribuição original de Vygotsky é seu estudo sobre as relações entre desenvolvimento e aprendizagem, onde ele distingue o que se chama de zona de desenvolvimento proximal. Trata-se da distância entre o nível de desenvolvimento real, que se costuma determinar através da solução independente de problemas e o nível de desenvolvimento potencial, determinado através da solução de problemas sob a orientação de um adulto ou em colaboração com companheiros mais capazes. “A zona de desenvolvimento proximal define funções que ainda não amadureceram, mas que estão em processo de maturação e poderão amadurecer graças a estimulação adequada”.

Este aspecto do construtivismo de Vygotsky oferece a psicólogos e educadores um instrumento através do qual se pode entender o curso interno do desenvolvimento. O que uma criança faz com assistência hoje pode vir a ser feito por ela sozinha amanhã. Esta conclusão dá um significado novo às interações entre a criança e o seu ambiente e aponta uma nova perspectiva para a educação.

Deve-se ainda realçar que o interesse de Piaget é, fundamentalmente, o de um epistemólogo e, por isto, sua preocupação é estudar a psicogênese de cada conhecimento. A pesquisa de Piaget não incidiu sobre o processo de desenvolvimento, mas sim sobre o processo de conhecimento.

Vygotsky se ocupou mais da interação entre as condições sociais em transformações e os substratos biológicos do comportamento, responsável pela unidade dialética de cada estágio do desenvolvimento.

Já Wallon, um misto de médico, psicólogo, pedagogo e ativista político, construíram uma psicologia genética e uma proposta pedagógica que, pelas suas características, podem ser consideradas construtivistas.

A obra de Wallon aproxima-se em alguns aspectos do trabalho do epistemólogo suíço e em outros se distancia dele de um modo significativo. Ambos ofereceram grande contribuição ao estudo do desenvolvimento humano, cujo interesse é psicológico, o objeto de estudo é mesmo o desenvolvimento da criança e o aspecto mais valorizando de sua obra continua sendo seu modelo psicogenético.

Adepto do materialismo dialético, Wallon procurou estabelecer relação entre as operações intelectuais e as relações sociais, considerando que esta relação precisa ser enfatizada na escola, com vista à instrução da criança e ao desenvolvimento de suas aptidões sociais. Para ele, a educação é um fato social; o homem é um ser social e membro de uma determinada sociedade.

Wallon considerava como objeto de estudo a pessoa concreta, isto é, o homem (biológico e psicológico) histórica e socialmente contextualizado e admite que, quando ignoramos as dimensões políticas e sociais da educação, a obra educativa se torna artificial e limitada. Estabelece uma estreita relação entre Psicologia e Pedagogia.

Segundo Wallon, a Pedagogia inspira, anima e enriquece a pesquisa psicológica e dela participa, enquanto que a Psicologia pode ocasionar a pesquisa pedagógica e oferece bases para a renovação da prática pedagógica.

A orientação Walloniana, que é construtivista, coloca em evidência a importância do conhecimento das necessidades primordiais da criança e das mudanças de objetivo

de seus comportamentos em idades e situações diferentes. É necessário respeitar o repertório comportamental da criança e seus propósitos, sem impor-lhe maneiras de agir e de pensar que não correspondem às suas necessidades e competências atuais.

Conhecendo-se os comportamentos predominantes em cada etapa do desenvolvimento, os objetivos que eles visam e as prioridades adaptativas da criança, pode-se assim, orientar melhor a ação educativa e talvez prevenir certas formas de desperdício e inadaptação escolar.

A valorização das relações sociais como base no desenvolvimento afetivo e intelectual é, provavelmente, a maior contribuição de Wallon para a proposta construtivista de educação, graças a elas, evitamos formar indivíduos limitados e rotineiros.

Segundo Wallon (1972), “Indivíduos originais são os que sabem distinguir as inadequações entre os esquemas aceitos e a realidade”.

Wallon realça a importância das relações da criança com seus pares na escola, já que ela os escolhe e pode romper as ligações quando quiser, diferente do que ocorre na família. Nestes grupos de iguais se vive a experiência da solidariedade e se aprende a defesa e a oposição às repressões que nos são impostas.

As relações sociais, não apenas com outras crianças, mas também com os adultos, possibilitam o desenvolvimento afetivo, social e intelectual. Para Wallon o ambiente humano fornece ao indivíduo os meios (conhecimentos, técnicas, instrumentos) e os motivos para sua ação; a escola é a instituição que tem melhores condições de oferecer à criança os meios adequados à realização de suas atividades e o professor deve guiar a criança para tirar o máximo proveito dos meios que lhe são oferecidos e dos seus próprios recursos para que ela construa seu desenvolvimento.

O que distingue uma escola da outra é a prática do papel político da educação escolar enquanto na formação do cidadão.

Tal distinção estará retratada na forma como os elementos participantes / ativos do contexto escolar encaminham, formam conceitos, se relacionam e formam ricas relações para melhor compreensão da realidade vivida, bem como intervir, mediar e transformar, para melhor, a mesma.

A Escola Municipal Dona Lulu – Educação Infantil e Ensino Fundamental busca formar seus alunos baseando-se numa perspectiva humanizadora, que os subsidie para uma formação humana na sua totalidade crítica construtiva e cooperativa.

A busca do conhecimento forma seres humanos autônomos, que se citam gosto pela sua própria formação, que sejam solidários, criativos, e que além de serem cidadãos plenos, questionem esta sociedade que fabrica tanta injustiça, podendo assim agir sobre ela para transformação progressiva da mesma, usando o conhecimento como instrumento de emancipação.

### **5.1.1 Concepção de Homem e Sociedade**

Os problemas vividos pela humanidade no momento atual, tais como a concentração da riqueza nas mãos de grupos humanos cada vez menores e o aumento contínuo dos índices de pobreza, não podem ser entendidos de forma isolada da questão ambiental.

As questões sócio-ambientais compõem uma rede dinâmica de relações entre decisões econômicas, fenômenos biológicos, físico-químicos e fatos sociais em que se inserem também posturas e ações individuais.

Reconhecendo-se a inter-relação entre as questões ambientais, culturais e econômicas, podem-se prever os reflexos das ações humanas atuais para as gerações futuras. Pode-se compreender que decisões de qualquer instância governamental têm repercussão sobre as demais; que todo cidadão e, especialmente, os governantes têm responsabilidade sobre os reflexos globais causando por decisões tomadas localmente.

O aumento de produções, sem considerar, os impactos ambientais e de longo prazo, no local ou distância, pode redundar em crise ecológica e conseqüências sociais indesejáveis.

Os lucros das grandes empresas e industriais estão sendo obtidos sem levar em conta a degradação causada ao meio ambiente e em detrimento da qualidade geral de vida, desconsiderando principalmente as gerações futuras.

Essa visão emergente na sociedade contemporânea é associada à Filosofia e tem como essência questionar tudo: fazer perguntas profundas a respeito da visão de mundo que se revela em atos do cotidiano dos cidadãos, do modo de vida moderno e dos modelos científicos, industriais, que estão basicamente orientados para o desenvolvimento essencial materialista.

O contexto de crise ambiental, social, de consumo e até tecnológica que vinha se instalando no mundo fez com que, a partir da década de 70, a população em geral começasse a ser conta de que se nada fosse feito, essa situação tenderia a gravar-se em poucos anos.

O papel da Escola é formar cidadãos que questionem o ritmo, a direção e a política de mercado global, no qual o interesse de empresas e monopólios tem pressionado e coagido à condução de políticas sócio-ambientais prejudiciais ao ambiente e ao homem.

### **5.1.2 Princípios para a Educação**

De acordo com a Diretrizes Curriculares Nacionais, princípios são proposições elementares fundamentais que servem de base a uma ordem de conhecimentos que perpassa a organização, a articulação e o desenvolvimento de ações pedagógicas no interior da escola, norteando a construção curricular e o trabalho pedagógico. Na educação de Curitiba, temos três princípios básicos: Educação para o Desenvolvimento Sustentável, Educação pela Filosofia e Gestão Democrática do Processo Pedagógico.

### **5.1.3 Educação pela Filosofia**

Cabe a educação preparar sujeitos que pensem criticamente as problemáticas locais e de mundo e atuem responsabilmente na realidade socioambiental, de forma a transformar os desequilíbrios em processo de criação. É importante refletir sobre a concepção filosófica que nos fundamenta e dá suporte a nossa prática pedagógica.

Em linhas gerais pode-se dizer, como Dermeval Saviani, que as concepções fundamentais na filosofia da educação são a Humanista, nas versões Tradicional e Moderna, a Analítica e a Dialética.

A concepção Humanista Tradicional está marcada pela visão essencialista do homem, ou seja, de que ele é constituído de uma essência imutável. O eixo da educação é o intelecto, portanto, priorizam-se os conteúdos cognitivos, que são adquiridos pelo esforço intelectual.

O papel de destaque cabe ao professor. Do aluno exige-se esforço e disciplina intelectual. A linha de atuação é diretiva; valoriza-se a quantidade de conhecimento e a

pedagogia deve inspirar-se na ciência da lógica. O importante é aprender, atualizando as potencialidades contidas à priori. Privilegia-se o adulto, considerado os homens acabados, completos. A criança é considerada um ser imaturo e incompleto. A educação é, pois centrada no educador, no intelecto, no conhecimento.

A Concepção Humanista Moderna, diferentemente, centra-se na visão de homem calcada não na essência, mas na existência, que precede a essência. A natureza humana é imutável e determinada pela existência. A ênfase está na criança, no educando, na vida, na atividade. Desloca-se o eixo do intelecto para o sentimento. O aspecto psicológico toma o lugar da lógica; no lugar do professor, o aluno; ao invés dos conteúdos cognitivos, priorizam-se os métodos ou processo de ensino para valorizar o interesse do aluno.

Coloca-se o foco na espontaneidade, no não-diretívismo, na qualidade do processo. A inspiração filosófica centra-se na experiência. Nesta teoria o importante é aprender a aprender.

A Concepção Analítica não pressupõe explicitamente uma visão de homem. A função da filosofia educacional é a de efetivar a análise lógica da linguagem.

A Concepção Dialética finalmente vê o homem como síntese de múltiplas determinações, por conseguinte, vê o homem concreto. A filosofia é o instrumento cuja tarefa é a de explicitar as questões educacionais que só se explicam tendo como referencia o contexto histórico em que estão inseridas.

A Concepção Humanista, em suas duas vertentes e a Concepção Analítica sustentam conceitualmente as tendências pedagógicas liberais. Já a Concepção Dialética sustenta as tendências pedagógicas progressistas.

Tendências pedagógicas progressistas partem da análise crítica das realidades sociais; procuram fornecer instrumentos intelectuais que lhes permitam lutar pela

transformação social, bem como pelo exercício da cidadania. Assim a Escola Municipal Dona Lulu busca formação de seus estudantes, numa perspectiva humanizadora, crítica, construtiva e cooperativa. Formando indivíduos autônomos, interessados em sua formação, solidários, criativos, questionadores e agentes no processo para a transformação social, tendo a seu favor o conhecimento como instrumento emancipatório.

O educar numa dimensão filosófica não significa meramente transmitir um conjunto de saberes, valores ou verdades, mas promover interrogações a respeito do mundo e do pensar autônomo.

A Filosofia na escola deve ir além de práticas docentes isoladas, deve constituir-se em uma preocupação de todas as áreas do conhecimento, considerando as novas relações que devem acontecer no espaço escolar e a perspectiva interdisciplinar do trabalho didático.

A aprendizagem é um processo no qual o aluno passa de uma visão sincrética ou global sobre uma situação-problema a uma visão analítica do mesmo, chegando a uma síntese provisória, que equivale à compreensão. Para tanto, não se dá sem o exercício reflexivo voluntário do aluno, tem relação com a atuação dele em novas situações de vida, seja elas na escola ou não.

O papel da Filosofia como estratégia metodológica no currículo recupera o pensar em todas as áreas do conhecimento, provoca o diálogo entre elas e promove a interdisciplinaridade, sendo que esta, depende da riqueza e do grau de aprofundamento de cada uma das áreas do conhecimento.

Segundo Gadotti (1999), a missão da Filosofia é formar o espírito crítico, por isso não pode ser dogmática, puramente afirmativa, e sim interrogativa; deve promover o exercício do livre debate, ensinar e problematizar o que parece evidente, contestando inclusive o pontificado dos filósofos.



Propor a educação, pela Filosofia no ensino fundamental implica: praticar jogos de linguagem filosóficos, desenvolver habilidades e competências reflexivas em todas as áreas do conhecimento.

Um dos objetivos principais da Filosofia é o desenvolvimento da reflexão crítica de alunos e professores, entendida como um nível de consciência resultante da percepção da realidade e da construção do pensamento autônomo, que significa o pensar por sim mesmo de maneira mais criteriosa, ser criador de idéias e não repetidor.

A Comissão Internacional sobre a Educação para o século XXI, em seu projeto educativo da contemporaneidade deve contemplar quatro pilares que são: aprender para conhecer, aprender a fazer, aprender a viver junto com os outros e aprender a ser. A Educação pela Filosofia, cujos princípios pautados no diálogo, na reflexão crítica, na vivência de valores éticos e na aquisição de significados e sentido, conduz para esta perspectiva.

É necessário que o professor atue no desenvolvimento das habilidades de pensamento tais como: saber, observar, analisar, estabelecer relações entre idéias, formular e testar hipóteses, formular e usar critérios, saber sintetizar, parafrasear, perceber implicações e suposições, produzir conclusões, prestar atenção no que está escrito e dito e outras que desenvolvam o pensar com eficiência.

O princípio da Educação pela Filosofia, que promove a articulação do trabalho didático de cada uma das áreas do conhecimento, aliado aos princípios da Educação para os Desenvolvidos Sustentáveis, que oferece a perspectiva de análise da realidade socioambiental e o da Gestão democrática do Processo Pedagógico, que junto com os demais, visa à formação e ao exercício pleno de cidadania que permitem à efetivação de uma educação municipal de qualidade para todos.

#### 5.1.4 Desenvolvimento Sustentável

O Desenvolvimento Sustentável é apresentado como premissa fundamental para a sobrevivência humana no planeta. Deste modo, é entendido como aquele capaz de manter o progresso humano não apenas em lugares restritos e durante poucos anos, mas sim, em todo o mundo até as gerações futuras, garantindo a existência dos recursos em quantidade e qualidade necessárias ao seu desenvolvimento.

O crescente aumento populacional, a industrialização e a urbanização, ao se basear em condições ambientais e sociais insustentáveis ao longo do prazo, tem levado a uma progressiva deterioração dos recursos naturais. A degradação da natureza gerada por esta opção de desenvolvimento, propicia as futuras gerações condições insatisfatórias de qualidade de vida.

Segundo CAPRA (1996) "o desenvolvimento sustentável preconiza que a sociedade precisa passar por mudanças tanto políticas, quanto sociais e econômicas. Não basta um simples crescimento, é também essencial o atendimento às necessidades humanas, assegurando a todos as mesmas oportunidades. Assim, a garantia da sustentabilidade do desenvolvimento torna-se fundamental para propiciar a todos, qualidade de vida, e entre outras coisas, oferecer as condições adequadas de infra-estrutura".

A idéia de que o meio ambiente seja bem gerido atualmente através do desenvolvimento sustentável, reporta à preocupação de possibilitar às gerações futuras um padrão de vida adequado.

Conforme a AGENDA 21, p. 418 "propuseram-se muitas ações e recomendações na comunidade internacional para assegurar à juventude um futuro seguro e saudável, o que inclui um meio ambiente de qualidade, melhores padrões de vida e acesso à educação e ao emprego".

Faz-se necessário, portanto, uma educação voltada para o meio ambiente e conseqüentemente ao desenvolvimento sustentável. Essa educação permitirá que os educandos tenham uma formação onde a conscientização e aprendizado de como agir futuramente, não agrida o meio ambiente, e especialmente ter a idéia de como o lixo interferir neste meio.

O direito ao meio ambiente pertence às gerações atuais e vindouras. Através de uma política de desenvolvimento sustentável, pode-se potencializar as condições necessárias para a sobrevivência e o pleno desenvolvimento das crianças - seus principais beneficiários.

### **5.1.5 Gestão Democrática do Processo Pedagógico**

Gestão significa tomada de decisões, organização, direção. Relaciona-se com a atividade de impulsionar uma organização a atingir seus objetivos, cumprir suas responsabilidades. Segundo Saviani (*apud* Ferreira, 2004), gestão da educação significa ser responsável por garantir a qualidade de uma "mediação no seio da prática social global" que se constitui no único mecanismo de hominização do ser humano, que é a educação, a formação humana de cidadãos. Conforme Ferreira (2004), a gestão democrática na educação deve assegurar uma educação comprometida com a sabedoria de viver junto, respeitando as diferenças, comprometida com a construção de um mundo mais humano e justo para todos os que nele habitam, independentemente de raça, cor, credo ou opção de vida. Isso significa tomar decisões, organizar e dirigir as políticas educacionais que se desenvolvem na escola comprometidas com a formação da cidadania, aprender com cada "mundo" diferenciado que se coloca, seus costumes e valores que devem ser respeitados. De acordo com Oliveira (1999), a gestão democrática da escola pública passou a ser uma exigência legal desde a inclusão no Art. 206 da Constituição Federal da República de 1988, e tem sido um desafio para as redes públicas de ensino no Brasil pensar

instrumentos e canais de participação mais efetivos na administração das escolas. A escola democrática visando eliminar os mecanismos de exclusão das classes populares geralmente concretizados através da evasão e da repetência, buscam uma nova concepção de educação onde os educandos e não os conteúdos passam a ser o eixo vertebrador da organização escolar, se propondo articular conhecimento e vida social, identidade e diversidade cultural, formação e humanização, cidadania e direito.

Aprender a respeitar as diferenças entre os cidadãos, a não aceitar as desigualdades sociais e a possibilitar que cada pessoa possa demonstrar a ser atendido nas suas necessidades e potencialidades é papel da escola (BRASIUMEC. 2004).

A gestão democrática do ensino público, princípio constitucional desde 1988, representa um avanço para a democracia no País, pois traduz a participação cidadã da comunidade escolar, compreendida pelos estudantes, pais ou responsáveis, professores, funcionários, direção e, da comunidade local, compreendida por entidades e organizações da sociedade civil que compõem o entorno da escola na gestão da escola pública.

Esse modelo de administração vem ao encontro das tendências mundiais e experiência bem sucedida em vários países em prol de uma gestão participativa na escola pública como instrumento de legitimação do sistema escolar (LUCK et al., 2005).

No campo educacional, a democracia deve se o princípio norteador de todas as ações da escola, a qual deve se configurar como base das ações administrativas - pedagógicas.

A sociedade atual, caracterizada por novas condutas, inovações e determinações econômicas, tecnológicas, sociais, políticas e culturais, exige a efetivação de um ensino de qualidade como direito fundamental de todos os cidadãos.

Efetivando um ensino de qualidade, sendo este um instrumento de emancipação, a escola assume a responsabilidade social em formar integralmente seus estudantes. Assim, o desenvolvimento de práticas pedagógicas democráticas é parte da construção de um sistema político que respeita os direitos individuais e coletivos de todos os cidadãos. Isso ocorre por meio de ações pautadas nos conceitos de cooperação, participação, autonomia, cultura, diversidade e de inclusão que possibilitarão a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

## **COOPERAÇÃO**

A escola deve ser um ambiente que possibilite condições de igualdade de participação a todos. Através de atitudes cotidianas, a escola evidencia o compromisso com as comunidades escolar e local oportunizando a compreensão da gestão democrática.

A participação democrática, direito do cidadão, possibilita viver e aprender a agir em cooperação, rompendo com as relações de poder e autoritarismo conhecidas na escola tradicional, favorecendo as relações mais horizontais entre os envolvidos. Os professores que se relacionam dessa forma com seus estudantes, dialogando sobre conteúdos e experiências, conseguem intervir alcançando as questões individuais e coletivas, respeitando a individualidade, propiciando o êxito do processo ensino-aprendizagem.

Assim, o processo cooperativo de ensino-aprendizagem torna-se essencial para o modo de vida democrático. A cooperação, decorrente da vida em sociedade, tem características como o respeito às diferenças, possibilitando a resolução positiva de conflitos, favorecendo e permitindo a realização de objetivos coletivos.

## **AUTONOMIA**

A autonomia nas escolas abrange as dimensões: pedagógicas (projeto político-pedagógico, planejamento, avaliação, organização dos tempos escolares etc.), administrativa (horário de funcionamento da escola, divulgação de informações, etc.) e financeira como, por exemplo, a divulgação de valores de verbas, pesquisa de preços, elaboração de orçamentos e outros. Gerando responsabilidades, compromissos, direitos e deveres de todos os segmentos da comunidade escolar e local.

## **PARTICIPAÇÃO**

A participação efetiva da coletividade denota transparência nas decisões, representatividade e participação política. A escola deve promover a participação da comunidade educacional nas decisões referentes à socialização do conhecimento e da formação dos alunos. Ao propiciar aos estudantes uma educação que conduza à cidadania, deve desenvolver relações horizontais de cooperação e solidariedade entre todos os envolvidos no processo pedagógico.

## **CULTURA**

É resultante da interação entre pessoas pertencentes a uma sociedade. Sendo diferenciadas, produzem confrontos entre visões de mundo, permitindo que um indivíduo ou um grupo modifique sua forma de compreender a realidade, na medida em que a interpreta. O profissional da educação deve promover a relação entre pessoas de culturas diferentes, construindo um projeto educativo, onde devem ser oferecidas oportunidades educativas a todos, respeitando e integrando a diversidade dos sujeitos, possibilitando a eles a capacidade de refletir e analisar criticamente a sociedade, podendo ser agentes ativos, participando de forma democrática, responsável e solidária.

## **DIVERSIDADE**

Diante da diversidade cultural, é preciso preparar nossos estudantes para sociedades cada vez mais plurais, superando toda forma de exclusão e discriminação. A escola deve promover à comunidade vivências capazes de despertar o respeito pelos diferentes grupos e suas culturas, considerando a diversidade social. As atividades escolares devem formar estudantes que reflitam, analisem criticamente a sociedade, intervindo e participando de forma democrática, responsável e solidária.

Conforme lei 10.639/03 tornou-se obrigatório na Educação Básica o conteúdo sobre a cultura e a história afro-brasileira.

## **INCLUSÃO**

Viver em sociedade implica em considerar, reconhecer e respeitar a pluralidade e diversidade.

Mudanças educacionais baseiam-se na inclusão social, considerando as diferenças individuais e coletivas, as especificidades dos seres humanos em suas interações, realidade social e cotidiano escolar, são necessárias para a superação de discriminação e garantia de direitos, A inclusão de estudantes de qualquer raça, religião, nacionalidade, classe socioeconômica, cultura ou capacidade em ambientes escolares de aprendizagem desenvolve o respeito mútuo, sendo essencial para formar uma sociedade mais democrática, responsável e solidária.

## **CONSELHO DE ESCOLA**

A democracia na sociedade resulta da gestão participativa na escola através do Conselho de Escola, sendo este um órgão colegiado de natureza deliberativa, consultiva, fiscal e mobilizadora, que visa promover a articulação entre segmentos da comunidade escolar e local, sendo o órgão máximo de gestão. É por meio dele que se

traduzem as decisões coletivas que auxiliam e contribuem no enfrentamento de situações que interferem pontualmente nos aspectos pedagógicos e administrativos da escola, em prol de aprendizagens significativas e da eficácia do processo formativo dos estudantes.

### **5.1.6 Tecnologias da Informação e Comunicação Aplicadas à Educação**

#### **INFORMÁTICA EDUCACIONAL**

As novas tecnologias e multimeios proporcionam um novo impulsiona socialização do conhecimento, que tem como pressuposto básico a interatividade entre tecnologia e educação. Atuam como facilitadores do processo educativo e se tornam parte integrante desta nova perspectiva, pois todo seu potencial pode incrementar as propostas pedagógicas vigentes; atuar como ferramenta do professor e, principalmente, tornar atraente o ambiente educacional.

Atualmente, os professores têm sofrido a influência deste processo, justamente porque o mundo fora da escola é mais fascinante ao aluno que o tradicional ambiente escolar. Com isso, é necessária uma nova postura destes profissionais: é preciso romper com os velhos paradigmas para que a escola esteja apta a acompanhar as mudanças que estão acontecendo no âmbito social, propicie ferramentas e ambientes condizentes com esta nova realidade, mesmo se considerando que pequena parcela da população está inserida neste contexto.

O principal papel da informática na educação diz respeito à necessidade de reformular a forma de ensinar, no sentido de buscar meios para que o aluno possa conviver num mundo de constantes inovações, onde as informações passam a ser um atributo pertinente ao profissional do futuro. E preciso ter a mente para:



- Entrada de investimentos e de tecnologia;
- Exercício e prática;
- Jogos educacionais;
- Simulação;
- Softwares educacionais;
- Multimídia.

No início da década de 1980 havia poucos computadores nas escolas os quais estavam, em sua maioria, nas salas de aula de professores visionários, grande parte destes os empregando num espírito “progressista”.

Inserido no contexto da educação, o computador é utilizado para diversas finalidades: dentro do processo ensino-aprendizagem, no setor administrativo da escola, nos laboratórios de informática. Fazendo uma analogia, é possível pensar na sua utilização como o eletrodoméstico, que é usado de forma bastante natural pelas pessoas.

Os computadores são resultados do esforço humano para deixar as coisas mais fáceis de serem feitas. O computador realiza operações e interpreta informações que têm um valor de desenvolvimento. Ele permite ao seu operador atuar como parte de um todo – conjunto de homem e da máquina – na construção do conhecimento, ao mesmo tempo em que revela interdependência com relação à máquina, do sujeito que aprende e do objeto que é conhecido.

O computador é um produto do homem, portanto, é parte da sua cultura. Esta tecnologia está destinada a revolucionar o processo de formação da cultura e hoje já testemunhamos o início desta revolução. O computador servirá a muitos fins, tais como:

- Supermemória artificial que alivia bastante a carga de memória humana hoje necessária, tornando muito fácil o processo de ensino;

- Rápido executor de operações combinatórias;
- Idealizador de novos métodos de conhecimento humano em muitas disciplinas, incluindo aquelas que no início se acreditava estarem fechadas às técnicas informáticas (investigação histórica, jurisprudência, etc.);
- Fator de um processo mais ágil de aprendizado e de verificação dos conhecimentos do aluno, também do método da conversação com a máquina, etc. ( SCHAFF, 1994, p74).

Com os multimeios disponíveis, o ambiente cognitivo torna-se para alguns poucos favorecidos a única possibilidade de contato com estes recursos dentro do contexto social. Neste sentido, as escolas objetivam introduzir a utilização das tecnologias existentes no mercado, para que o aluno tenha condições de fazer suas próprias pesquisas, levantar questões, interagir com o professor. Mais que isso, esse contato com as diferentes tecnologias propiciará ao aluno uma visão crítica das mudanças, ocorridas na sociedade em função do avanço tecnológico.

Segundo VALENTE (1993, P 04), “ A história do desenvolvimento do software educacional mostra que os primeiros programas nesta área são versões computadorizadas do que acontece na sala de aula. Entretanto, isto é um processo normal que acontece com a introdução de qualquer tecnologia na sociedade”.

Cabe ressaltar que o professor enquanto mediador desse processo é quem cria condições para o aprendizado, favorece a participação e a interação, contribuindo para o desenvolvimento da autonomia e da criatividade da criança e do estudante.

O computador na sala de aula desenvolve a oralidade, a leitura e a escrita, proporcionando um sistema de representação de idéias. Considerando esse momento do desenvolvimento infantil, o professor propicia situações significativas de aprendizagem, vinculadas ao uso de diversos recursos, como livros de histórias, músicas, cantigas, poesias e, principalmente, o computador, ferramenta eficaz nesse processo.

Ele torna-se um instrumento para a aprendizagem se explorado em diferentes propostas, integrando os softwares educacionais à prática pedagógica, promovendo situações de leitura e escrita, em que as crianças e os estudantes percebam o uso social e a importância da linguagem para a vida humana.

A Escola Municipal Dona Lulu – Educação Infantil e Ensino Fundamental, desenvolve no laboratório de informática um trabalho diversificado com os alunos, possibilitando que os mesmos, ao utilizar o computador, tornem-se pesquisadores assumindo uma postura ativa em face da aprendizagem.

### **5.1.7 Implantação dos Ciclos de Aprendizagem**

A evolução sócio-cultural da humanidade trouxe a necessidade da escola rever sua organização e função social. Essa possibilidade de organização escolar está contida na Lei número 9394/96 de 20 de dezembro de 1996.

A Rede Municipal de Ensino de Curitiba nos últimos anos, com vistas a aperfeiçoar o trabalho pedagógico dos docentes, avançar no processo ensino - aprendizagem e, fundamentalmente, encontrar alternativas para a crescente seletividade, e exclusão social presentes nas séries iniciais do Ensino Fundamental, desenvolveu projetos e estudos que culminaram com a implantação, em 1999, da organização do tempo escolar em Ciclos de Aprendizagem.

Para se adequar à nova organização em Ciclos de Aprendizagem, as escolas municipais realizaram mudanças nas propostas curriculares. Com base na Lei 9.394/96, Capítulo II, Artigo 23, a qual dispõe que a "educação básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do

processo de aprendizagem assim o recomendar", a Secretaria da Educação do Município de Curitiba faz apresentação do documento que se constitui na Proposta de Implantação dos Ciclos de Aprendizagem na Rede Municipal de Ensino de Curitiba.

Os desafios postos hoje à escola pública, em decorrência das transformações no mundo do trabalho, nos meios de comunicação e informação, no exercício da cidadania e na busca da preservação do meio ambiente, entre outros, apontam para a necessidade de uma organização de ensino que contemple fundamentalmente a diversidade cultural e individual dos cidadãos, que tenha o desenvolvimento do ser humano como referência para a construção de aprendizagens significativas. Neste contexto, esta proposta da Rede Municipal representa uma resposta a esses desafios e uma alternativa ao fortalecimento da ação educativa.

Fundamentadas no compromisso assumido entre os representantes de todos os segmentos institucionais com a busca crescente de autonomia administrativa e pedagógica do ensino municipal e o sucesso de todos os alunos, as mudanças na organização do ensino municipal aqui propostas visam à excelência na educação e à promoção da participação cooperativa de todos no processo de formação dos cidadãos.

O desafio está em se ousar fazer um novo cotidiano pedagógico, que possa vir a contribuir para a transformação das escolas municipais, atendendo às necessidades e expectativas da sociedade.

O projeto propõe a estrutura do ensino Fundamental na RME de Curitiba constituída de quatro ciclos de aprendizagem, conforme explicitação abaixo:

CICLO I - *Continuum* curricular, com duração de dois ou três anos letivos,

CICLO II - *Continuum* curricular, com duração de dois anos letivos.

CICLO III - *Continuum* curricular, com duração de dois anos letivos,

CICLO IV - *Continuum* curricular, com duração de dois anos letivos.

A organização acima exposta foi implantada, considerando a realidade de oferta do Ensino Fundamental em cada uma das escolas da RME:

A proposta ora em análise, apresentava:

- a) Organização do Ensino Fundamental em quatro Ciclos, que compreendem de 1ª à 8ª séries;
- b) Princípios metodológicos que respeitam o processo de desenvolvimento da criança;
- c) Promoção do aluno para o ciclo seguinte, com frequência mínima de 75%;
- d) Possibilidade de extensão da proposta em ciclos de aprendizagem, para todas as escolas da RME;
- e) Investimento na alocação de professores para atuar como co-regentes e apoio pedagógico às turmas organizadas em ciclo;
- f) Garantia da oferta de qualificação específica para profissionais da RME por meio de seminários, encontros por área de conhecimento, ciclos de estudos;
- g) Critérios adequados para a composição das turmas;
- h) Respaldo na legislação vigente.

Os Ciclos de Aprendizagem surgem como uma concepção de ensino em que a escola deve integrar aos conteúdos trabalhados à realidade do aluno e da comunidade em que esteja inserido. É uma organização de ensino que exige a transformação da postura do educador em relação ao processo ensino aprendizagem, entendendo que cada aluno possui um determinado tempo, resultante de sua história de vida, que interfere na construção de seu conhecimento. É uma concepção de educação onde a aprendizagem do aluno ocorre sem as rupturas temporais existentes na organização escolar em séries, torna-se um processo contínuo, valorizando a formação global

humana.

A organização escolar em ciclos visa adequar o tempo escolar ao desenvolvimento global do aluno, considerando suas características individuais e culturais, suas individualidades, potencialidades e dificuldades, diferentemente da idéia simplista de que seria, apenas, um processo onde os alunos considerados mais fracos teriam um tempo maior para aprender ou uma inovação para acabar com a repetência escolar. É uma concepção de ensino onde a aprendizagem do aluno ocorre sem as rupturas existentes na organização escolar em séries. A aprendizagem torna-se um processo contínuo que ocorre concomitantemente ao desenvolvimento biológico do educando, valorizando a formação global humana.

Em 2005, a RME de Curitiba iniciou um período de revisão da Educação Municipal e das Diretrizes Curriculares o qual culminou com o documento "Diretrizes Curriculares para a Educação Municipal de Curitiba em quatro volumes":

Volume 1 - Princípios e Fundamentos

Volume 2 - Educação Infantil

Volume 3 - Ensino Fundamental

Volume 4 - Educação Especial e Inclusiva, Educação Integral e Educação de Jovens e Adultos.

A implantação gradativa da ampliação do ensino fundamental para nove anos, conforme a Deliberação número 03/06, aprovada em 09/06/2006, levou a escola a adequar o projeto pedagógico a essa nova forma de organizar o ensino. Durante esta transição, manterá paralelamente o sistema de Ciclos até este ser automaticamente extinto.

A mudança na legislação educacional e da reforma na organização do ensino fundamental proporcionará a escola conviver com as duas propostas pedagógicas: uma de oito anos e a outra de nove anos.

### **5.1.8 Ensino Fundamental de Nove Anos**

O Ministério da Educação (MEC) buscando fortalecer o debate sobre a infância na Educação Básica, especialmente, com relação à ampliação do ensino fundamental para nove anos, envida esforços no sentido de buscar assegurar que o cumprimento da Lei no 11.274, 6 de fevereiro de 2006, que institui o ensino fundamental de nove anos de duração com a inclusão das crianças de seis anos de idade, não se configure como medida meramente administrativa.

É importante lembrar que a legislação educacional brasileira, especialmente a partir da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, já sinalizava para um ensino obrigatório de nove anos de duração, a iniciar-se aos seis anos de idade, o que, por sua vez, tornou-se meta da educação nacional pela Lei no 10.172/2001, que aprovou o Plano Nacional de Educação.

#### **ENSINO FUNDAMENTAL DE 9 ANOS EM CURITIBA**

A Rede Municipal de Ensino de Curitiba já vem ofertando 9 (nove) anos de escolarização desde 1999 e passa agora, com a Lei Federal, somente a adequar a nomenclatura e a idade de ingresso.

A Secretaria Municipal da Educação assumiu como diretriz, desde 1999, a organização escolar em ciclos de aprendizagem. Este tipo de organização já garante um ano a mais de estudo, uma vez que permite que a criança entre na escola na Etapa Inicial com seis anos completos ou a completar durante o ano letivo.

A diferença, porém, é que a matrícula de crianças nesta idade era facultativa e agora, com a aprovação da nova lei, passará a ser obrigatória. Os municípios terão até 2010 para se adequar e colocar em prática a legislação.

Garantir o ingresso antecipado da criança na escola oferece benefícios para toda

a vida escolar do aluno. Melhoria na capacidade de leitura e escrita, além de inclusão social são alguns dos ganhos. Conforme, Fábio Dória Scatolin, é fundamental que sejam observadas e respeitadas as fases do desenvolvimento infantil. Scatolin explicou que a Etapa Inicial - fase de transição entre a educação infantil e o ensino fundamental é um período importante, quando as crianças vão gradativamente substituindo o brincar como forma de aprendizado pelo processo mais sistemático de alfabetização.

## **5.2 Educação Infantil:**

A Educação Infantil brasileira é recente, tem pouco mais de um século de história. Nas constituições anteriores a 1988, as referências a essa etapa se limitavam ao “assistir” a maternidade e a infância. Mas a carta Magna em vigor a define como um “dever” do Estado. A nova lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) fundamenta-se na Constituição de 1988. Na composição dos níveis de escolaridade, determina que a educação infantil faz parte de Educação Básica, que abrange também o Ensino Fundamental e o Ensino Médio.

Nos últimos vinte e cinco anos, o atendimento e a educação das crianças com idade entre zero e seis anos na rede pública em Curitiba, foram pensadas e organizadas por duas estruturas da Prefeitura Municipal de Curitiba: uma ligada à área da Assistência e outra à área da Educação. Assim, a história aqui contada vai entrelaçando ações desenvolvidas por estas duas estruturas que culminaram em abril de 2003, em única trajetória sob a responsabilidade da Secretaria Municipal da Educação.

A Constituição Federal de 1988 afirmou a criança como cidadã de direitos e rompeu com premissas anteriores do atendimento em creches, entendido como pública para atender somente as necessidades maternas. Em 1990, o Estatuto da Criança e do



Adolescente ratificou esta concepção de criança, o que se refletiu no processo educativo da criança de zero a seis anos em Curitiba. Com isso, uma intenção educativa passou a permear a proposta assistencial, até então, adotada no atendimento infantil.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) no capítulo I consolida a Educação Infantil como primeira etapa da educação básica, direito de toda criança, determinando a integração das creches e pré-escolas aos respectivos Sistemas de Ensino e as Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil (1988) forneceram parâmetros para organização do trabalho com Educação Infantil (1988) forneceram parâmetros para organização do trabalho com crianças de zero a seis anos. Neste período, foi lançado pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), o Referencial Nacional para Educação Infantil que trouxe contribuições com relação a esta etapa da educação.

### **5.2.1 – Concepção de criança**

Ao longo de muitos séculos, o cuidado e a educação das crianças pequenas foram entendidos como tarefas de responsabilidade familiar, particularmente da mãe e de outras mulheres. Logo após o desmame, a criança pequena era vista como pequeno adulto e, quando atravessava o período de dependência de outros para serem atendidas suas necessidades físicas, passava a ajudar os adultos nas atividades cotidianas, em que aprendia o básico para sua integração no meio social.

Nas classes sociais mais privilegiadas, as crianças eram geralmente vistas como objeto divino, misterioso, cuja transformação em adulto também se fazia pela direta imersão no ambiente doméstico. Nesses casos, paparcos superficiais eram reservados à criança, mas sem considerar a existência de uma identidade pessoal.

Em algumas culturas afirma-se que crianças pequenas devem ocupar-se apenas do jogo livre infantil. Em outras, desde muito cedo, a criança é instada pela família a auxiliar pelo menos em tarefas domésticas, não sendo raro que algumas desempenhem tarefas de trabalho produtivo ou peçam esmolas nas ruas das cidades. Há também culturas em que, precocemente, elas são postas para executar tarefas que reproduzem atividades escolares de níveis mais adiantados.

A presença de aspectos políticos nas explicações sobre o desenvolvimento humano pode ser notada quando se analisam as orientações, apresentadas em diferentes épocas históricas, sobre as formas consideradas melhores para cuidar de crianças e educá-las. A moralidade religiosa, por exemplo, já foi a principal orientação dada à educação de infantes.

O termo “infância” (*in-fans*) tem o sentido de “não-fala”. Pode-se, com base nisso, perguntar: a que período da vida humana ele se referia? Caso seja o primeiro mês de vida, quando a criança ainda não adquiriu a língua do seu grupo cultural, é preciso lembrar que, desde o nascimento, já começam a ser construído sistema de comunicação entre o bebê e seu entorno social por meio de choros, sorrisos, gestos, etc. - o que vale dizer que a tentativa de comunicar-se, ou seja, de falar é muito precoce. “Infância” refere-se, então, aos primeiros anos de vida, em que, mesmo quando a criança fala, sua fala, “não conta”.

Na educação grega do período clássico, “infância” referia-se a seres com tendências selvagens a serem dominadas pela razão e pelo bem ético e político. Já o pensamento medieval entendia a infância como evidência da natureza pecadora do homem, pois nela a razão, reflexo da luz divina, não se manifesta. Mesmo os filósofos do Renascimento e da Idade Moderna não percebiam a infância como um período no qual a razão emerge, embora sem poder lidar plenamente com as informações que recebe de seu meio.

Na verdade, a infância não é um campo de lacunas, silêncios e passividade, nem está correta a imagem social de criança como a de alguém muito frágil. Estudos em psicologia e em Psicolinguística têm apontado a riqueza das falas infantis como instrumento de constituição e veiculação de significações. São falas diferentes de formas adultas de linguagem, mas testemunhas de um processo muito significativo de desenvolvimento da relação entre pensamento e linguagem.

A criança de hoje aparece com uma nova identidade. Crianças são aquelas “figurinhas” curiosas e ativas, com direitos e necessidades, que precisam de um espaço diferente tanto do ambiente familiar, onde são objeto de afeto de adultos (em geral, adultos muito confusos), quanto do ambiente escolar tradicional, freqüentemente orientado para a padronização de condutas e ritmos e para avaliações segundo parâmetros externos à criança.

### **5.2.2 Cuidar e Educar na Educação Infantil**

Diferentemente dos animais irracionais, o homem possui a necessidade do outro para existir. Seja para suprir suas necessidades básicas, seja para perceber-se como alguém que existe, que é amado, que é cuidado, que é educado.

Para se compreender o que é Educação Infantil faz-se necessário compreender como ela surgiu e como era tratada no construir de sua história.

Durante muito tempo a educação da criança era considerada uma responsabilidade da família ou do grupo social ao qual pertencia. Ela aprendia tradições e conhecimentos necessários para a sua vida com os adultos e crianças com os quais convivia. Não havia nenhuma instituição que compartilhasse a responsabilidade com as famílias ou grupos sociais. O surgimento das instituições de educação infantil esteve, de certa forma, relacionado ao surgimento da escola, por volta dos séculos XVI e XVII. A

escola organizou-se porque surgiu uma gama de novas possibilidades na sociedade presente da época.

No Brasil, a Educação Infantil tem sido encarada de diversas formas: como função de assistência social, como função sanitária ou higiênica e, mais recentemente, com função pedagógica.

No Brasil, o reconhecimento que a criança de zero a seis anos têm direito à educação infantil, encontra-se na Constituição Federal (1988), no Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), na Lei de Diretrizes e Bases de Educação (1966), no Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (1997), nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (1999), nas Diretrizes para a Educação Infantil na Rede Municipal de Curitiba (2006). Assim, em nível de legislação, educar crianças pequenas, deixou de ser apenas cuidar, assistir e higienizar, passando a significar segundo o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, propiciar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal, de ser e de estar com os outros em uma atitude básica de aceitação, respeito e confiança, e o acesso, pelas crianças, aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural.

O cuidar também sofreu modificações na sua concepção ao longo da história da educação infantil. Hoje o cuidar é entendido como parte integrante da educação. É um ato de relação ao outro e a si mesmo, é compreender como ajudar o outro a se desenvolver como ser humano. Esse cuidado envolve aspectos afetivos (amor, carinho, dedicação, atenção), biológicos (cuidados com o corpo, alimentação, saúde), segurança (proteção, prevenção), etc.

*O cuidar é parte integrante do educar. É compreender como ajudar o outro a se desenvolver enquanto ser humano. Significa ajudar e valorizar o outro a desenvolver suas capacidades, considerando as necessidades das crianças (alimentação, segurança, saúde, etc) que, quando observadas, ouvidas e*

*respeitadas, podem dar pistas importantes sobre a qualidade do que estão recebendo. Educar não significa domesticar um corpo ou disciplinar uma inteligência, mas, sim, proporcionar a partir da reflexão, um convívio social harmonioso, dentro das normas da cultura em que o sujeito está inserido, ao mesmo tempo em que lhe é permitido desenvolver-se motora, cognitiva e emocionalmente. Para isso é necessário propiciar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal, de ser e estar com os outros em uma atitude básica de aceitação, respeito e confiança e o acesso, pelas crianças, aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural (Referência Bibliográfica: Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, 1998).*

Educar é muito mais do que ensinar. Piaget escreveu que ensinar exige uma tomada de consciência; é dar a luz para iluminar o caminho do educando. Mas o que fará com que ele o percorra depende muito mais dos valores do que dos conhecimentos que a ele foram passados.

As crianças precisam ser ouvidas, respeitadas e cuidadas para o desenvolvimento de suas capacidades. O cuidar e o educar integram vários campos do conhecimento: o afetivo, cognitivo, social, psicológico, nutricional, lúdico, econômico, cultural, de saúde, de segurança e tantos outros que permeiam e interfere nos processos de aprendizagens, desenvolvimento e de formação da criança. Isto exige dos profissionais um conhecimento multidisciplinar, a cooperação e integração de outros profissionais para garantir um bom atendimento às crianças. Quem cuida e educa precisa estar comprometido com o outro, com seu jeito de ser e suas necessidades. Deve existir uma boa relação de amor e afeto entre quem cuida e é cuidado. O educador tem que ajudar a criança a identificar e priorizar as suas necessidades e atendê-las de forma adequada.

Cuidar da criança é, sobretudo dar atenção, identificar e responder as suas necessidades; interessar-se sobre o que ela pensa, sente e sabe sobre si e o mundo, proporcionando um contínuo crescimento e desenvolvimento para torná-la independente e autônoma.

Diante do que foi exposto cabe a Escola Municipal Dona Lulu – Educação Infantil e Ensino Fundamental reconhecer todos os direitos da criança, respeitá-la e

contribuir para que sejam crianças motivadas, autônomas, cooperativas, críticas e cooperativas e que aprendam desde cedo que também têm deveres a ser cumprido bem como saber conviver socialmente respeitando os colegas e todos os profissionais que trabalham na escola.

### **5.2.3 Áreas de Formação Humana**

#### **LINGUAGEM**

Ao manter as relações sociais, o homem desenvolve a linguagem e, simultaneamente a ela, se desenvolve a consciência racional. As idéias são expressões das ações do homem sobre o mundo, das relações estabelecidas. Essas idéias, conhecimentos e experiências são transmitidas às gerações posteriores numa prática social mediada pela linguagem, que permite a produção da capacidade de simbolizar e operar racionalmente.

A capacidade de simbolizar significa que o homem é capaz de representar na sua mente, através de imagens ou símbolos, objetos e fatos da realidade, e de operar com estas imagens ou símbolos na ausência dos objetos ou fatos concretos.

O símbolo é a representação de um dado da realidade e o homem distingue o dado real de sua representação conceitual. O símbolo torna-se o elemento fundamental de operação do cérebro humano, diferencialmente do que ocorre com o animal cujo cérebro opera somente a partir de estímulos sensíveis.

A linguagem, fruto da prática social, participa do aparecimento da consciência humana. O cérebro do ponto de vista biológico, só é capaz de uma consciência sensorial, portanto, embora necessário, não é suficiente para a produção do pensamento.

De acordo com a Lei de Diretrizes Curriculares para a Educação Municipal de Curitiba, a linguagem se estabelece progressivamente após o nascimento, a partir das interações da criança com parceiros lingüísticos de seu ambiente. A criança nasce no interior de um mundo cultural, um mundo humano, pleno de representações simbólicas constituídas pelos homens de cada época. Os adultos que cercam esta criança agem, simbolizando as reações naturais que a criança exprime, ou seja, eles atribuem significado às ações instintivas, por exemplo: mover os braços, chorar, etc.

Para Vygotsky (1991), convivendo com pessoas que já fazem uso de símbolos, pela linguagem, a criança começa a perceber o significado das coisas e sua inteligência se forma pela apreensão desses significados. Pode-se dizer que a linguagem produz a consciência e todas as funções psíquicas superiores (a própria linguagem, memória, abstração, generalização, atenção, percepção, etc).

O processo de aquisição da capacidade de pensar se dá primeiramente, no plano externo, no contato da criança com os outros sujeitos e o meio que lhe é comum. Nesse plano externo os significados são partilhados através das formas de mediações simbólicas como a fala, os gestos, os sinais, etc. Num segundo momento esses significados são internalizados e passam a constituir a própria consciência da criança e constituem o funcionamento desta consciência no plano interno.

O conhecimento é construído pela criança a partir das interações e mediações com pessoas mais experientes. Assim, entendemos a estreita relação existente entre: pensamento e linguagem, aprendizagem e desenvolvimento. A linguagem é o fator mais importante do desenvolvimento das estruturas psicológicas superiores (a consciência) da criança. E, aprendizagem e desenvolvimento não existem de forma independentes, isto é, a aprendizagem promove o desenvolvimento e este indica novas possibilidades de aprendizagens. Aprendizagem é o processo através do qual a pessoa se apropria ativamente do conteúdo e da experiência humana, sendo que o desenvolvimento é a construção ativa do conhecimento, a partir de aprendizagens

geradas nas relações estabelecidas com o ambiente físico e social (com objetos e pessoas), influenciado pela cultura e pelo desenvolvimento histórico.

## **PENSAMENTO LÓGICO MATEMÁTICO**

A criança vivencia noções de matemática quando brinquedos são contados e classificados ou quando a professora faz a contagem dos alunos que compareceram a escola. Pratos, colheres, canecas, escovas de dente, têm correspondência a cada criança no cotidiano da instituição. Estas noções matemáticas e outras devem ser exploradas, problematizadas e discutidas com as crianças para que desenvolvam com prazer uma curiosidade acerca da matemática e não o pavor, o medo que atingem muitas crianças em idade escolar.

A criança necessita de tempo para desenvolver os conceitos, as idéias, acompanhar o raciocínio lógico e comunicar-se matematicamente. Por isso, é necessário o contato com estas noções em diferentes ações educativas durante o ano: quer sejam rotinas livres, planejadas ou em projetos.

As atividades deverão ser organizadas de modo que estejam interligadas a diferentes conhecimentos e que a criança possa usar sua capacidade de raciocínio e justificar seu pensamento durante a resolução de problemas que vivencia diariamente.

É muito importante que haja troca de experiências entre os profissionais e que o trabalho seja desenvolvido também ludicamente, através de jogos, brincadeiras, manipulação de objetos, do teatro, da música, da literatura e de situações do cotidiano da criança. Os profissionais devem aproveitar estas atividades para observar as crianças e perceber suas conquistas e dificuldades.



Cabe ao professor fazer com que o aluno possa interagir com a matemática e despertar na criança a curiosidade de novas descobertas e que crie situações onde o aluno tem que pensar.

## **OBJETIVOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Proporcionar condições adequadas para promover o bem-estar da criança: seu desenvolvimento físico, motor, intelectual, emocional, moral e social; a ampliação de suas experiências e estimular o interesse da criança pelo processo de conhecimento do ser humano, da natureza e da sociedade. (in Artigo 6º da Resolução 003/99 CEPR).

### **5.2.4 Eixos Articuladores da Educação Infantil**

Fundamentado nas Diretrizes Curriculares para a Educação Municipal de Curitiba (2006) a Educação Infantil a Escola Municipal Dona Lulu – Educação Infantil e Ensino Fundamental é composta de três eixos articuladores de trabalho: Infância: Tempo de Direitos, Espaços e Tempos Articulados, Ação Compartilhada.

#### **INFANCIA:**

A concepção que se tem de infância e de que a criança é fundamental para se pensar a organização do trabalho educativo nas unidades de Educação Infantil através de discussões e reflexões contínuas entre profissionais, famílias e comunidades acerca das práticas e relações estabelecidas no sentido de constituir uma educação que articule e ajuste os espaços e tempos às necessidades da criança.

Espaços e Tempos Articulados:

A sala de aula e o espaço físico da escola não são os únicos espaços pedagógicos possíveis na Educação Infantil. Em princípio qualquer espaço pode tornar-se pedagógico, dependendo do uso que podemos fazer dele.

O professor deve estar atento à vida da comunidade e da cidade onde atua buscando oportunidades interessantes que se relacionam aos projetos desenvolvidos nas classes ou que possam ser o início de novos projetos. Isto certamente enriquecerá e ampliará o projeto político-pedagógico da instituição que não precisa ser confinado à área da escola. Pode haver até mesmo intercâmbios com outras instituições educacionais.

Este quadro foi baseado em DEVIRES e ZAN (1998). Utilizamos algumas terminologias das autoras, acrescentando elementos de nossa própria prática pedagógica.

Dependendo das relações que vive, poderá perceber o mundo como um lugar agradável, acolhedor, onde vale a pena viver, ou um lugar confortável, inseguro e ameaçador. Nesse processo a criança se desenvolve através das interações que com outras pessoas, inicialmente com aquelas com quem está mais envolvida afetivamente, por isso, da importância do professor criar vínculos para que dessa forma proporcione ao aluno oportunidades de se expressar, de se desenvolver, de perceber o mundo como um lugar agradável, acolhedor, onde vale a pena viver. Nessa perspectiva, a interação é considerada uma das principais condições para o desenvolvimento, na medida em que impulsiona e articula processos de constituição humana.

Ação Compartilhada:

De acordo com as diretrizes curriculares para a Educação Municipal de Curitiba (2006) as famílias devem participar da educação de seus filhos através de uma ação compartilhada entendendo a instituição da educação infantil como um contexto complementar de educação de seu filho e através de participações em reuniões,

exercendo o direito de participar das tomadas de decisões relativas às questões de ordem pedagógica, administrativa e financeira dentro da instituição através da APF (Associação de Pais e Funcionários), Conselho de CMEIs via Associação de Pais, Professores e Funcionários (APPF) e Conselho de Escolas. Entretanto, cabe ressaltar que a família é a principal responsável pela educação de seus filhos, sendo a instituição a co-responsável.

### 5.2.5 Eixos Norteadores da Educação Infantil

Winnicott nos mostra um caminho diferente ao afirmar que a Educação Infantil seria melhor considerada “uma ampliação para cima da família”, pois ao entrar na escola a criança não deixa de lado sua vida afetiva, mas sim a amplia através do relacionamento com os professores, funcionários e também com outras crianças, de diferentes idades, com valores culturais e familiares diferentes dos seus.

Entendemos que a organização do trabalho pedagógico na Educação Infantil deve ser orientada pelo princípio básico de proporcionar à criança, o **desenvolvimento da autonomia**, isto é, a capacidade de construir as suas próprias regras e meios de ação que sejam flexíveis e possam ser negociadas com outras pessoas, sejam eles, adultos ou crianças. Obviamente esta construção não se esgota no período de 0 a 6 anos de idade, devido às próprias características do desenvolvimento infantil. Mas tal construção necessita ser indicada na Educação Infantil.

Tendo em vista o desenvolvimento integral e a construção da autonomia infantil, optamos pela Pedagogia de Projetos (projetos de trabalhos), pois acreditamos que esta possibilita tanto ao professor quanto às crianças um papel ativo na construção do planejamento, isto ocorre porque os temas trabalhados nos projetos não são determinados pela equipe pedagógica ou direção, pois se assim o fosse faria o professor apenas um executor de planejamentos alheios a ele ou a sua turma. Da mesma forma que esta não deve ser definida somente pelo professor, mas a partir de

uma definição conjunta professor/criança que irá propiciar o atendimento às suas expectativas, curiosidades e necessidades.

Os temas não surgirão apenas na iniciativa das crianças, faz-se necessário que o professor organize o seu espaço pedagógico possibilitando diversas experiências as crianças.

A este espaço pedagógico daremos o nome de **rotina** e considerando que dentre as inúmeras possibilidades, a rotina deve oferecer às crianças momento em que elas possam desenvolver as atividades sugeridas tais como:

### **Hora da Roda**

Este é um dos momentos mais importantes para organização do trabalho pedagógico e o desenvolvimento das crianças, proporcionando sensações como: acolhimento, segurança de pertencimento aquele grupo. Para tal, pode utilizar jogos de mímica, músicas e mesmo brincadeiras tradicionais. O tempo de duração da roda deve equilibrar as atividades a serem ali desenvolvidas e a capacidade de concentração/interação das crianças neste tipo de atividade.

### **Hora da Atividade**

Neste momento da rotina, o (a) professor (a) organizará atividades onde a criança, através de ações (mentais e concretas) poderá construir conhecimentos de diferentes naturezas: Conhecimentos Físicos (cuja fonte é a observação e interação com os mais diversos objetos, explorando suas propriedades). Conhecimento Lógico – Matemático (resultado de ações mentais e reflexões sobre os objetos, estabelecendo relações entre eles) e Conhecimentos Sociais (de natureza convencional e arbitrária, produzidos pelo homem ao longo da história – a cultura das atividades que proporcionam a construção destes tipos de conhecimentos podem estar ligadas aos temas dos projetos desenvolvidos pela classe ou podem estar ligadas aos temas dos projetos desenvolvidos pela classe, ou podem ser resultado do planejamento do (a)

professor (a), criando uma seqüência de atividades significativas. A organização da sala de aula, para o desenvolvimento de tais atividades deve proporcionar as crianças a possibilidade de trocarem informações umas com as outras e de se movimentarem bem como atuarem com autonomia.

### **Artes Plásticas**

O trabalho com artes plásticas na educação infantil visa ampliar o repertório de imagens das crianças, estimulando a capacidade destas de realizar a apreciação artística e de leitura dos diversos tipos de artes plásticas (escultura, pintura...). Para tal, o professor pode pesquisar e trazer para a sala de aula diversas técnicas e materiais afim de que as crianças possam experimentá-las, interagindo assim a seu modo e produzindo as suas próprias obras, expressando-se assim através das artes plásticas.

### **Hora da História**

Podemos dizer que o ato de contar histórias para as crianças está presente em todas as culturas, letrados e não letrados desde os primórdios do homem. As crianças adoram ouvi-las e os adultos podem descobrir o enorme prazer de contá-las. Na Educação Infantil enquanto a criança ainda não é capaz de ler sozinha o professor pode ler por ela. Quando já é capaz de ler com autonomia a criança não perde o interesse de ouvir histórias contadas pelo adulto, mas pode descobrir o prazer de contá-las aos colegas. Enfim a “Hora da Roda” é um momento valioso para a educação integral (de ouvir, pensar, de sonhar) e para a alfabetização mostrando a função social da escrita. O professor pode organizar este momento de diversas maneiras: no início ou fim de aula, incrementando com músicas, fantasias, pinturas; organizando uma pequena biblioteca na sala: fazendo empréstimos de livros para que as crianças leiam em casa, enfim há uma infinidade de possibilidades.

## **Hora da Brincadeira**

Brincar é a linguagem natural da criança e mais importante delas. Em todas as culturas e momentos históricos as crianças brincam (mesmo contra a vontade dos adultos). Todos os mamíferos por serem animais no topo da escala evolutiva brincam, demonstrando sua inteligência, entretanto não podemos aqui entender a brincadeira como “um mal necessário” oferecido apenas para que o professor tenha tempo de descansar ou arrumar a sala de aula. Acreditamos que a brincadeira é essencial na Educação infantil onde a criança pode expressar suas idéias, sentimentos e conflitos mostrando ao educador e aos seus colegas como é o seu mundo e o seu dia-a-dia. A brincadeira é para a criança, a mais valiosa oportunidade de aprender a conviver com pessoas muito diferentes entre si; de compartilhar idéias, regras, objetos, brinquedos superando progressivamente o seu egocentrismo característico de solucionar os conflitos que surgem tornando-se autônoma: de experimentar papéis desenvolvendo as bases da sua personalidade.

## **Hora do Lanche/Higiene**

Devemos lembrar que comer não é apenas uma necessidade do organismo, mas também uma necessidade psicológica e social. Em qualquer cultura os adultos (e as crianças) gostam de realizar comemorações e festividades marcadas pela comensalidade (comer junto). Por isso a hora do lanche na Educação Infantil não deve atender apenas às necessidades nutricionais da criança, mas também as psicológicas e sociais: de sentir prazer e alegria durante uma refeição; de partilhar e trocar alimentos entre colegas; de aprender e preparar bem como cuidar do seu alimento com independência; de adquirir hábitos de higiene que preservam a boa saúde.

O lanche também pode fazer parte dos projetos desenvolvidos pela turma: pesquisar alimentos mais saudáveis, plantar uma horta, fazer atividades de culinária, produzir um livro de receitas, fazer compras no mercado para adquirir os ingredientes de uma receita, dentre outras são atividades que o professor pode dar uma organização

pedagógica que possibilite às crianças participar ativamente e elaborar diversos projetos junto com a turma.

### **Atividades Físicas/Parque**

Fanny Abramovich lembra-nos que o papel usualmente atribuído ao movimento nas escolas:

“Não se concebe que o aluno sequer possua um corpo em movimento permanente. Que encontre respostas através de seus deslocamentos. Um corpo que é fonte e ponte de aprendizagens, de reconhecimentos, de constatações, de saber e de prazer. Basicamente possui cabeça (para entender o que é dito) e mão (para anotar o que é dito). Portanto pode e deve ficar sentado o tempo todo da aula. Breves estiramentos, andadelas rápidas, podem ser efetuadas nos intervalos. No mais os braços são úteis para segurar livros/cadernos/papéis e pés e pernas se satisfazem ao ser selecionados para levantar/perfilar/sair e basta” (ABRAMOVICH, 1998, p.53)

Na Educação Infantil o principal objetivo do trabalho com o movimento e expressão corporal é proporcionar à criança o conhecimento do próprio corpo experimentando as possibilidades que ele oferece (força, flexibilidade, equilíbrio, entre outras). Isto proporcionará a ela integrá-lo e aceitá-lo construindo uma auto – imagem positiva e confiante. Para isso o professor deve proporcionar atividades fora e dentro da sala de aula, onde a criança possa se movimentar, procurando estar sempre próximo à criança para estimulá-la a desenvolver sua motricidade e socialização; ajudando a resolver os conflitos que surgem nas brincadeiras quando porventura as crianças não forem capazes de solucioná-los sozinhas.

### **Atividades Extras – Classe**

A sala de aula e o espaço físico da escola não são os únicos espaços pedagógicos possíveis na Educação Infantil. Em princípio qualquer espaço pode tornar-se pedagógico, dependendo do uso que podemos fazer dele.

O professor deve estar atento à vida da comunidade e da cidade onde atua buscando oportunidades interessantes que se relacionem aos projetos. Isto certamente enriquecerá e ampliará o projeto político-pedagógico da instituição que não precisa ser

confinado à área da escola. Pode haver até mesmo intercâmbios com outras instituições educacionais.

Este quadro foi baseado em DEVIRES e ZAN (1998). Utilizamos algumas terminologias das autoras, acrescentando elementos de nossa própria prática pedagógica.

A rotina é um elemento importante na Educação Infantil, por proporcionar à criança sentimentos de estabilidade e segurança. Também proporciona à criança maior facilidade de organização espaço-temporal e liberta do sentimento de estresse que uma rotina desestruturada pode causar. Entretanto, como vimos rotina não precisa ser rígida, sem espaço para invenção (por parte dos professores e das crianças). Pelo contrário, a rotina pode ser rica, alegre e prazerosa, proporcionando espaço para a construção do projeto-pedagógico da escola. Vale lembrar que “a dinâmica de um grupo de crianças é maior que a rotina de creche” (BATISTA, 2001). Isto é a rotina aqui proposta é apenas uma sugestão, pois a melhor rotina para cada grupo de crianças só pode ser estabelecida pelo seu professor, no contato diário com a criança.

Nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, documentos normativos do Conselho Nacional de Educação, estão pautados como fundamentos norteadores:

- Os princípios éticos, políticos e estéticos;
- A importância de reconhecer a identidade das crianças, das famílias, dos profissionais que atuam na Educação Infantil e da unidade educacional, diante dos vários contextos que eles se situam.
- A necessidade da promoção das práticas de educação e de cuidados que possibilitem a integração dos aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivos lingüísticos e sociais da criança.
- A visão de criança como um ser completo, total e íntegro, em posição de aprender a ser e de conviver consigo própria e com demais e no próprio ambiente, de maneira articulada e gradual.



- A construção das propostas pedagógicas em integração com famílias e profissionais.
- As estratégias para buscar o provimento de conteúdos básicos, a constituição de conhecimentos e valores, a interação entre as diversas áreas do conhecimento e aspectos da vida cidadã.
- O processo de avaliação baseado no acompanhamento e registros dos avanços do desenvolvimento da criança, sem caráter de promoção ou de retenção, em um ambiente de gestão democrática, com vistas a garantir os básicos da criança e sua família à educação e a cuidados.

Os eixos para a Educação Infantil na Rede Municipal de Curitiba que representam o pensamento dos profissionais que atuam com a criança de zero a seis anos, reafirmam o que está disposto nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil e enfatizam:

- A visão de criança completa, indicando um processo educativo que a considere como foco principal, sendo respeitada em suas diferentes linguagens, expressões e capacidade de criação.
- O entendimento de que estudar e cuidar são ações indissociáveis e base de sustentação do processo educacional da criança nessa primeira fase de vida, com peso e importância vitais para a formação humana, especialmente quando realizadas com qualidade relacional.
- A concepção de que os Elementos da Educação Infantil estão voltados ao desenvolvimento, à construção da autonomia, às primeiras vivências que impulsionam em direção ao conhecimento. Esse é o prisma pelo qual a ação educativa será pensada e articulada.
- A necessidade de superação de práticas tradicionais que valorizam, ainda hoje, uma concepção compensatória, preparatória ou antecipatória da educação.
- A idéia de que a aprendizagem e o conhecimento estão presentes no âmbito da Educação Infantil e demandam sentido de intencionalidade, planejamento

e acompanhamento, configurando posição indissociável das dimensões da constituição e do desenvolvimento infantil e suas relações com o meio natural e social.

- A linguagem, a socialização, o brincar e a interação como articuladores do desenvolvimento e, portanto, do conhecimento, estando em direta relação com o meio social.
- A compreensão da função social da instituição de Educação Infantil diante da necessidade das famílias de compartilhar a educação e o cuidado de seus filhos, estabelecendo co-responsabilidade entre essas duas instâncias pela Educação Infantil.

Essas considerações acenam para a compreensão de que o processo educativo só se consolida pela interação com outros indivíduos. Sob o olhar de VYGOTSKY (1978), as aprendizagens que ocorrem constituem suporte para o desenvolvimento, e este abre perspectivas para novas aprendizagens. A interação social embasa o desenvolvimento e a aprendizagem, é a mediação do adulto ou de parceiros mais experientes nas relações que a criança estabelece com o ambiente em que vive que possibilita a aquisição da experiência cultural.

A dinâmica desse processo possibilita a compreensão de que tudo está em correlação, não há cisão de elementos de maior ou menor importância no desenvolvimento ou na aquisição de aprendizagens. Assim, a proposta de trabalho educativo com a criança pequena dispensa a fragmentação de conteúdos ou a compartimentalização de aprendizagens estabelecidas em etapas a serem vencidas em um determinado tempo. A ideia é de uma permanente construção da ação educativa, considerando o direito da criança à infância e à educação, estabelecendo uma interação entre o fazer pedagógico e a reflexão constante do que é realizado com as crianças, profissionais da Educação Infantil, famílias e comunidades.

É através dessas considerações que destacamos os três eixos articuladores descritos acima.

### **5.2.6 Seleção e Organização de Saberes e Práticas Necessárias no Encaminhamento da Ação Didática na Educação Infantil**

Para que a criança se familiarize com o mundo da escrita e se sinta estimulada a participar de ambiente agradável e acolhedor, costumamos receber as crianças com a sala decorada com painéis pedagógicos. Nossa prática consiste em propiciar o desenvolvimento das crianças por meio do Esquema Corporal, Música, Artes Visuais e da Linguagem Oral e Escrita, sendo:

#### **ESQUEMA CORPORAL: A CRIANÇA E O MOVIMENTO**

O trabalho com movimento propicia a multiplicidade de funções e manifestações do desenvolvimento motor e efetiva aspectos específicos da motricidade das crianças. Através do brincar, jogar, imitar e criar ritmos e movimentos as crianças apropriam-se do repertório cultural-corporal na qual estão inseridos.

Esse trabalho desenvolve-se a partir da participação em brincadeiras e jogos que envolvam correr, subir, descer, escorregar, pendurar-se, movimentar-se, dançar, etc. para uma ampliação gradual sobre o controle do corpo e do movimento.

Utilizamos da manipulação de materiais, objetos e brinquedos diversos para o aperfeiçoamento de suas habilidades manuais.

#### **MÚSICA**

A música na Educação Infantil é utilizada para o desenvolvimento da linguagem, do conhecimento, da expressão corporal, da socialização, do desenvolvimento de habilidades auditivas, oral, da memória e da criatividade.

## **ARTES VISUAIS**

Trabalha-se na exploração e utilização de procedimentos necessários para o desenho, a pintura, a modelagem, etc... desenvolvendo trabalhos que se explore formas, cores, volume, espaço, textura, possibilitando assim às crianças o contato com materiais diferenciados objetivando o desenvolvimento das habilidades viso-motoras.

## **LINGUAGEM ORAL E ESCRITA**

É o eixo básico na Educação Infantil, na construção de muitos conhecimentos e no desenvolvimento do pensamento, levando assim o acesso ao mundo da escrita, dentro das competências lingüísticas básicas: falar, escutar, ler e escrever.

Temos como ponto de partida o nome da criança desenvolvendo um trabalho contínuo de construção da identidade: ponto básico para o conhecimento de si e do outro enquanto participantes de um grupo social.

### **5.2.7 Inclusão Na Educação Infantil**

O termo inclusão deriva do verbo incluir, originado do latim incluire, correspondendo a inserir, introduzir, acrescentar ou abranger. O termo se refere à conduta de inserir alguém ou alguma coisa em algum lugar.

A inclusão no sentido educacional transparece uma interpretação dúbia. Na prática, a maioria dos educadores quando convocados a falarem sobre o termo designam suas explicações à inserção no sistema regular de ensino, aquelas crianças ditas "diferentes" que apresentam impedimentos nos órgãos sensoriais ou no sistema nervoso central. Esta interpretação baseada no defeito ou impedimento e impossibilidade é vista por Mittler como parte da consciência de quase todos que trabalham em educação (Mittler, 2003).

Em muitas situações há grande preocupação em incluir os "diferentes" no sistema regular de ensino, enquanto aqueles que são vistos como "normais" não são compreendidos em suas particularidades, podendo gerar um sentimento de exclusão, ocasionando, dentre outras conseqüências, a evasão escolar ou a multi-repetência. Corresponde a nossa cultura, a nossa experiência acreditar que educação inclusiva se direciona apenas a crianças portadoras de alguma síndrome ou debilitadas fisicamente, as crianças ditas diferentes da maioria padronizada e homogeneizada superficialmente, sem considerações à subjetividade. Nossa prática está alicerçada numa educação para crianças "normais" enquanto que a própria interpretação de normalidade pode ser contraditória porque é subjetiva.

Se analisarmos cada criança que pertence a uma instituição educacional, encontraremos particularidades que jamais poderiam ser desconsideradas tanto para o processo ensino aprendizagem bem como para o convívio e bem estar social ou do grupo.

A inclusão "passa por uma mudança no modo de vermos o outro, de agirmos para que todos tenham seus direitos respeitados." (Mantoan, 2001, p. 107). Seguindo este viés, compreende-se que quando falamos sobre educação inclusiva não especificamos a quem, mas, apregoamos uma educação de qualidade, comprometida com cada sujeito, de modo que não o segregue sob nenhum pretexto ou razão. Há diversidade sim, mas precisamos olhá-la sob outro prisma. É a diversidade que conduz o processo ensino-aprendizagem. São as opiniões e as divergências que impulsionam as reflexões que nos fazem crescer e amadurecer como pessoa.

Só podemos cultivar a inclusão numa experiência inclusiva. Só podemos cultivar uma prática pedagógica inclusiva e para todos se assim for vivenciado, mas, para vivenciar, precisamos buscar ou refletir sobre nossas ações, sobre nossas experiências. Cada um de nós é responsável por compreender as regras ou princípios que conduzem sua forma de pensar. "A rua de acesso à inclusão não tem um fim porque ela é em sua essência, mais um processo do que um destino."(Mittler, 2003, p. 36).

O papel da inclusão está além de aceitar as diferenças, ele tem início numa tomada de consciência por parte daquele que está inicialmente mais próximo dos alunos ou crianças: o educador, independente da faixa etária em que trabalha, ou seja, em creche, pré-escola, ensino fundamental, etc. Este, precisa buscar algum referencial que o faça compreender a inclusão na sua complexidade, esta complexidade que envolve tanto o sentimento daquele a ser incluso como também a postura da instituição e da família frente a esta questão.

O portador de deficiência é vítima de discriminação, marginalização e segregação na sociedade e na escola, entretanto, a escola pública deve ser um ambiente de inclusão social, pois a inclusão escolar e social é um procedimento político/ideológico, mais amplo, portanto, que a simples integração escolar, pois corresponde a uma mudança de atitudes e mentalidade frente às diferenças e diversidades de toda ordem: físicas, étnicas, culturais, econômicas, etc... a integração escolar está prevista na LDB 9.394/96 – título III ( do direito à educação e do dever de educar), inciso III.

O cliente de inclusão é o educando que apresenta desvio da média considerada padrão para uma faixa etária determinada para menos ou para mais nos aspectos: físico, sensorial e mental.

A escola hoje, além de uma necessidade é um direito de toda e qualquer criança, independente de classe, gênero, cor ou sexo.

O trabalho dos educadores de educação infantil corresponde à assistência e à educação, oferecendo um atendimento comprometido com o desenvolvimento da criança em seus aspectos físicos, emocionais, cognitivos e sociais. (LDB/ 1996)

A inclusão é um trabalho efetivo e em grupo, devendo haver um envolvimento entre educadores, coordenador, pais e crianças. Não há como agir com a criança mesmo pequena, sem considerar suas vontades, suas necessidades, seus medos e

seus sentimentos. As mudanças substanciais em geral despertam ansiedade. Daí a importância de um trabalho consciente e responsável pela infância nestas instituições.

De acordo com CAVALVANTE (2005), o motivo principal de incluir as crianças em escola regular é que lá vão encontrar um espaço genuinamente democrático, onde partilham o conhecimento e a experiência com o diferente, tenha ele a estatura, a cor, os cabelos e o pensamento que tiver. Por isso quem vive a inclusão sabe que está participando de algo revolucionário.

Este novo pensamento educacional vem exigindo de todos: sistema educacional, instituições educativas, professores, crianças, especialistas, teóricos da educação, família, comunidade, um repensar dos objetivos e da ação educativa para todas as crianças. Independentes de serem especiais ou não. A educação das crianças com necessidades educacionais especiais tem os mesmos objetivos da educação de qualquer cidadão. O que pode acontecer são modificações ou adequações na organização e no funcionamento da instituição escolar para que a criança tenha os recursos necessários e alcance os objetivos. Mas, dependendo da necessidade especial, serão necessários auxílios e serviços educacionais especiais para apoiar a instituição num atendimento de qualidade, eficaz e que atenda as necessidades educacionais especiais da criança, que não se configure apenas na mudança do espaço físico. Não podemos deixar de apontar aqueles casos de necessidades especiais que mesmo que a instituição de educação infantil e ensino fundamental se organizem e se capacitem, não conseguem atender. Para esta situação o ensino regular deve ser substituído pela educação especial. Essas ponderações deverão ser feitas juntamente com o Centro de Atendimento Especializado do Município ou do Estado, para que se garanta o direito educacional da criança, caso contrário ao invés da inclusão, a escola estará reforçando a exclusão.

A Educação Infantil é a primeira etapa da Educação Básica, segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96), tendo como finalidade o desenvolvimento integral de crianças de zero a seis anos em creches e pré-escolas,

compreendendo os aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivos e sociais, sendo assim, a Escola Municipal Dona Lulu adota a inclusão porque compreende a criança, mesmo pequena, levando em conta suas vontades, suas necessidades e desejos que precisam ser considerados, compreendidos e respeitados. Toda ação precisa ser refletida, discutida antes de ser praticada. Neste sentido, a criança antes de qualquer pessoa, precisa ser questionada e ouvida por alguém no qual ela confie, pois é ela que vai se desligar de um grupo no qual interagiu tentar criar um novo vínculo com outras crianças.

A inclusão não é e nunca foi uma tarefa fácil, tanto por parte do sujeito a ser incluso bem como do grupo que irá receber esse sujeito e dos educadores. A tentativa é válida principalmente quando o educador compreende, reflete e se coloca na posição do outro. Praticar uma pedagogia consciente é posicionar-se diante desses momentos conflituosos que ocorrem durante a prática docente de maneira a resolvê-los, alicerçado numa educação comprometida com a história social de cada membro que neste ambiente convive, produz e reproduz história.

### **5.2.8 Transição da Educação Infantil Para o Ensino Fundamental**

De acordo com as Diretrizes Curriculares do Município de Curitiba, volume 2 Educação Infantil, a mudança da Educação Infantil para o Ensino Fundamental é muito significativa para as crianças. Sendo assim, sugere que o professor observe as reações e curiosidades que a criança apresente e aproveite para realizar projetos que envolvam esses alunos.

O ingresso da criança na instituição pode criar ansiedade tanto para elas, como para os pais, professores e os educadores. São reações emocionais causadas pela nova situação na vida dessas pessoas. A volta do estado emocional normal vai depender de como essas pessoas: crianças, pais e professores lidam para que ocorram as adaptações, principalmente, a da criança.



Algumas crianças podem apresentar comportamentos diferentes daqueles que comumente revelam em seu ambiente familiar, como chorar, não querer comer o lanche, voltar a fazer xixi e evacuar na roupa, podem adoecer, isolar-se de outras crianças, criar dependência de um brinquedo, um outro objeto, um paninho, etc. A instituição deve ter um comportamento de flexibilidade, compreensão e ajuda à criança e aos pais nestes momentos.

Na primeira reunião com os pais, a instituição apresenta o máximo de informações sobre o período de adaptação, objetivos do trabalho, concepção de educação, organização do funcionamento da escola (calendário, entradas tardias, saídas antecipadas, atividades extra-classe, agenda, tarefas de casa, direitos e responsabilidades dos pais e dos alunos, uniformes, organização do material e outros que a escola julgar necessários para a boa educação dos alunos). Deve-se aproveitar também este momento para colher o máximo de informações sobre a criança: saúde, alimentação, hábitos, desenvolvimento, etc.

A maneira como a família vê a entrada da criança na instituição influencia nas suas reações emocionais. Algumas mães costumam chorar junto com a criança, sentindo porque seu filho tem que ficar na instituição. Ficam dando beijinhos e tchau como se nunca mais fosse ver a criança, em vez de dedicar o mesmo carinho que sempre teve ao filho a ser firme no propósito de deixá-lo na escola entregue aos profissionais. A mãe precisa ter uma atitude de incentivo: que prove ao filho que deseja que ele fique e que confia que vai ficar bem. Também deve confiar no trabalho na escola, para isso é preciso conhecer e se interar de seu funcionamento.

O professor deve incentivar a criança, conduzindo-a para dentro da sala de aula com todo carinho e atenção, pois a criança precisa sentir-se protegida e segura.

Na Escola Municipal Dona Lulu – Educação Infantil e Ensino Fundamental, no início de cada ano letivo faz-se reuniões com os pais, relatando encaminhamento

metodológico da Educação Infantil, seus objetivos, processo de adaptação, bem como a organização interna da escola.

Os alunos da Educação Infantil tem no início do ano, carga horária reduzida com acréscimo gradativo da carga horária para adaptação.

### **5.3 ENSINO FUNDAMENTAL:**

#### **5.3.1 Organização do Ensino**

A organização do Ensino Fundamental na Rede Municipal de Curitiba, com a implantação dos ciclos de aprendizagem, em 1999 está constituído de quatro ciclos de aprendizagem oportunizando aos alunos a frequentarem a escola pelo período de nove anos.

Com a lei 11.274/06, o Ensino Fundamental de nove anos passa a ser obrigatório. Em Curitiba, desde a implantação da organização do ensino em ciclos de aprendizagem, o atendimento escolar às crianças de seis anos vem se dando em caráter facultativo. Essa modalidade, porém não era obrigatória.

Atendendo a esta legislação, todo o estado do Paraná passará a partir de 2007, a implantar nas escolas municipais o Ensino Fundamental obrigatório para nove anos, com início aos seis anos de idade.

#### **5.3.2 Princípios Curriculares: Concepção e Prática de Alfabetização**

O currículo é uma construção social, influenciada pelas políticas sociais, culturais e pedagógicas, do interior da escola, da comunidade e do mundo.

O currículo deve envolver a totalidade do conhecimento, com os diferentes focos das áreas do conhecimento articulados. Este é caracterizado por um conjunto de ações que cooperam para a formação humana.

A escola precisa organizar os conteúdos curriculares de uma forma ampla, incorporando à prática pedagógica conteúdos de natureza procedimental e atitudinal.

A aquisição da escrita pelos sujeitos é um processo que se dá em virtude de suas possibilidades de interação dentro de diferentes instâncias, derivando daí conceitos importantes que todo aquele que trabalha com a escrita deve buscar compreender: o letramento ou alfabetismo e a alfabetização.

Segundo KLEIMAN (1998). “O letramento é desenvolvido mediante a participação da criança em eventos que pressupõem o conhecimento da escrita e o valor do livro como fonte fidedigna de informação e transmissão de valores...” (p.183). SOARES (1995) prefere usar o termo “alfabetismo” para designar “o que as pessoas fazem com as habilidades e conhecimentos de leitura e escrita em determinado contexto e a relação que se estabelece entre essas habilidades e conhecimentos e as necessidades, os valores e as práticas sociais” (p. 10) Embora o conceito de letramento ou alfabetismo seja amplo e complexo, podendo incluir ou não os processos de escolarização, as demandas por práticas de leitura e de escrita toma-se cada vez maiores no atual contexto social. Logo, essas práticas devem iniciar, de maneira significativa, no processo de alfabetização. Isso depende, porém, da forma como a alfabetização é vista e trabalhada.

Na concepção tradicional, alfabetização corresponde a processos de codificação de sinais. Nela, a escrita é entendida como reprodução da linguagem oral, supondo-se que para cada som emitido corresponda um sinal gráfico. Essa concepção originou práticas mecânicas cujo centro é o código para trabalhar com a escrita na escola.

A concepção atual (contemplada também nos PCNS) aborda a alfabetização a partir de sua dimensão simbólica, ou seja, dos significados culturais que a sua implicação metodológica mais importante é a de trabalhar a escrita do jeito que ela aparece socialmente, isto é, através de seus usos sociais. A forma social de uso da escrita é o texto. Sendo assim, o texto oral e escrito – enquanto unidade de sentido e produto de uma atividade discursiva – constitui o cerne do processo de aquisição da língua escrita, uma vez que é nele que a palavra assume múltiplas possibilidades de significação.

O trabalho com o texto implica uma constante reflexão sobre a língua escrita, em seus aspectos discursivos e notacionais.

Mediada sempre pelo professor, essa reflexão precisa acontecer a partir de práticas (de leitura, de produção e de análise lingüística de textos), que revelem o aluno não só a vivenciar dinamicamente a escrita, como também a valorizar o uso social dessa modalidade de linguagem. Tal valorização provocou mudanças no conceito de analfabetismo, que passou a incluir a noção de analfabeto funcional.

O analfabeto funcional é aquela pessoa que, mesmo tendo freqüentando a escola aprendeu a usar os códigos, mas não se beneficia das possibilidades sociais que a escrita oferece (não lê jornal, não participa da vida social proporcionada pela escrita).

A mudança das concepções de leitura e escrita e, decorrentemente, da alfabetização adveio das mudanças das relações sócias de produção. Isso significa que o modelo que ensina apenas o código já não responde mais às exigências colocadas pela sociedade. O modelo tradicional não forma o bom leitor e o produtor de texto e não atende, dessa forma, às exigências da sociedade e do mundo atual.

A aquisição da escrita pelos sujeitos é um processo que se dá em virtude de suas possibilidades de interação dentro de diferentes instâncias, derivando daí

conceitos importantes que todo aquele que trabalha com a escrita deve buscar compreender: o letramento ou alfabetismo e a alfabetização.

Segundo KLEIMAN (1998), “o letramento é desenvolvido mediante a participação da criança em eventos que pressupõem o conhecimento da escrita e o valor do livro como fonte fidedigna de informação e transmissão de valores” (p.183).

Soares (1995)

### **5.3.3 – Articulação Entre as Áreas do Conhecimento**

O mundo não é disciplinar. Para podermos dar conta de sua complexidade nós dividimos o conhecimento sobre o mundo em disciplinas. Mas para que o conhecimento sobre o mundo se transforme em conhecimento do mundo, isto é, em competência para compreender, prever, extrapolar, agir, mudar, manter, é preciso reintegrar as disciplinas num conhecimento não fragmentado. É preciso conhecer os fenômenos de modo integrado, inter-relacionado e dinâmico.

Os conteúdos curriculares devem ser trabalhados de forma inter-relacionada. Segundo a LDB, os currículos do Ensino Fundamental devem ter uma base nacional comum a ser complementada em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela.

Na escola, o tratamento da realidade no âmbito fragmentado de cada disciplina pode dar conta de constituir um conjunto de noções ou explicações que, por nem sempre terem nexos entre si, são depois esquecidas. Mas não dá conta de desenvolver nos alunos a compreensão do mundo físico e social tal como determina a LDB.

A interdisciplinaridade como prática do currículo escolar se expressa em vários níveis de cooperação entre as disciplinas:

Um primeiro, mais simples, o de descrever e/ou explicar um mesmo fenômeno na perspectiva de diferentes disciplinas, concomitante, seqüencialmente ou com um intervalo de tempo relativamente curto (dentro do mesmo ano letivo ou série, por exemplo). Quando isso ocorre o que há em comum entre as disciplinas é o objeto ou tema. Por exemplo, a poluição pode ser examinada em geografia, língua portuguesa, história. Mas não há um esforço sistemático para mostrar as relações que existem entre “os conhecimentos” que resultam das abordagens ou conceitos examinados em cada disciplina, onde o objeto estudado é conhecido apenas sob aquele ponto de vista disciplinar individual. A ponte entre elas, ou a integração caberá ao aluno estabelecer, o que raramente acontece. Nesse nível o aluno pode até adquirir conhecimentos necessários à constituição de competências, mas não aprende a mobilizá-los e aplicá-los em situações permanentes.

Em segundo nível, mais complexo, não prescinde da explicação do fenômeno no âmbito de cada disciplina separadamente, mas vai além: ao estudar as relações entre as diferentes formas de conhecer o fenômeno da poluição, por exemplo, reconstrói esse fenômeno, com a contribuição de cada disciplina, mas resultando num conhecimento diferente, mais complexo, do que aquele que cada uma delas em separado pode ter do fenômeno da poluição. Nesse caso, o aluno foi instalado a mobilizar os diferentes “conhecimentos” para reconstruir e dar sentido ao fenômeno, objeto ou tema em estudo. Logo a constituição de competências está mais próxima de ser alcançada.

Portando o trabalho interdisciplinar implica em atividades de aprendizagem que favoreçam a vivência de situações reais ou simulem problemas e contextos da vida real que, para serem enfrentados, necessitarão de determinados conhecimentos e competências. Por exemplo, entender como a poluição se tornou um problema político na sua cidade e porque as diferentes soluções, aparentemente técnicas, estão comprometidas com diferentes formas de organizar o espaço urbano. Isso remete ao conceito de contextualização.

### 5.3.4 Eixos das Áreas do Conhecimento

#### CIÊNCIAS

EIXOS: Ecossistema, Culturas e Sociedades, Natureza da Ciência e Tecnologia

“Considera-se que o ensino de ciências naturais na escolaridade fundamental deve proporcionar ao estudante a constituição do pensamento científico a respeito dos fenômenos do mundo natural, em diferentes espaços e tempos, e a compreensão das transformações que o ser humano impõe à natureza. São os conhecimentos das diferentes disciplinas científicas que podem proporcionar ao estudante tal cultura científica básica e, ao mesmo tempo, desenvolver a observação, a interpretação e a compreensão do mundo em que vive e do qual faz parte, entre outras competências essenciais ao exercício da cidadania” (Matrizes Curriculares de referência para o SAEB).

O objeto de estudo da área de Ciências é o Ecossistema compreendido em sua totalidade, considerando o ambiente terrestre como o maior dos ecossistemas, pois engloba o conjunto das inter-relações entre todos os seus elementos. O ecossistema terrestre é a unidade básica que expressa, em diversas escalas espaço-temporais, o complexo sistema de relações de interdependência entre os sistemas físicos, geológicos e biológicos, com fluxos e transformação de matéria e energia, influenciados pelos diferentes tipos de energia disponíveis no planeta e onde é também considerada a ação do ser humano em sua trajetória como ser histórico, que abstrai e reelabora a realidade.

Assim, o ensino de Ciências busca compreender o ambiente em sua complexidade, desvelar a ciência e a tecnologia, apresentando-as como atividades humanas, historicamente produzidas, e fornece instrumentos para gerar

representações de como o ser humano entende o Universo, o espaço, o tempo, a matéria e a vida e seus processo de transformação.

O trabalho com o ensino de Ciências deve ser permeado pela curiosidade que os alunos trazem sobre os fenômenos da natureza, o funcionamento do corpo humano, os seres vivos, os objetos e equipamentos da tecnologia com os quais eles convivem, possibilitando uma abordagem significativa dos conteúdos.

O estudo de Ciências objetiva não apenas a promoção de mudanças conceituais ou aprendizado do conhecimento científico, cabe ao professor selecionar, organizar e problematizar os conteúdos em diferentes contextos, a fim de permitir mudanças atitudinais e procedimentais nos alunos.

É necessário que no ensino aprendizagem de ciências haja espaço para situações de aprendizado que permitam a investigação, a comunicação e o debate de fatos e idéias. É nesse processo de busca e confronto de idéias que o conhecimento se constrói. Portanto, a área de Ciências Naturais através dos seus eixos articuladores do conteúdo: Ecossistema, Culturas e Sociedades, Natureza da Ciência e Tecnologia, como parte do currículo na Educação Básica, pode proporcionar aos estudantes, uma cultura científica que lhes permita compreender a natureza da ciência como atividade humana, historicamente produzida, resultado de avanços, continuidades e rupturas.

## **EDUCAÇÃO FÍSICA**

EIXOS: Jogo, Ginástica, Dança, Luta e Esporte.

A Educação Física escolar é uma área do conhecimento que aborda de forma pedagógica os elementos da cultura corporal entendida como o conjunto de conhecimentos sobre o movimento, historicamente construídos e socialmente transmitidos.



Considerando o movimento corporal como objeto de estudo da Educação Física escolar, têm-se como eixos norteadores o jogo, a ginástica, a dança, o esporte e a luta. Baseando-se nesses eixos, o professor poderá elaborar seu planejamento definindo os objetivos que pretende atingir e os respectivos conteúdos. Deve levar em consideração a realidade do seu contexto escolar, respeitando características e individualidades dos estudantes, buscando integrar a atividade intelectual com a atividade corporal.

Desse modo, a Educação Física escolar proporciona aos estudantes, além do desenvolvimento físico e motor, o crescimento pessoal, a participação social e a vivência de valores e princípios éticos e democráticos.

Para isso, a metodologia que o professor utilizará deve ser organizada em ação-reflexão-nova ação consciente. A ação é o momento da aula em que acontece a vivência prática do conteúdo. Na reflexão se dá a problematização dos conteúdos vivenciados, a qual visa ampliar a compreensão do estudante para a dinâmica histórica e sua significação social por meio de questionamentos, pesquisas bibliográficas, uso de novas tecnologias, entre outros.

## **ARTES**

ÁREAS: Música, Dança, Teatro e Artes Visuais

*“A arte diz o indizível: exprime o inexprimível: traduz e intraduzível. O artista que não duvida, consegue pouco”. (Leonardo Da Vinci)*

Com vistas à realização de um ensino que propicie o desenvolvimento do pensamento artístico e da percepção estética, o trabalho com as Artes possibilita a compreensão do registro da interferência humana no espaço e no tempo, dada por meio da ação criadora e representada pelas estruturas artísticas. Tais estruturas se expressam pelo modo de ver, ouvir, encenar ou movimentar-se do sujeito criador. O trabalho com as Artes proporciona também a ação/reflexão sobre os valores culturais,

estabelecidos pelo ser humano, bem como o desenvolvimento da autonomia para a pesquisa, organização e ressignificação de informações.

A Arte na escola não prevê a formação profissional de artistas, e sim o trabalho em que o objeto de estudo é a própria paisagem artística, compreendida como a representação de um espaço real ou imaginário que revela o pensamento do ser humano em diferentes épocas e culturas, que visa o desenvolvimento do pensamento e da percepção estética.

O trabalho com as Artes compreende a paisagem artística como produto das relações socioculturais estabelecidas pelo ser humano, a partir de diferentes formas de organização. Nessa perspectiva, o objeto de estudo da área é toda forma de expressão humana que se utilize às linguagens artísticas. Emergem dessa proposta dois eixos norteadores e simultâneos para o desenvolvimento do trabalho pedagógico: a especificidade das linguagens artísticas e o entendimento da arte como produção cultural.

## **ENSINO RELIGIOSO**

### **EIXOS: Manifestações do Sagrado**

Em nosso país, até por volta da década de 70, o Ensino Religioso teve um caráter catequético por influência do trabalho dos jesuítas, perdurando a concepção evangelizadora, cuja finalidade era a de fazer seguidores.

A partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 5.691/71, o enfoque passou a centrar-se no desenvolvimento da religiosidade do aluno. Nesse âmbito, o Ensino Religioso teve como conteúdo os valores humanos voltados para uma vivência ética, sem se ater a qualquer forma de doutrinação. A metodologia aplicada nessa concepção objetivava um questionamento sobre a realidade do aluno, e as possíveis mudanças de atitudes, o ver, o julgar, o agir e o celebrar constituíam então os passos metodológicos.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.475/97, que apresenta uma nova redação para o art. 33 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional /96, aponta novos avanços e perspectivas para o Ensino Religioso ao ressaltar a importância de se assegurar o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil e ao vedar quaisquer formas de proselitismo. Essa intenção dá ao Ensino Religioso uma nova característica. Centrada na antropologia religiosa, passa a constituir uma área de conhecimento, cujo objeto de estudo é o fenômeno religioso.

Entende-se por fenômeno religioso o conjunto de expressões, tanto de caráter pessoal como comunitário, relacionado à busca do Transcendente. O fenômeno religioso acontece no universo de uma cultura, é influenciado por ela e, conseqüentemente, também a influencia.

Refletir e analisar a diversidade religiosa existente possibilita ao aluno a compreensão do papel das tradições religiosas na estruturação e manutenção das diferentes culturas e manifestações socioculturais, portanto:

Aprendendo a conviver com diferentes tradições religiosas, vivenciando a própria cultura e respeitando as diversas formas de expressão cultural, o educando está também se abrindo para o conhecimento. Não se pode entender o que não se conhece. Assim, o conceito de conhecimento do Ensino Religioso, de acordo com as teorias contemporâneas, aproxima-se cada vez mais da idéia de que conhecer é construir significado. (PCN Ensino Religioso, p. 39).

O Ensino Religioso tem o compromisso com a transformação social e histórica diante da vida e do Transcendente. Pretende a humanização por meio da socialização do conhecimento religioso, promovendo o estabelecimento de novas relações do aluno consigo mesmo, com os outros, com a natureza e com o Transcendente.

O conhecimento religioso compreende o ser humano numa perspectiva própria, entrando em discussão em elemento perene: a questão do sentido da existência, visto que nele o Transcendente se manifesta. (PCN Ensino Religioso, p. 40)

O Ensino Religioso deve promover uma abertura ao diálogo inter-religioso, na perspectiva dos valores universais comuns a todas as tradições religiosas, tendo por base a alteridade e o direito à liberdade de consciência e opção religiosa. Deve ser entendido como um processo interativo entre educador e aluno, na busca da realização destes como seres humanos, inseridos numa sociedade em que devem ser reconhecidos e respeitados como cidadãos.

Não basta que o aluno conheça a sua realidade religiosa apenas, pois ele vive a realidade plural, onde a diferença e a variedade religiosa apenas, pois ele vive a realidade plural, onde a diferença e a variedade configuram a realidade maior.

A escola é um espaço privilegiado para a construção de conhecimentos, expansão da criatividade, vivência de valores éticos e educação para a paz. O ensino religioso no currículo escolar propõe através de seu eixo articulador “Manifestação do Sagrado” a possibilidade de promover o respeito mútuo, a partir da valorização da singularidade de cada pessoa e do diálogo inter-religioso, estabelecendo, assim novas relações de convivência com as diferenças.

## **GEOGRAFIA**

EIXOS: Espaço, Sociedade e Natureza.

A geografia estuda as dinâmicas compreendidas nas relações socionaturais, logo, a ênfase do ensino recai sobre a investigação de como a sociedade ocupa, organiza e transforma o lugar onde vive em espaço geográfico, que se constitui objeto de estudo da área.

Para que ocorra a compreensão do espaço geográfico, é necessário trabalhar com os eixos sociedade, natureza e espaço, assim como com as representações da

vida dos alunos, inter-relacionando conteúdos escolares e conhecimento do cotidiano. É de fundamental importância provocar situações de aprendizagem que valorizem as referências que resultam das experiências dos alunos.

O espaço vivido é o espaço físico vivenciado através do movimento e do deslocamento. É o espaço do cotidiano infantil, onde a criança estabelece relações entre espaços e objetos, utilizando os referenciais de vizinhança, de separação, de ordem, de envolvimento, de continuidade. É quando ocorre a descentração, ou seja, o processo de reversibilidade, no qual a criança consegue, gradativamente, ir alterando o ponto de referência de si própria para outras pessoas, objetos e espaços para se localizar.

O espaço concebido é aquele em que se estabelecidas conexões que favorecem a percepção das relações euclidianas (medidas de comprimento e largura na construção dos espaços); utilização de referenciais abstratos dos sistemas de coordenadas, tais como: distâncias, comprimento, superfície – (é quando ocorre a construção dos espaços); utilização de referenciais abstratos dos sistemas de coordenadas, tais como: distâncias, comprimento, superfície – é quando ocorre a construção do mapa no nível da abstração. São instrumentos básicos do saber geográfico os conteúdos/ conceitos: localização, orientação, distribuição e representação dos fenômenos socioambientais, paisagem, lugar, região, limite e território, como também a alfabetização cartográfica, que instrumentaliza o aluno para ser em primeira instância, mapeador ativo (alguém que constrói seus mapas), para que a partir daí, possa ler mapas feitos por adultos.

A educação geográfica pode ser entendida como educação para a consciência do espaço, utilizando-se de recursos que possibilitem o desvelamento da realidade (além das aparências) e dos discursos sobre ela, desenvolvendo atitudes que auxiliem os indivíduos e os grupos sociais a construir a consciência do ambiente local e global e das questões que lhe são inerentes e também criando uma nova sensibilidade para com essas questões. O estudo do espaço geográfico trata da dinâmica da

realidade socioambiental nas suas relações dialéticas, sendo esse espaço, portanto, reconstruído a cada momento. Esse espaço caracteriza-se ainda pelas formas de ocupação que as pessoas desenvolvem, assumindo as formas de espaço rural ou urbano, de acordo com as atividades produtivas que neles são realizadas, pela infraestrutura que possuem. O processo de transformação da natureza ocasionado pela dinâmica dos fenômenos naturais e pela atuação dos seres humanos vem, ao longo do tempo, alterando todo o ecossistema terrestre.

## **HISTÓRIA**

EIXO: Cultura, Identidade e Cidadania.

A partir dos debates apontados pela historiografia, ou seja, a arte de escrever a História, novos objetos e abordagens têm sido introduzidos na arte de ensinar História. As propostas de ensino têm privilegiado a diversidade e a diferença, superando a uniformidade e as regularidades. A ênfase nestes estudos tem-se pautado em temáticas, desde o estudo das formações sociais, das totalidades contraditórias, até as que se configuram numa abordagem a partir do cotidiano e da micro-história.

A preocupação inicial deve ser com o desenvolvimento do conhecimento histórico, entendido como a compreensão do processo e dos sujeitos histórico, entendido como a compreensão do processo e dos sujeitos históricos, buscando enfatizar o desvelamento das relações que se estabelecem entre as diferentes coletividades nos diferentes tempos e espaços. (karnal, 2004, P.42).

A História enquanto processo deve priorizar o exercício da problematização da realidade, buscando identificar as relações sociais nas diferentes coletividades, percebendo as diferenças e semelhanças, conflitos e contradições, igualdade e desigualdade e comparando as problemáticas atuais com outros tempos e espaços.

Privilegiar o sujeito histórico é superar um ensino da História que enfoque apenas a ação de “personagens histórico”, é perceber que a “trama histórica” não pode

ser entendida a partir de ações individuais, mas concebida como construção com a participação de todos os agentes sociais: individuais e coletivos.

Nesta perspectiva, volta-se o olhar para “novos” sujeitos sociais, tais como: grupos étnicos, jovens, mulheres e crianças.

A partir do entendimento de que o conhecimento histórico tem embasado o ensino e tem apontado novos conceitos e metodologias, podem-se pensar alguns conceitos-chave como articuladores metodológicos, por exemplo: cultura, identidade e cidadania. Conceitos assim entendidos: cultura – cultura popular, cultura política, pluralidade cultural; identidades – coletivas, étnicas, de classe, de gênero e nacional: cidadania – direitos civis, políticos e sociais.

Estes conceitos, que em sua historicidade, ou seja, nas mudanças que ocorrem nos diferentes tempos e nos diferentes espaços, buscam auxiliar no desvelamento e explicação de certas realidades históricas, não devem ser utilizados para todo e qualquer histórico, bem como ajudar na análise e compreensão de diferentes fontes históricas.

As atividades escolares devem propiciar ao educando condições para que este participe, no dizer de BITTENCOURT (2001 p. 59): “do processo do fazer, do contar a História. Que o aluno possa entender que a apropriação do conhecimento é uma atividade em que se retorna ao próprio processo de elaboração do conhecimento”.

A mediação pedagógica deve estar baseada no trabalho de pesquisa histórica, propiciando ao aluno a compreensão sobre a interlocução entre o acontecido e o narrado; levando à compreensão de que quem escreve a história lança diversos olhares sobre um mesmo acontecimento histórico, bem como de que os diferentes registros são fontes de informação do passado e que a pesquisa é o elemento fundamental para se conhecer a História.

Para tanto, propõem-se eixos articuladores dos conteúdos: cultura, identidade e cidadania. Esses eixos cujos conceitos são criados e datados constituem-se

historicamente em meio a mudanças e permanências, em diferentes tempos e em diferentes espaços, e possuem, portanto, uma história.

## **LÍNGUA PORTUGUESA**

EIXOS: Oralidade, Leitura e Escrita.

O trabalho com a Língua Portuguesa deve considerar o caráter dialógico e interativo da linguagem oral e escrita, pois sempre há intenção no uso de qualquer linguagem, seja verbal ou não. A análise escolar dos mecanismos de linguagem oral e escrita deve estar voltada para o que lhes confere significado, já que a linguagem é dinâmica e transforma-se constantemente, não sendo, apenas um código do qual o sujeito se apropria para comunicar-se, mas revelando-se como algo vivo, sempre em processo de construção e também construindo o sujeito.

Apropriar-se da língua significa compreendê-la como indispensável para que o homem se constitua como sujeito social, compreendendo, de forma significativa as impressões que lhe são impostas pelo mundo por meio de texto oral/escrito.

Deve-se nortear o trabalho de Língua Portuguesa; a compreensão da reflexão e utilização da linguagem escrita e oral como instrumento significativo em sua vida.

Nesta perspectiva, não só se ensina o aluno a ler e a escrever, mas também a refletir sobre o objeto de estudo – TEXTO ORAL e ESCRITO – considerando o processo de alfabetização e letramento. Segundo SOARES (apud RIBEIRO, 2003 – p.91):

... Alfabetização é o processo pelo qual se adquire o domínio de um código e das habilidades de utilizá-lo para ler e escrever, ou seja: o domínio da tecnologia – do conjunto de técnicas – para exercer a arte e ciência da escrita. Ao exercício efetivo e competente da tecnologia da escrita denomina-se letramento, que implica habilidades várias, tais como: capacidade de ler ou escrever para atingir diferentes objetivos – para informar ou firmar-se, para interagir com os outros, para imergir no imaginário, para seduzir ou induzir, para divertir-se, para orientar-se, para apoio à memória, para catarse...; Habilidade de interpretar e produzir diferentes tipos e gêneros de textos: habilidades de orientar-se pelos protocolos de leitura que marcam o texto ou de lançar mão desses protocolos, ao escrever; atitudes de inserção efetiva no mundo da



escrita, tendo interesse e prazer em ler e escrever, sabendo utilizar a escrita para encontrar ou fornecer informações e conhecimentos, escrevendo ou lendo de forma diferenciada segundo as circunstâncias, os objetivos, o interlocutor...

Dessa maneira, possibilita-se ao aluno selecionar o que lê e ouve, bem como os recursos dos quais se apropriará em suas atitudes de escrita, utilizando tais mecanismos de forma adequada no seu cotidiano.

A linguagem é entendida como resultado da interação humana e de sua produção estética. Nas diretrizes priorizam-se a Literatura como fonte de fruição e defendem que a sistematização dos conteúdos relativos à língua deva estar pautada na perspectiva do eixo USO-REFLEXÃO-USO, tendo o texto como objeto de estudo.

Enfatizam-se a necessidade de sistematização do trabalho com as unidades menores da língua, contextualizadamente, visando auxiliar os alunos na compreensão desses conteúdos. Assim, as habilidades de leitura, oralidade e escrita devem ser desenvolvidas no contexto dos diversos gêneros textuais que circulam socialmente, pois neles a língua se manifesta na sua totalidade e a linguagem adquire significado.

## **MATEMÁTICA**

EIXOS: Aritmética, Algébrica, Geometria, Probabilidade e Gráfico-Lógica.

A universalidade da linguagem matemática evidencia sua importância utilitária na vida das pessoas, mesmo que estas vezes nem se dêem conta. A realidade social, cada vez mais dinâmica e complexa, exige o desenvolvimento da autonomia intelectual de todos os cidadãos. Para tanto, é necessário nos letrarmos matematicamente.

Letrar-se matematicamente significa aprender a utilizar com compreensão as diferentes linguagens matemáticas (aritmética, algébrica, geométrica, gráfica, probabilística, lógica e outras), estabelecendo relações entre as mesmas as quais dependem e pressupõem um conjunto de interações entre as mesmas as quais dependem e pressupõem um conjunto de interações, no qual se apresentam os problemas relacionados ao mundo do trabalho, da ciência, da vida cotidiana e escolar.

Nesta perspectiva, a Matemática possui um papel relevante como instrumento de análise qualitativa e quantitativa no sentido de investigar, modelar e compreender as questões socioambientais, bem como auxiliar no campo das demais Ciências.

A aprendizagem em Matemática está relacionada à compreensão, ao estabelecimento de relações, ao apreender e produzir significados. Em termos pedagógicos, ela será tão ou mais eficaz quanto mais autênticas forem as situações propostas aos educandos.

Neste sentido, a proposta da educação matemática terá como foco a resolução de problemas, a investigação, a Etnomatemática, a história da matemática, a modelagem matemática, tecnologias e os jogos matemáticos. Estas metodologias de ensino pressupõem uma atitude de autonomia, pois instiga o educando a projetar, prevê, abstrair, argumentar, analisar, justificar, relacionar as observações feitas com a representação adequada, sintetizar, levantar hipótese, testá-las, verificar e interpretar resultados favorece a estruturação do pensamento, desenvolve e agiliza o raciocínio lógico, permite ao educando uma maior facilidade de comunicar suas idéias matematicamente, com segurança.

No entanto, para a formação do educando, torna-se essencial o trabalho interdisciplinar, onde há relação entre a Matemática e as demais áreas do conhecimento. Assim, tanto os alunos quanto os profissionais da educação devem estar motivados e, essa motivação se dá quando "... o que está sendo ensinado tem algum significado, quando satisfaz alguma de suas necessidades, quando lhe abre perspectivas de atingir algum objetivo (MARTINS, 1990)".

Dessa forma, incorporar diferentes metodologias, no ensino da Matemática se torna imprescindível para a construção e desenvolvimento do pensamento matemático. O trabalho deve focar situações autênticas que levem o estudante a levantar hipóteses, analisar, relacionar as observações com as representações matemáticas adequadas. É importante que seja enfatizada a estratégia de pensamento do estudante. Para tanto, é

necessário que se utilizem diversos meios, como materiais manipulativos, articulados com as reflexões dos estudantes sobre as situações com que se deparam, e a análise do erro como hipóteses de construção do conhecimento. Além disso, deve-se trabalhar com os objetivos em rede, explorando a relação entre os conteúdos de cada um deles e as linguagens aritmética, algébrica da Geometria da Probabilidade Gráfico-lógica para o desenvolvimento dos conceitos matemáticos.

### **5.3.5 Educação Especial**

É uma modalidade de educação escolar voltada para educandos portadores de necessidades educacionais especiais, devendo os sistemas de ensino, sobretudo os municipais, se estruturar para oferecê-la. A educação especial tem início na faixa etária de zero a seis anos e deve ser oferecida, preferencialmente na rede regular de ensino.

Se possível, a escola deverá contar com serviços de apoio especializado para tal atendimento. O atendimento será feito em classes, escolas ou serviços especializados sempre que não for possível sua integração nas classes comuns de ensino regular. Os sistemas de ensino assegurarão currículos, professores especializados e professores do ensino regular para a integração em classes comuns, utilizando-se métodos, técnicas e recursos educativos com esses educandos, sobretudo educação especial para o trabalho. São assegurados acessos iguais aos programas sociais do ensino regular.

A Educação Especial no município de Curitiba tem evoluído e ampliado sua abrangência administrativa e pedagógica. Em 1985, foi inaugurada a primeira escola municipal de Educação Especial pelos Centros Municipais de Atendimento Especializado (CMAEs) e em 1990 criou-se a primeira Sala de Recursos.

A Rede Municipal de ensino em Curitiba, vem implementando propostas para atender as necessidades educacionais dos alunos em consonância com os postulados

firmados na Conferencia Mundial sobre Educação para todos (1190) e na Declaração de Salamanca sobre necessidades educativas especiais (1994), que crê e proclama:

- ♦ Cada criança tem características, interesses, capacidades e necessidades de aprendizagem que lhe são próprias.
- ♦ As pessoas com necessidades educativas especiais devem Ter acesso às escolas comuns, que deverão integrá-las numa pedagogia centralizada na criança, capaz de atender a essas necessidades.

A Educação Especial tem como fundamentos básicos a igualdade e a diversidade. Partindo desses princípios, faz-se necessário romper com a ideologia da exclusão que, de forma preconceituosa, mantinha um olhar discriminativo sobre as pessoas com necessidades educacionais especiais, segregando-as em Escolas Especiais ou Classes Especiais, por tempo indeterminado.

A Educação Especial está voltada para evitar toda forma de exclusão dos alunos que apresentem necessidades educacionais especiais.

A Classe Especial caracteriza-se como uma sala de aula nas escolas do ensino regular, parte destas, portanto, tem como clientela alunos que apresentam necessidades educacionais especiais e assume o desafio de garantir o acesso aos conteúdos básicos que a escolarização deve proporcionar a todos.

Os alunos matriculados na escola de ensino regular que necessitam de escolaridade em Classes Especiais apresentam características e necessidades educativas diferenciadas, que são apontadas em Avaliação Diagnóstica Psicoeducacional, feita por profissionais especializados, que ao analisar suas peculiaridades, indicam essa modalidade de atendimento.

O funcionamento das Classes Especiais é regulamentado nos dispositivos legais:

- ♦ Deliberação nº 020/86 do Conselho Estadual de Educação do Paraná;
- ♦ Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n.º 9394/96

- ♦ Conselho Nacional de Educação, Câmara de Educação Básica, Resolução CNE/CEB nº 2/2001

A Classe Especial é uma etapa na vida escolar do aluno, que tem caráter transitório, fundamentada no capítulo II da LDBEN, pois visa à inserção progressiva de seus alunos nas classes comuns do ensino regular, respeitando as especificidades de cada um, procurando-se evitar defasagem idade/série/etapa/ciclo.

Conforme a resolução CNE/CEB n.º 02/2001, no seu artigo 5º, é indicado essa modalidade de atendimento aos alunos que durante o processo educacional, apresentarem:

- Deficiência mental leve
- Deficiência mental moderada, que necessitem de trabalho diferenciado e estimulação específica em seu atendimento;
- São limítrofes (casos específicos que possuem maior comprometimento).
- Têm defasagem nas áreas do desenvolvimento, que exigem trabalho diferenciado;
- Têm comprometimento na área orgânica e funcional;
- Tem grande defasagem idade/série/etapa/ciclo, falta de experiências escolares anteriores que dificultem o desenvolvimento em classe comum.

Na Classe Especial, é importante desenvolver atividades diversificadas, que permitam o desenvolvimento afetivo, motor, cognitivo, social embora, porque é através delas que a criança tem oportunidades de experimentar, descobrir, inventar, exercitar e conferir suas habilidades. O contato com diferentes situações estimula a linguagem oral e escrita, aumentando o vocabulário, favorece a aquisição de novos conceitos, a convivência entre os pares, o atendimento e o respeito às regras, para uma participação mais satisfatória no grupo escolar social.

A Classe Especial tem o objetivo primordial de assegurar a igualdade de oportunidades aos seus alunos, de forma a promover a sua inserção gradativa nas

classes comuns do ensino regular, de maneira mais efetiva.

## **ENCAMINHAMENTO METODOLÓGICO**

Se for por meio da cultura que uma comunidade se constitui, integra e identifica as pessoas, há necessidade de se oportunizar o acesso a essa cultura socialmente construída, cabendo à escola desenvolver um trabalho que contemple temas que contribuam para a afirmação das referências culturais dos alunos, independentes de sua condição física, mental, etc.

Os encaminhamentos, nesta modalidade de ensino, fundamentam-se e se estruturam de maneira que o processo de ensino-aprendizagem seja significativo, que contemple os diversos estilos de aprendizagem e as múltiplas inteligências, abordando os aspectos cognitivos e afetivos, considerando que cada aluno revela características distintas. Para isso, o planejamento das ações pedagógicas consiste em um procedimento em que se prepara um conjunto de decisões, tendo em vista o agir, posterior, para atingir determinados objetivos. É contínuo e se preocupa com o “para onde ir” e “quais as maneiras adequadas para chegar lá”, tendo em vista as situações presentes e possibilidades futuras.

A Classe Especial tem o compromisso de educar com vistas à formação para a cidadania, que é viver numa sociedade democrática, na qual o homem é chamado a participar.

Ao se pensar nos interesses e motivações dos alunos para aprender, há que buscar novas maneiras de ensinar que contemplem as múltiplas inteligências (teoria cognitiva de Gardner) e os diversos estilos de aprendizagem (canais sensoriais), propondo atividades diversificadas que possibilitem a cada aluno a busca do seu melhor caminho para aprender.

Portanto, nas Classes Especiais, o plano de ensino deve ser individualizado,

porem trabalhado no coletivo, seguindo uma pedagogia ativa, interativa e dialógica, valorizando o potencial e favorecendo o desenvolvimento da autonomia e independência de cada aluno.

Para que aconteça um ensino com qualidade nas Classes Especiais o currículo deve ser flexível e de forma contextualizada. A Classe Especial deve oferecer condições para que o aluno desenvolva formas próprias de melhoria no seu desempenho escolar, motivando-se para a aprendizagem e realização de tarefas específicas no seu dia a dia.

A proposta pedagógica das Classes Especiais visa à efetiva inserção dos alunos com necessidades educacionais especiais nas Classes comuns do ensino regular.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica regulamenta a garantia do direito de acesso e permanência dos alunos com necessidades educacionais especiais e orienta para a inclusão em classes comuns do sistema regular de ensino.

A Educação Especial atende as necessidades e expectativas da sociedade em transformação pela implementação de políticas educacionais que tem como meta a educação inclusiva.

## **AVALIAÇÃO**

Para os professores que atuam em Educação Especial, acreditar na potencialidade do aluno, em todos os seus aspectos, é um princípio básico e fundamental para a inserção dos alunos nas classes comuns do ensino regular. Há necessidade de se avaliar, periodicamente, o processo educativo que, segundo LUCKESI (In: Revista Pátio, fev., abr. 2000), serve para coletar os dados que estamos necessitando para configurar o estado de aprendizagem do nosso educando.

*“Avaliar a aprendizagem escolar implica estar disponível para acolher nossos*

*educandos no estado em que estejam, para, a partir daí, poder auxiliá-los em sua trajetória de vida... não há submissão, mas sim liberdade, não há medo, mas sim espontaneidade e busca, não há chegada definitiva, mas sim travessia permanente, em busca do melhor. Sempre!”*

A avaliação é uma atividade constante da vida humana e, na escola, ela precisa ser formativa, pois é parte constitutiva do processo de formação do aluno. Na avaliação formativa, para o acompanhamento individualizado do aproveitamento do aluno, faz-se necessário o registro tanto dos conteúdos trabalhados como do desempenho do aluno, pois é um instrumento fundamental para:

- Favorecer a retomada de estratégias que produziram resultados favoráveis e reconsiderar as que deram pouco ou nenhuma contribuição no processo de ensinar/aprender.
- Fornecer pistas para as intervenções que se fizerem necessárias, tanto nos casos em que o aluno demonstrou avanços na aprendizagem como nos casos em que há necessidade de se retomar os conteúdos trabalhados.
- Possibilitar a análise conjunta (professor/EPA) do processo de aprendizagem do aluno.
- Auxiliar o professor a ter uma visão global do aluno.
- Facilitar a reflexão sobre seu próprio desempenho como professor, isto é, auto-análise/auto-avaliação.
- Mostrar ao aluno o seu próprio processo, conscientizá-lo do que já sabe, das etapas que já venceu e do que ainda lhe falta.
- Fornecer dados seguros sobre o aluno, para apresentar aos pais.

De acordo com a legislação vigente, o aluno retorna à classe comum do ensino regular após avaliação pedagógica que indique o desenvolvimento apresentado e as condições para o atendimento inclusivo. Portanto, é fundamental que todo o processo de ensino-aprendizagem seja acompanhado pela escola e família.

A Instrução nº 01/99 – CDE/SEED orienta os estabelecimentos de ensino quanto aos procedimentos para a realização dos processos de classificação de alunos e respectivo registro da documentação escolar, baseada na Deliberação n.º 005/98-



CEE, em seus artigos 20 e 21, devendo ser consultada no momento da tomada de decisão sobre a vida escolar do aluno.

A Resolução CNE/CEB nº 02/2001 institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, destacando no artigo 9º, a partir do desenvolvimento apresentado pelo aluno e das condições para o atendimento inclusivo. A equipe pedagógica da escola e a família devem decidir conjuntamente, com base em avaliação pedagógica, quanto ao seu retorno à classe comum.

Tendo em vista o caráter transitório das Classes Especiais, a CANE propõe um acompanhamento bianual, fazendo-se representar na composição da equipe avaliadora que procederá a avaliação do desenvolvimento do aluno nas áreas do conhecimento e do desenvolvimento humano, numa perspectiva intencional, cuja real intenção será determinar ao mesmo tempo o caminho já percorrido por cada um e aquele que resta a percorrer, com vistas a intervir para otimizar os processos de aprendizagem em curso. (PERRENOUD, 2001:89). Os procedimentos para esse acompanhamento serão os mesmos indicados na Instrução n.º 01/99 – CDE/SEED.

Para o funcionamento e gerenciamento das ações desenvolvidas nas Classes Especiais, faz-se necessária à ação conjunta do Departamento de Ensino Fundamental, CANE, Coordenação de Estrutura e Funcionamento, Núcleo Regional da Educação, Equipe Pedagógico-Administrativa da escola, professores que atuam na regência da Classe Especial e CMAE.

## **CRITÉRIOS GERAIS PARA AVALIAÇÃO NAS DIFERENTES ÁREAS DO CONHECIMENTO**

### **LÍNGUA PORTUGUESA**

- Ouvir e contar oralmente fatos ocorridos, sentimentos e recontar histórias conhecidas expondo adequadamente suas idéias e mantendo clareza,

coerência e objetividade necessárias para o processo de interlocução, ainda que com ajuda do professor.

- Reconhecer, compreender e utilizar os diferentes símbolos convencionados socialmente como forma de representação em textos lidos e ouvidos;
- Ler, mesmo que com a mediação do professor, textos de diferentes gêneros discursivos, principalmente fábulas, contos de encantamento, manuais de instrução, quadrinhas, parlendas, textos informativos e textos narrativos (curto);
- Produzir textos de vários gêneros narrativos;
- Interagir com a escrita, por meio de diferentes portadores de textos e vivências de diversas situações, nas quais ela se faz necessária, compreendendo sua função social;
- Produções de pequenos textos com o mínimo de clareza, coerência e coesão, mesmo com a ajuda do professor.
- Reescrever seu próprio texto, refletindo, a partir da mediação do professor e colegas, sobre as diversas possibilidades de melhorá-lo.

## **MATEMÁTICA**

- Construir o significado dos números naturais em situações de contagem, medidas e códigos numéricos, nos diferentes contextos:
- Organizar-se no espaço, posicionando-[se], deslocando-se e interagindo com os objetos do espaço percebendo as relações entre o tempo e o espaço.
- Fazer descrições orais, construções e representações, identificando formas tridimensionais e bidimensionais nos diferentes contextos, percebendo semelhanças e diferenças entre os objetos do espaço e do plano.

- Construir formas pessoais de registro, produzindo escritas numéricas, elaborando tabelas e gráficos como forma de comunicar e representar informações quantitativas e qualitativas.
- Interpretar com o auxílio do professor, diferentes representações gráficas, além daquelas constantes dos meios de comunicação.
- Utilizar-se da linguagem oral e da linguagem escrita para comunicar-se e produzir escritas matemáticas. Reconhecer que as operações.
- Aprender a raciocinar matematicamente, estimando resultados quer em grandezas mensuráveis, quantidades ou situações-problema.
- Construir o significado das medidas e representar grandezas mensuráveis, por meio de diferentes unidades de medidas arbitrárias e ou convencionais (comprimento, capacidade e massa).
- Reconhecer o uso de recursos tecnológicos (calculadora, computador, etc.) como fontes de informações e instrumentos para produzir resultados referentes a grandezas numéricas, formas e medidas.
- Orientar-se no espaço, interpretando e representando a localização e a movimentação de pessoas e objetos, a partir de pontos de referência, comunicando a sua localização.

## **GEOGRAFIA**

- Interpretar mapas não complexos (desenhos do espaço vivido, plantas simples), a partir da decodificação de legendas, com auxílio do professor.
- Utilizar as noções topológicas e projetivas para construir representações (tridimensional e plana) e legenda dos diferentes espaços conhecidos,

- Observar diferentes imagens para trabalhar com noções de proporção, distância e direção.
- Utilizar os diferentes referenciais de localização e orientação (referências pessoais, locais e universais para se deslocar nos diferentes espaços).
- Reconhecer os diferentes grupos sociais do seu cotidiano e de outros grupos para construir a noção de vida em sociedade.
- Identificar a situação ambiental (as mudanças e permanência) dos elementos naturais e culturais dos espaços vividos, percebido para valorizar as formas não predatórias de exploração, transformação e uso dos recursos naturais.
- Utilizar a linguagem cartográfica para obter informações e representar a espacialidade dos fenômenos geográficos.
- Fazer uso da tecnologia para ampliar o conhecimento e compreender sua interferência na qualidade de vida, com auxílio do professor.

## **HISTÓRIA**

- Identificar acontecimentos no tempo buscando a percepção de referências temporais, como: anterioridade, posterioridade e simultaneidade.
- Identificar semelhanças e diferença entre a realidade sociocultural e econômica da sociedade atual e outros tempos e de outras sociedades em diferentes tempos.
- Identificar as formas de organização social rurais e urbanas.
- Reconhecer o trabalho humano como uma das formas de satisfazer as necessidades criadas pela sociedade em diferentes tempos e espaços.
- Identificar os diferentes modelos de família existentes na sociedade hoje, percebendo a participação dos integrantes da família nos vários grupos sociais do quais faz parte.

- Reconhecer, nas vivências familiares, escolares e da comunidade, permanências e transformações sociais, culturais e econômicas no tempo e no espaço onde vive.
- Identificar os meios de transporte, de comunicação, bem como suas transformações tecnológicas, nos diferentes tempos e espaços.
- Identificar os instrumentos cotidianos utilizados na sociedade atual (eletrodomésticos, ferramentas, utensílios...), compreendendo suas transformações e seu uso nos diferentes tempos e espaços.

## **CIÊNCIAS**

- Reconhece a existência de seres vivos (animais, vegetais, fungos e microorganismos) e não vivos (ar, água, solo, luz e calor do solo) e suas relações de interdependência no ambiente.
- Compara os seres vivos, estabelecendo diferenças e semelhanças, quanto a alimentação, respiração, reprodução e desenvolvimento, utilizando essas informações para elaborar classificação, valorizando a diversidade existente no ambiente.
- Observa e identifica algumas características do corpo humano, comparando alguns comportamentos de homens e mulheres nas diferentes fases da vida, valorizando e respeitando as diferenças individuais.
- Identifica o esquema corporal (cabeça, tronco e membros) e os órgãos dos sentidos relacionados às funções que cada um desempenha, bem como os cuidados necessários para a sua preservação.
- Investiga as características e propriedades dos diferentes materiais, percebendo que a transformação desses materiais em objetos é realizada pelo ser humano em diferentes tempos e espaços.

- Identifica, no seu dia-a-dia, a tecnologia como meio de suprir as necessidades, distinguindo os aspectos positivos e negativos desse desenvolvimento.
- Observa a regularidade na existência de alguns fenômenos celestes, sua influência no ambiente e nas atividades humanas, permitindo ao ser humano organizar-se temporal e espacialmente.
- Identifica o ser humano como parte integrante da natureza e agentes de transformação, adotando atitudes responsáveis em relação às questões ambientais.

## **EDUCAÇÃO FÍSICA**

- Vivenciar elementos da Cultura corporal, movimentando-se com relativo domínio do seu corpo em espaços e tempos determinados por essa prática.
- Construir outras possibilidades de movimentar-se corporalmente, reelaborando as práticas vivenciadas.
- Perceber suas possibilidades de movimentação corporal, compreendendo e respeitando as diferenças pessoais.
- Interagir corporalmente com os colegas, numa atitude de respeito, na tentativa de superar inibições e ou atitudes de preconceito/discriminação.
- Aplicar conhecimentos apreendidos anteriormente na resolução de situações-problema e ou desafios corporais.
- Perceber a importância de relacionar-se com os colegas, resolvendo as situações de conflito sugeridas na realização das praticas corporais por meio do dialogo.
- Respeitar a diversidade cultural, explicando e demonstrando atividades corporais apreendidas fora do contexto escolar, bem como participar das atividades trazidas pelos colegas.

- Reconhecer algumas das alterações fisiológicas que ocorrem durante e após a realização das práticas corporais, tais como: cansaço, elevação dos batimentos cardíacos, sudorese, aumento da frequência respiratória, percebendo o próprio corpo.
- Reconhecer alguns dos elementos da cultura corporal como uma opção de prática para o preenchimento sadio do tempo livre.
- Participar de práticas corporais que possibilitem o reconhecimento do corpo como meio de comunicação e de expressão.

## **ARTES**

- Utilizar as diferentes linguagens, artes-visuais, teatro, música e dança, para representar aspectos da realidade na qual está inserido.
- Perceber, nas estruturas artísticas, a temática e os aspectos formais, como: técnica, materiais e elementos caracterizadores específicos de cada linguagem.
- Perceber a função simbólica dos elementos caracterizadores inseridos nas estruturas artísticas.
- Identificar a interferência cultural na organização dos diferentes espaços.
- Perceber a função das convenções sociais presentes em diferentes meios e a apropriação dessas pela arte.
- Identifique na produção artística da humanidade o uso da tecnologia como meio de representar idéias. Exemplo: fotografia, cinema, televisão, informática, robótica e outros.

## **ENSINO RELIGIOSO**

- Reconhecer a si próprio e ao outro, percebendo a importância do respeito às diferenças na busca da paz e do entendimento mútuo.

- Identifique a existência dos diferentes grupos religiosos presente na realidade próxima, percebendo a necessidade de entendimento e respeito as diferenças entre eles.
- Perceber a existência de diferentes símbolos religiosos na vida das pessoas e grupos, compreendendo que a realidade é constituída de pluralidade religioso.

## **OBJETIVOS GERAIS DAS ÁREAS DO DESENVOLVIMENTO**

Com a mesma importância das áreas do conhecimento, enfatizamos a necessidade do trabalho pedagógico também voltado às áreas é o preparo do aluno para o exercício da cidadania, como sujeito pleno, atuante, capaz de fazer diferenças em seu meio social.

A psicomotricidade está incluída na proposta de ação pedagógica porque, segundo FONSECA (2001:12), o sistema psicomotor é composto de um conjunto de subsistemas que se inter-relacionam, e, no desenvolvimento humano, a significação mental, tão importante para aprendizagem escolar, acontece através da psicomotricidade.

A emoção, a cognição e a psicomotricidade estão interligadas, assim como o desejo, à vontade e a motivação, em todo o processo de ensino-aprendizagem, e qualquer defasagem desses aspectos do desenvolvimento humano pode dificultar a aquisição de habilidades para o desenvolvimento de competências.

## **COORDENAÇÃO DE ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO**

Cabe ao Serviço de Legislação Escolar o encaminhamento e o acompanhamento dos processos de abertura, programação e autorização de funcionamento das Classes Especiais junto à Secretaria Estadual da Educação do



Paraná e Secretaria Municipal da Educação de Curitiba, bem como orientações à escola para o cumprimento da legislação vigente, no que se refere a:

- Abertura e renovação das Classes Especiais.
- Orientação à Equipe Pedagógico-Administrativa e ao professor regente quanto aos procedimentos legais de inserção na modalidade e classificação para retorno à classe comum.
- Número de alunos por classe, idade e tempo de permanência.

## **PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS**

Para ser matriculado em Classe Especial das escolas da Rede Municipal de Ensino de Curitiba, é necessário que o aluno tenha indicação para essa modalidade de atendimento, através de Avaliação Diagnóstica Psicoeducacional.

A composição das Classes Especiais se fará de acordo com as normas da Secretaria Municipal da Educação.

A Equipe Pedagógico-Administrativa, o professor regente e os demais profissionais ao receber esses aluno deverão tomar conhecimento dos dados e indicações constantes na sua Avaliação Diagnóstica Psicoeducacional, visando à programação dos encaminhamentos sugeridos.

Para acompanhar o trabalho realizado pelo professor da Classe Especial com o aluno, são utilizadas as seguintes formas de registros:

- Relatório das atividades desenvolvidas e do desempenho escolar do aluno, de acordo com o sistema de avaliação e registros adotados pela escola e da classe especial, a ser apresentado nas reuniões periódicas promovidas pela Gerência de Currículo em Educação Especial.
- Relatórios semestrais onde constarão as ações e procedimentos destinados ao aluno, escola, família e instituições especializadas que também o

atendem.

Tais registros são apresentados à Equipe Pedagógico-Administrativa da escola para análise e intervenções. As cópias dos relatórios são organizadas em pasta e entregues à CANE nas reuniões semestrais, para acompanhamento e subsídios à prática pedagógica, visando à flexibilização de ações que favoreçam a aprendizagem.

Para que o aluno retorne à classe comum, há necessidade de que passe por um período de adaptação e pelo processo de classificação (Instrução CDE/SEED nº 01/99). É necessário que a Equipe Pedagógico-Administrativa e os profissionais que atuam com o aluno avalie o seu desempenho escolar e decidam, juntos, se ele poderá iniciar o período de adaptação, procurando evitar grande defasagem idade/etapa/ciclo/série. Esse período deve ser de, no máximo, 3 meses dentro do ano letivo, pois é um tempo necessário para que o aluno, interagindo com os outros, se adapta à nova rotina escolar.

Se o aluno apresentar alguma dificuldade de aprendizagem após um período de inserção na classe comum que exija atendimento especializado, ele poderá passar a receber apoio em Sala de Recursos, desde que seja feito um estudo de caso com a EPA, o professor e o CANE, devendo proceder um adendo à ADP. Os outros atendimentos especializados indicados na ADP devem continuar, pois a inserção nas classes comuns não os invalida.

De acordo com as Deliberações nº 05/97 e 02/2001, o aluno de Classe Especial pode permanecer nessa modalidade até completar 18 anos, contudo, para evitar grande defasagem idade/etapa/ciclo/série/fase, orienta-se que, ao completar 14 anos, ele seja encaminhado para a Educação de Jovens e Adultos e/ou Ensino Profissionalizante, para estar com seus pares, a partir de decisão tomada com a família.

A classificação, que é a maneira pela qual ocorre a inserção dos alunos nas turmas

comuns, de acordo com a Instrução nº 01/99, exige as seguintes medidas administrativas para resguardar os direitos dos alunos, das escolas e dos profissionais:

- Proceder avaliação diagnóstica documentada pela equipe Pedagógico-Administrativa e professores regentes;
- Comunicar ao aluno ou responsável a respeito do processo a ser iniciado, para obter o respectivo consentimento.
- Arquivar atas, atividades, trabalhos ou outros instrumentos utilizados, inclusive na pasta individual do aluno.
- Registrar os resultados no historio escolar do aluno.
- Adaptação do aluno poderá ser realizada em qualquer época do ano;
- A avaliação para a classificação do aluno egresso das modalidades de Educação Especial será feita pelo professor regente da classe onde ele será inserido, com registros através de parecer descritivo, ratificado em decisão conjunta com a equipe pedagógica, professores e outros profissionais que também atuam com o aluno. Na documentação, deverá constar etapa/série/ciclo que o aluno está apto a cursar.

### **5.3.6 Educação de Jovens e Adultos**

#### **ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO - EJA**

A Educação de Jovens e Adultos pretende formar cidadãos que possam fazer interferências mais significativas na prática social, participando conscientemente. Para isso é imprescindível que ele desenvolva habilidades e competências que lhe possibilitem agir autonomamente no mundo, conhecimentos esses que abranjam as leis da natureza e da sociedade, resultantes da produção humana enquanto totalidade, indispensáveis para o exercício da cidadania numa sociedade letrada.

A construção desse conhecimento é que permitirá que se desencadeie o processo de superação do senso comum apresentado pelo aluno.

Para os alunos da EJA, o trabalho constitui-se na necessidade principal e urgente de suas vidas e faz parte de sua realidade imediata sendo essa o mais importante quadro de referência para o seu pensamento e ação. Compete ao currículo dinamizado organicamente pelo professor, ligar o saber trazido pelo aluno com o saber sistematizado, vinculando, desta forma prática e teoria, respaldado no domínio do saber, que lhe possibilita informar adequadamente o conhecimento, e numa concepção metodológica que dê unidade a todos os elementos que intervêm no processo ensino-aprendizagem.

Acredita-se que a superação da dicotomia entre o saber apresentado pelo aluno que é o resultado da sua prática social – e de uma provável escolarização anterior e do saber escolar poderá efetuar-se a partir do momento em que o educador adquira competência para aliar esses dois campos do conhecimento, utilizando tanto a observação criteriosa e sistemática do desempenho acadêmico do aluno, como a identificação dos conhecimentos que o aluno, no exercício de seu trabalho, descobre e faz uso.

Nesse enfoque, constitui requisito indispensável para um trabalho docente eficaz a clareza de que:

ponto de partida do processo deve ser relacionado com o conhecimento empírico que o jovem e o adulto já possuem, possibilitando-lhes desenvolver raciocínios mais complexos sobre sua realidade;

A metodologia de ensino deve estimular seus alunos a atitudes transformadoras;

O tratamento didático dos conteúdos e das práticas não pode se ausentar nem da especificidade da EJA e nem do caráter multidisciplinar e interdisciplinar dos componentes curriculares;

As Unidades Temáticas, material elaborado e proposto para utilização dos alunos que participam do Programa de Educação de Jovens e Adultos na Rede Municipal de Ensino de Curitiba, não podem se constituir o único recurso didático a ser utilizado no processo ensino-aprendizagem, tampouco devem limitar a ação docente / discente ao cumprimento de etapas de um percurso pré-determinado de aquisição de habilidades e conhecimento.

## **LINGUA PORTUGUESA**

O trabalho com a Língua Portuguesa está pautado na idéia da linguagem como produto das relações sociais. Por meio destas relações será possível estabelecer qual a função da linguagem e as diferentes formas de se expressar. Desta forma, estar-se-á mostrando a transformação da linguagem no tempo, no espaço e nos diferentes grupos sociais.

Para propiciar o domínio da linguagem em toda sua amplitude no processo de ensino-aprendizagem é essencial o trabalho com o texto (oral e escrito), que é o objeto usado no seu cotidiano e, é por meio dela que os elementos que constituem a Língua Portuguesa, tanto na oralidade quanto na escrita, estarão claramente exposto.

Este trabalho deverá dar condições tanto para a reflexão quanto para o uso da língua por meio de três práticas; leitura, produção oral e escrita e análise de linguagem, sendo que, cada uma destas práticas devem estar sendo articuladas entre si, pois uma está interligada com a outra.

Diante das variedades lingüísticas existentes a questão maior, na EJA, é a de como trabalhar a língua padrão sem que isto se transforme em mais um instrumento de

desigualdade. Perante essa situação, é necessário a escola propiciar condições reais de oralidade, na sua função social, para que este aluno comece a refletir e perceber não só as diferenças das variedades lingüísticas orais, mas que também consiga perceber e reconstruir sua fala com objetividade, clareza e argumentação.

Espera-se que a efetivação com a oralidade, leitura e escrita aconteça na sala de aula como espaço de interação social, para que os alunos da EJA se tornem locutores confiantes e críticos.

É com o exercício da análise lingüística que será possível fazer uma reflexão sobre os conteúdos gramaticais e de todos os elementos que constituem a língua. Também é com esta prática que o professor desenvolverá e refletirá com o aluno como as palavras se articulam entre si para a formação e organização de um texto.

Com a utilização de textos de diversos gêneros discursivos, será possível o aluno compreender que a língua é viva, conseqüentemente está em constante transformação. Somente o trabalho com textos poderá identificar esta transformação de forma significativa assim como o seu USO-REFLEXÃO-USO na sociedade em que está inserida; bem como o entendimento do texto (oral/escrito) como produto final da linguagem.

## **MATEMÁTICA**

A matemática deve desempenhar de maneira equilibrada e indissociável seu papel na formação das capacidades intelectuais, na estruturação do pensamento, na agilização do raciocínio dedutivo do aluno e a aplicação na resolução de situações problemas, tanto da vida cotidiana como no mundo do trabalho (comércio, indústria e área tecnológica). Embora a matemática possua um caráter abstrato, seus conceitos e resultados têm origem no mundo real e encontram muitas aplicações em, outras ciências.

O aluno da EJA, mesmo aquele que nunca freqüentou a escola, possui determinados conhecimentos matemáticos que lhe permite conhecer alguns números, solucionar situações problemas por caminhos que às vezes, são bem diferentes daqueles propostos pelo professor.

Isto porque o aluno, em sua prática social, convive com diferentes formas de medir, se depara com situações de compra e venda, recebe troco, separa e junta quantidades, faz contagens, registra pontos em um jogo, etc. Nas construções, nas fabricas, ao cozinhar, costurar, enfim, em seu cotidiano ele tem tido oportunidade de conviver com, além das unidades de medida padrão (metro, quilograma, litro e outros), também com as arbitrárias (lata, balaio, alqueire, braça, palmo, entre outros), e com uma notável variedade de formas geométricas, observando-as e comparando-as nas suas semelhanças e diferenças.

Ao buscarmos a natureza da matemática, a partir da história e da sociedade, podemos percebê-la como instrumento que auxilia a compreender, descrever e modificar a realidade. Este seu papel evidencia-se desde os tempos remotos. Contar e medir, além de ser um problema matemático, é uma necessidade histórica do homem, possível de observar na agricultura, na engenharia, nas contagens, nas divisões de terra e que dá origem aos padrões de contagem e medida.

Quando trabalhamos com resolução de problemas, o objetivo maior é a discussão das diferentes possibilidades de solução, e o registro do cálculo mental, tendo em vista aproximar a linguagem matemática do caminho pensando pelo aluno, dando significado as operações utilizadas.

Portanto, sugerimos que durante todo o processo estejam presentes situações problemas (desafios), no sentido de que o desenvolvimento do raciocínio lógico possibilite a superação por incorporação e o retorno à prática social.

## **CIÊNCIAS**

O ensino de Ciências se apresenta com a finalidade de possibilitar a apropriação do conhecimento científico, de seus conceitos e procedimentos de modo a contribuir para a compreensão do mundo e suas transformações, para reconhecer suas relações com a Tecnologia, Sociedade e Ambiente para que o jovem e/ ou adulto interprete e atue sobre a realidade de forma mais crítica e consciente.

O ensino de Ciência é espaço privilegiado onde diferentes explicações sobre o mundo, fenômenos da natureza e as transformações produzidas pelo ser humano podem ser exploradas, contribuindo, assim, para que jovens e/ou adultos se tornem mais interessados e habilitados para buscar e aprender. Para tanto, são procedimentos fundamentais para o ensino de Ciências:

Fazer relações entre o conhecimento científico, produção de tecnologias e as condições de vida no mundo de hoje; .

Levantar suposições, formular questões, diagnosticar e propor soluções para problemas reais;

Buscar informações por meio da pesquisa;

Organizar e registrar as informações por meio de desenhos, tabelas, gráficos, esquemas, textos;

Estabelecer relações entre os conhecimentos adquiridos e os fatos do seu cotidiano possibilitando a sistematização de conhecimentos.

## **HISTÓRIA**

O estudo de História é o estudo das sociedades no seu permanente fazer-se, tendo como característica as relações dos seres humanos tanto individual como coletivamente. Os seres humanos são entendidos com parte integrante da natureza, estabelecendo relações entre si, com a sociedade e com o ambiente.



As pessoas organizam-se historicamente em diferentes sociedades e para a compreensão desta organização far-se-á uso de categorias de análise: Trabalho, Poder, Cultura e Sociedade observando a dinamicidade e historicidade desses conceitos nos diferentes tempos e espaços.

O Trabalho deve ser compreendido como toda atividade humana intencional produtora de relações sociais, socializadora e transformadora.

A concepção de Poder relaciona-se com a idéia de Estado e está presentes nas relações sociais manifestadas na dimensão pública e privada, nas vozes individuais e coletivas e nas instituições.

A Cultura se manifesta pelo conjunto de símbolos socialmente elaborados pelos seres humanos que ao construírem sua existência produzem padrões de conduta, éticos, estéticos, cognitivos, de valores e regras; mitos e crenças; artes, ciências, saberes e técnicas; códigos éticos e sentidos morais.

A Sociedade se estabelece nas relações dos seres humanos com a natureza, e com eles mesmos, por meio do trabalho.

Os eixos norteadores Trabalho, Poder, Cultura e Sociedade propiciarão aos alunos uma visão crítica e abrangente sobre a realidade social compreendendo a ação dos seres humanos nessa realidade.

A História para a Educação de Jovens e Adultos está centrada na valorização do aluno trabalhador enquanto sujeito, considerando seu imaginário, suas experiências, suas diferenças, pretendendo retomar situações pedagógicas para que possa aprender, desenvolvendo assim a autonomia necessária para esta aprendizagem e compreender melhor o mundo em que está inserido.

O ensino de História considera a experiência deste aluno enquanto agente transformador da realidade e possibilita o acesso à produção historiográfica. Todas as vezes que se buscarem referências no passado, novos caminhos abrir-se-ão ampliando o conhecimento do aluno e a possibilidade da compreensão da sociedade em que vive.

## **GEOGRAFIA**

O ensino da Geografia deve proporcionar ao aluno da Educação de Jovens e Adultos, o conhecimento da realidade de forma crítica, ou seja, levá-lo a entender que sua participação nos grupos sociais que frequenta e também na produção do espaço deve ser efetivada de forma consciente e responsável. O professor deve então, propor situações didáticas que permita ao aluno sistematizar gradativamente o seu conceito sobre espaço geográfico, pois este, sendo objeto de estudo da Geografia, é de onde derivam, ou seja, de onde são retirados os conteúdos a serem estudados.

Ler e escrever em Geografia implica em utilizar mapas, um vocabulário específico, em localizar, salvo essa especificidade, deve ser uma constante em aulas dessa disciplina. O exercício de ler e escrever permite ao aluno estabelecer relações entre a sua leitura de mundo, o que lê nas diferentes fontes de informações e o que o seu professor fala em sala de aula.

Os alunos, já trazem muitos conhecimentos de Geografia, que vem sendo construídos por meio da observação do espaço em que vive. Conhecimento esse, adquirido no ir e vir diário de casa para o trabalho, à escola, às compras, o lazer, entre tantos outros. Como também, das informações que recebem, lêem e escutam, pelos meios de comunicação, além daqueles que já vêem se apropriando ao longo da escolarização anterior.

Tornando essa questão como referência, cabe à escola auxiliar o aluno a construir conceitos, (evitando dá-los pronto, proporcionando dessa forma, a sistematização do conhecimento. Isso se concretiza quando o aluno é levado a refletir e

discutir sobre as relações entre as dinâmicas da sociedade e da natureza que resultam na produção do espaço geográfico).

É necessário então, que o ensino da Geografia, trabalhe com questões atuais, que interferem direta ou indiretamente no cotidiano da humanidade como: a discussão das políticas ambientais, as relações de trabalho, a globalização, a questão agrária, entre tantos outros e, acima de tudo perceber que a realidade é mutável, seja em escala mundial e/ou local.

## **ARTES**

A participação efetiva da coletividade, de nota transparência nas decisões, representatividade e participação política. A escola deve promover a participação da comunidade educacional nas decisões referentes a socialização do conhecimento e da formação dos alunos. Ao propiciar aos estudantes uma educação que conduza à cidadania, deve desenvolver relações horizontais de cooperação e solidariedade entre todos os envolvidos no processo pedagógico.

## **CULTURA**

É resultante da interação entre pessoas pertencentes a uma sociedade. Sendo diferenciadas, produzem confrontos entre visões de mundo, permitindo que um indivíduo ou um grupo modifique sua forma de compreender a realidade, na medida em que a interpreta. O profissional da educação deve promover a relação entre pessoas de culturas diferentes, construindo um projeto educativo, onde devem ser oferecidas oportunidades educativas a todos, respeitando e integrando a diversidade dos sujeitos, possibilitando a eles a capacidade de refletir e analisar criticamente a sociedade, podendo ser agentes ativos, participando de forma democrática, responsável e solidária.

## EDUCAÇÃO FÍSICA

A Educação Física escolar aborda elementos da Cultura Corporal - Ginástica; Dança; Jogo; Esporte; Luta -, entendendo-os como acervo de conhecimentos que vêm sendo construídos nas relações sociais, isto é, produzidos, reproduzidos e transformados de acordo com diferentes intenções: lúdicas – relacionadas ao lazer, ao prazer e ao divertimento; estético-artísticas – ligadas à beleza corporal e aos fenômenos artísticos, como a expressão corporal de idéias e sentimentos e a ousadia de experienciar novos movimentos; religiosas – referentes a rituais, festas, comunicação com o transcendente; competitiva – ênfase às atividades esportivas; saúde – práticas compensatórias e preventivas, entre outras.

Os educadores, inseridos na totalidade do trabalho escolar, cujo compromisso maior é com a formação humana, têm um grande desafio: efetivar a Educação Física como prática pedagógica.

Para tanto, é importante destacar alguns princípios para o processo de seleção dos conteúdos: a relevância social do conteúdo – conteúdos que sejam capazes de proporcionar a reflexão da realidade desenvolvendo a criticidade, a criatividade; contemporaneidade do conteúdo – quando os avanços da ciência e da técnica são acrescentados aos conteúdos clássicos e os mais recentes acontecimentos nacionais e internacionais são acessíveis aos alunos e a adequação às possibilidades sócio-cognoscitivas do aluno – adequação dos conteúdos às características cognitivas dos alunos, bem como o respeito por seus conhecimentos prévios e suas possibilidades corporais.

A partir da seleção, os conteúdos deverão ser metodologicamente organizados possibilitando a práxis: ação – reflexão – nova ação consciente.

A ação diz respeito a vivenciação prática de conteúdos significativos da cultura corporal, considerando-se o conhecimento que o aluno já detém sobre eles.

A reflexão é o momento de ampliação do referencial que o aluno já possui, através do entendimento da dinâmica histórica (origem - as necessidades sociais que desencadearam a produção desse saber, as transformações ocorridas ao longo dos tempos), a significação social dos conteúdos nos dias de hoje (contextualização), a partir de problematizações, de questionamentos, por meio de pesquisas bibliográficas, entrevistas, vídeos, novas tecnologias. A Educação Física oportunizará a análise crítica da relação entre a sua prática e questões sociais relevantes, como: a violência; o consumismo; o sexismo; a corpolatria; a competitividade; o conformismo.

E a nova ação, a síntese temporária, se dá a partir da reelaboração do conteúdo trabalhado, refletido, de modo que venha a constituir-se em saber do aluno, com uma nova compreensão, possibilitando outras ressignificações.

Esses procedimentos estarão contribuindo para efetivar a Educação Física escolar como um conhecimento capaz de promover no aluno o desenvolvimento da consciência corporal, social, ambiental, o desenvolvimento de competências para a realização voluntária e consciente de práticas corporais, de acordo com suas potencialidades, bem como de propiciar uma postura mais reflexiva, crítica, ativa, autônoma e criativa diante da realidade.

## **COMPETÊNCIAS HABILIDADES**

### **EJA 1º e 2º PERÍODOS**

- Compreender a Cultura Corporal como um acervo construído historicamente nas relações humanas, identificando as práticas corporais (Dança, Ginástica, Jogo, Esporte, Luta) como alguns dos seus elementos.
- Reconhecer suas possibilidades de movimentação corporal através das práticas corporais visando o conhecimento do próprio corpo.
- Conhecer e valorizar diferentes práticas corporais selecionando-as conscientemente para o preenchimento do tempo disponível.

- Utilizar e reivindicar espaços adequados para a realização de práticas corporais (praças, parques, clubes, ciclovias...).
- Perceber o seu corpo como meio de comunicação, expressão, de atuação nas relações sociais por meio da realização consciente das práticas corporais.
- Analisar criticamente algumas das intencionalidades das práticas corporais: (lúdica, lazer, divertimento, bem-estar, prazer), estético-artísticas (beleza corporal, expressão de idéias e sentimentos), religiosas (rituais e festas), □  
competitivas (ênfase às atividades esportivas, performance, rendimento, resultados), saúde (práticas compensatórias e preventivas).
- Relacionar as intencionalidades das práticas corporais com questões sociais relevantes como:
  - competitividade: preocupação excessiva com os resultados de uma competição;
  - corpolatria: culto ao corpo, ênfase ao corpo belo (padrões de beleza) e saudável;
  - violência: uso de drogas (doping), deformidades físico-esportivas, cirurgias estéticas, desrespeito às possibilidades e limitações do corpo;
  - sexismo: questões de gênero, apelo à sensualidade;
  - conformismo: aceitação passiva das práticas corporais elitistas e excludentes.

## **CONTEÚDOS**

### **EJA 1º e 2º PERÍODOS**

#### **GINÁSTICA**

Elementos Fundamentais da Ginástica (GINÁSTICA GERAL) – andar, correr, saltar, engatinhar, trepar, rolar..., com ou sem materiais (arcos, cordas, bolas, fitas, pneus, elásticos...), individualmente, em grupos, em circuitos, em estafeta...

Alongamento.

Relaxamento.

Ginástica Laboral, Ginástica Aeróbica, Ginástica Localizada.

## DANÇA

Danças Criativas (movimentos rítmicos criados a partir de temáticas: situações do cotidiano, questões sócio-ambientais; estados afetivos, fenômenos da natureza, mundo do trabalho, da escola...).

Danças Folclóricas (nacionais, internacionais).

Danças Populares, de Salão, de Rua.

## JOGO

Jogos Tradicionais.

Jogos Pré-esportivos.

Jogos Cooperativos.

## ESPORTE

Voleibol, Basquetebol, Futebol/Futsal, Handebol, Atletismo, Peteca, Ping-pong, Corrida de Orientação, Punhobol...

## LUTA

Caratê, Judô, Capoeira.

### **5.3.7 Inclusão**

A educação inclusiva tem sido conceituada com um processo de educar juntas, incondicionalmente, nas classes do ensino comum, alunos portadores ou não de deficiência, mas que apresentem necessidades educacionais especiais.

A Educação Inclusiva é peça-chave para que o Brasil dê conta de sua responsabilidade junto aos organismos internacionais quanto às metas do Congresso

Mundial da Tailândia, como para as contidas na Declaração de Salamanca. Muito se há de fazer para que tenhamos êxito na concretização deste novo paradigma educacional.

Apostar na Educação Inclusiva é acreditar que seremos capazes de contribuir para uma transformação social, que trate efetivamente todos dentro dos princípios da igualdade, da solidariedade e da convivência respeitosa entre os indivíduos. Acreditar no processo de inclusão é viabilizar a possibilidade de se buscar alternativas de permanência do aluno na escola, respeitando seu ritmo de aprendizagem elevando assim, também sua auto-estima.

### **5.3.8 Organização Didática**

A ideologia dominante fornece à escola uma rede de significações alienadas e o professor sofre influências desta rede defendendo o ensino tradicional baseado na concepção idealista/positivista. Apesar de fazer uma crítica aos envolvidos no fazer pedagógico e também por não dominar um novo jeito de pensar, continua efetivando, na sua prática, concepções do ensino tradicional.

Portanto, para RODRIGUES, (1977, p.19), “o que se torna indispensável é fazer da ação educativa um processo suficientemente consciente, de tal modo que eleve o nível de consciência das classes populares para seu papel histórico na luta pela transformação da sociedade e que, nesta luta, elas não constroem despidas das armas e do conhecimento do terreno onde esta luta se dá na história”.

O que se quer é umas educações criativas, capazes de formar um homem novo, uma nova sociedade, uma realidade histórica transformada, dando uma visão de mundo que fará do aluno um cidadão.



Percebe-se aqui a necessidade de estabelecer as devidas diferenciações entre conteúdo, método e metodologia; com o intuito de construir uma unidade de concepção quanto ao método. O método distingue-se em três dimensões: da filosofia, da ciência, e do ensino.

A filosofia estuda o método de pensamento através do qual o aluno se apropria da realidade mediada pelo conteúdo escolar. A compreensão da realidade se constrói a partir de um método de pensamento, que é a expressão de uma concepção de mundo da qual decorrem as suas categorias de análise.

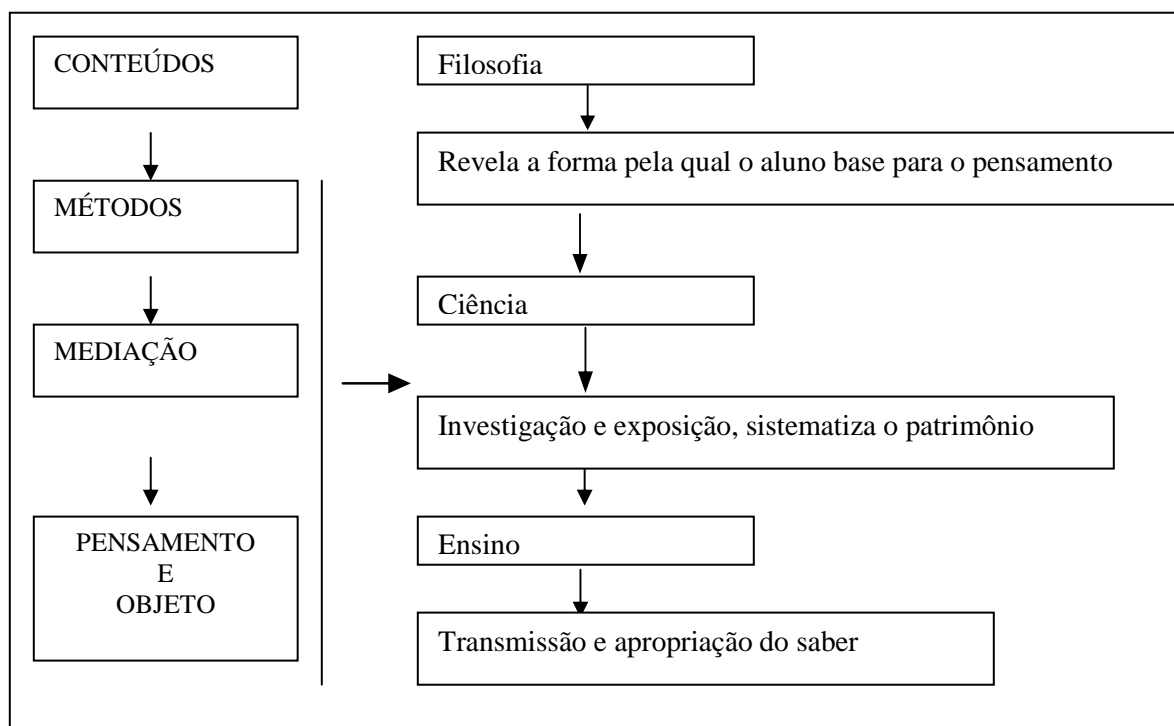
A ciência tem um método que delinea o objeto de estudo, um modo objetivo de produção, organização e sistematização do conhecimento específico de cada área. O conhecimento científico acumulado de uma sociedade, organizado, seqüenciado, graduado e sistematizado em disciplinas é o conteúdo escolar. E quanto ao ensino, há um método de apropriação que foi produzido cientificamente “produção histórica”, que é pensado /elaborado a partir do método filosófico.

Deste modo evidencia-se o método de ensino como uma síntese entre métodos filosóficos e científico, buscando o movimento entre eles. Destaca-se assim, a linha da filosofia denominada Materialismo Histórico Dialético que é a matriz homem x sociedade.

Segundo Marx, a teoria é materialista ao explicitar as manifestações espirituais e humanas, sendo dialética, pois o mundo é concebido como processo, e o real é contraditório e dinâmico. Entretanto, a conclusão do materialismo histórico explica a interdeterminação sócio interacionista, o homem é o sujeito histórico que interage com a sociedade num processo histórico com a finalidade de transformá-la.

O método de ensino através do qual se dá a apropriação do conteúdo decorre de uma concepção de mundo e de educação. Neste sentido a filosofia nos ajuda a compreender como a história se vincula a correntes e teorizações relacionadas a

vivencia do ser humano. Assim todo aquele que se dedica a educação escolar, vai transferir para o objeto de trabalho que é o conteúdo, a sua forma de pensar e relacionar-se com o mundo, e isto é metodologia.



## PLANEJAMENTO NO CONTEXTO ESCOLAR

O ato de planejar constitui um momento muito especial do processo educativo. É preciso compreender que toda a atividade humana, desde a mais simples até a mais complexa, é planejada.

Planejar é uma ação política. Na escola deve ser executada não apenas no nível individual, mas também no coletivo, pois para se garantir o mesmo objetivo, uma Unidade de trabalho. É necessário o envolvimento de toda a escola. Isto pode assegurar o compromisso, a responsabilidade que cada um terá neste processo.

O planejamento deve ser retomado ao longo do ano, considerando as metas estabelecidas e, mais especificamente, para que, a partir do contato com o aluno os professores definam os conteúdos, elegendo os essenciais para cada ano/etapa e ciclo. Cabe ainda detalhar coletivamente os procedimentos de ensino, bem como os critérios de avaliação tomando sempre como ponto de partida a prática social do educando. É neste momento que os educadores poderão refletir sobre os fundamentos do trabalho docente, interpretar a realidade objetiva da escola e propor ações para a concretização dos objetivos propostos.

E nessa ocasião também, que os elementos constitutivos do processo educativo (conteúdo, metodologia, avaliação, relação professor-aluno) serão definidos e organizados visando a melhoria do processo ensino-aprendizagem.

É importante saber o que se ensina, como se ensina e para que se ensina, é de igual importância considerar o que se aprende, como se aprende, para que se aprende.

Deve-se destacar também a subjetividade do professor que se expressa desde o momento do planejamento, quando explicita a intencionalidade de seu trabalho (encaminhamento metodológico), até o momento da aula quando sua visão de mundo interage com a dos alunos, formando uma nova síntese, num processo que está em plena transformação.

Se efetivamente elaborarmos um planejamento dimensionando-o para um melhor aproveitamento das atividades em sala e tendo em mente uma visão de totalidade do contexto social, caminharemos para a superação dos mecanismos de exclusão.

Todos os contextos próxima ou remotamente familiares ao aluno têm uma dimensão de conhecimento ou informação. Quanto mais próximos estiverem o conhecimento escolar e os contextos presentes na vida pessoal do aluno e no mundo no qual ele transita, mais o conhecimento terá significado.

É importante também afirmar a articulação que deve existir entre as áreas do conhecimento, buscando a relação teoria e prática, num trabalho coletivo dos educadores. É nesta afirmação que os educadores da Escola Municipal Dona Lulu – Educação Infantil e Ensino Fundamental decidem coletivamente trabalhar de forma interdisciplinar e contextualizada.

Contextual, portanto é uma estratégia fundamental para a construção de significações. Se pensarmos a informação ou o conhecimento como uma referência ou parte de um texto maior pode entender o sentido da contextualização.

## **5.4 Organização Escolar**

### FORMA DE ORGANIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

A Escola Municipal Dona Lulu – Educação Infantil e Ensino Fundamental, atende a Educação Básica nas etapas da Educação Infantil e os anos iniciais do Ensino Fundamental com as seguintes especificações:

- ♦ Educação Infantil:

Educação Infantil com oferta do Pré-Escolar para crianças na faixa etária de 4 e/ou 5 anos, atendendo legislação vigente critérios mínimos para funcionamento.

- ♦ Ensino Fundamental:

Com a oferta de cinco anos iniciais organizados em dois ciclos, do 1º ao 5º ano, com a implantação gradativa da nova nomenclatura do Ensino Fundamental obrigatório de 9 anos e adequação da idade de ingresso, a partir de 2007, atendendo a Resolução nº 03/05 – CNE, o Parecer nº 01/06 – CEE e as Deliberações nº 03/06 e 05/06 – CEE, conforme segue:

a) Ciclo I organizado em três anos – 1º, 2º e 3º ano.

A idade de ingresso no Ciclo I – Ensino Fundamental obrigatório de 9 anos, atenderá ao disposto na legislação educacional vigente.

b) Ciclo II organizado em dois anos – 4º e 5º ano – destinado aos educandos que concluíram o ciclo I ou classificados ou reclassificados para o mesmo.

A oferta dos 5 (cinco) anos do primeiro segmento do Ensino fundamental organizados em Ciclos, vigente desde 1999, terá cessação gradativa a partir da Etapa Inicial em 2007 paralelamente à implantação gradativa do Ensino Fundamental obrigatório de 9 anos, conforme quadro a seguir:

ORGANIZAÇÃO EM CICLOS – ANOS INICIAIS				
ORGANIZAÇÃO ATUAL 2006		NOVA ORGANIZAÇÃO – A PARTIR DE 2007		
CICLO I	ETAPA INICIAL*	ANOS INICIAIS	CICLOI	1º ANO ***
	1ª ETAPA **			2º ANO****
	2ª ETAPA **			3º ANO****
CICLO II	1ª ETAPA **		CICLOII	4º ANO****
	2ª ETAPA **			5º ANO****

\* Será extinta em 2007

\*\* Serão cessadas gradativamente ano a ano.

\*\*\* Será implantado em 2007.

\*\*\*\* Serão implantados gradativamente ano a ano.

Observação: os dois modelos de Ensino Fundamental, conforme quadro, e respectivos documentos oficiais, coexistirão até a completa implantação da nova nomenclatura do Ensino Fundamental obrigatório de 9 anos com atendimento às normas do respectivo sistema de ensino.

\* Permanência

Preferencialmente nas segundas e terças-feiras ocorrerá as permanências do ciclo I, nas quartas-feiras ocorrerá a permanência das extra-classe, nas quinta e sextas feiras será a permanência do Ciclo II e Classe Especial.

A permanências dos professores da EJA é linear, ocorrendo uma hora todos os dias.

- ♦ No Ano de 2006 a Escola Está com:

TURMAS	MANHÃ	TARDE	TOTAL DE ALUNOS
Educação Infantil	03	02	118
CICLO I			
Etapa inicial	02	03	120
1ª Etapa	02	03	137
2ª Etapa	02	03	147
CICLO II			
1ª Etapa	02	02	107
2ª Etapa	03	02	171
TOTAL	16	16	800

- ♦ EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Educação de Jovens e Adultos, programa aprovado para a Rede Municipal de Ensino, pela Deliberação n.º 005/91, de 08 de fevereiro de 1991, do CEE-PR, equivalente aos quatro primeiros anos do ensino fundamental, em função da demanda existente, destinada a jovens maiores de 14 anos e adultos que não cursaram ou não concluíram os estudos regulares em idade apropriada;

Educação de Jovens e Adultos:

TURMA	NOITE	ALUNOS
1º Período	01	30
2º Período	01	24

A Escola Municipal Dona Lulu - Educação Infantil e Ensino Fundamental oferta Educação Infantil e Ensino Fundamental Ciclo I e II nos períodos diurnos e EJA - Fase I - do Ensino Fundamental (1ª a 4ª série), no período noturno.

A organização curricular para a Educação de Jovens e Adultos - Fase I está estruturada por disciplina /unidades temáticas que correspondem às disciplinas da Base Nacional Comum exigidas para oferta de Educação de Jovens e Adultos. As Unidades Temáticas, organizadas por disciplinas de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais, Currículo Básico e Diretrizes Curriculares da Secretaria Municipal da Educação com abordagens que atendem às características específicas da Educação de Jovens e Adultos, recebendo a classificação de I a IV para as áreas de Língua Portuguesa, Matemática, Ciências Naturais e Arte, de I a III para as áreas de História e Geografia e Educação Física I e II.

A carga horária total para o curso de Educação de Jovens e Adultos é de 1.200 horas distribuídas em dois períodos sendo: 600 horas para o 1.º período (correspondente ao Ciclo I ou 1.ª e 2.ª séries do Ensino Fundamental) e 600 horas para o 2.º período (correspondente ao Ciclo II ou 3.ª e 4.ª séries do Ensino Fundamental), conforme quadro:

<b>1º Período</b>		<b>2º Período</b>	
<b>Unidades Temáticas</b>	<b>Carga Horária</b>	<b>Unidades Temáticas</b>	<b>Carga Horária</b>
<i>Língua Portuguesa I</i>	80	<i>Língua Portuguesa III</i>	70
Língua Portuguesa II	80	Língua Portuguesa IV	70
Matemática I	80	Matemática III	70
Matemática II	80	Matemática IV	70
História I	60	História II	40
Geografia I	60	História III	50
Ciências Naturais I	50	Geografia II	40
Ciências Naturais II	50	Geografia III	50

Artes I	20	Ciências Naturais III	40
Artes II	20	Ciências Naturais IV	40
Educação Física I	20	Artes III	20
<b>Total 600</b>	Artes IV		20
	Educação Física II		20
	<b>Total 600</b>		

As aulas são ofertadas no período noturno, no horário das 18 h às 22 horas. As turmas são organizadas com um mínimo de 15 alunos freqüentando e, quando houver uma freqüência de 30 alunos, a escola poderá abrir nova turma. Há a possibilidade de abrir quantas turmas forem necessárias sempre respeitando - se uma diferença de 15 alunos.

A matrícula é feita em ficha individual própria.

O processo ensino-aprendizagem dar-se-á em momentos de produções coletivas, em momentos de produção individual, em sala de aula, sob a orientação dos profissionais do Magistério da Rede Municipal de Ensino.

#### ♦ EDUCAÇÃO ESPECIAL

Educação Especial, destinada à crianças e jovens que apresentam necessidades especiais, sendo atendidos em classes especial.

♦ No Ano de 2006 a Escola está com:

♦ Educação Especial:

TURMA	MANHÃ	TARDE	ALUNOS
Classe Especial	X	01	12



## **6. ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO**

A organização de saberes e práticas necessárias, no encaminhamento da ação didática na Escola Municipal Dona Lulu- Educação Infantil e Ensino Fundamental aplica-se nas modalidades de Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino de Jovens e Adultos e Educação Especial, de acordo com as Diretrizes Curriculares para a Educação Municipal de Curitiba.

As práticas necessárias utilizadas no encaminhamento da ação didática, para que esta cumpra a sua função social, parte tanto da ação pedagógica, quanto da capacidade do educador estar atento, informado e atuante, para garantir a escolaridade básica com a qualidade.

Em anexo a Escola Municipal Dona Lulu – Educação Infantil e Ensino Fundamental, encontra-se o Farol do Saber Cecília Meireles, que presta serviços aos alunos e a comunidade da Região. Constitui um espaço destinado a favorecer a leitura, a pesquisa, a informação e o estudo.

Nossa comunidade pode também contar com o Farol do Saber Cecília Meireles onde podem contar com um grande acervo de livros, acesso a Internet e espaço para leitura e pesquisas. São realizados 387 empréstimos livros/mês, 480 pesquisas/mês e 1680 usuários com acesso a Internet/mês.

### **6.1 Organização do Espaço Escolar**

No tocante ao espaço escolar, as carteiras seja móveis, materiais didáticos pedagógicos de uso freqüentes, as paredes sejam utilizadas para uso de exposição de trabalho e os alunos responsáveis pela decoração, ordem e limpeza da sala de aula, como também da escola.

## **7. AÇÕES EDUCATIVAS COMPLEMENTARES:**

### **7.1 Agenda 21**

Diante do crescente esgotamento dos recursos naturais causados pelos seres humanos, e sabendo que esses recursos são finitos, precisamos urgentemente mudar essa postura exploratória.

A partir dos anos 1970, a população começou a se dar conta que essa situação tenderia a se agravar se nada fosse feito.

Foram realizadas, reuniões, conferências e produzidos documentos, deliberando princípios, objetivos e metodologias para a educação ambiental nas práticas educativas.

A Agenda 21 local nasceu a partir da conferência inter-regional que se realizou no Brasil, Rio de Janeiro em 1992.

A Agenda 21 é o principal documento da Rio 92, uma das mais importantes conferências organizadas pela ONU, e é resultado de uma associação de ideais estipulados para toda a sociedade global. Mais de 170 países assinaram compromisso em busca do desenvolvimento sustentável e cada nação desenvolve o projeto à sua maneira, de acordo com a sua necessidade. Mas todos têm em comum a luta pela justiça social e equilíbrio ambiental.

No Estado do Paraná é de responsabilidade da Secretaria do Meio Ambiente, estabelecer metas e ações para o desenvolvimento da Agenda 21 local.

A partir do ano letivo de 2007 a Escola Municipal Dona Lulu – Educação Infantil e Ensino Fundamental, estará realizando reuniões onde os diversos segmentos contribuirão para a construção da Agenda 21, onde metas e metodologias contemplarão a educação ambiental nas práticas educativas.

## 7.2 Projeto Leitura

A atual situação em que se encontram nossos alunos, em especial pela dificuldade que apresentam na leitura e produção de textos nas mais variadas tipologias textuais, nos instiga a refletir em um futuro próximo, no qual educadores terão a necessidade de refletir e repensar sobre o papel da instituição educacional no processo de apropriação da leitura e escrita, como algo essencial para o desenvolvimento integral de nossos alunos.

A leitura é importante para a criança exercer plenamente sua cidadania, apossando-se da linguagem, alfabetizando-se nela, tornando-se leitores competentes, capazes de aplicar estratégias de leitura adequadas (antecipação, seleção, inferência, verificação) para compreender os textos que circulam socialmente, de acordo com suas necessidades e de ler com rapidez e proficiência cada vez maior. Nessa perspectiva, a leitura na escola deixa de ser apenas objeto de estudo para ser também objeto de aprendizagem, de resultados imediatos: ler para se divertir, resolver problemas práticos, escrever, revisar o texto, confirmar hipóteses, tirar dúvidas, informar-se.

Aprender a ler é, como afirma Geraldi, "ampliar as possibilidades de interlocução com pessoas que jamais encontraremos frente a frente e, por interagirmos com elas, sermos capazes de compreender, criticar e avaliar seus modos de compreender o mundo, as coisas, as gentes e suas relações" (linguagem e ensino: exercícios de militância e divulgação, 1998).

É momento então de repensar e realizar uma prática pedagógica, que se preocupe e proporcione momentos de leitura em que haja o acompanhamento e participação do professor.

Objetivos:

Formar leitores capazes de compreender os textos que circulam socialmente;  
Conhecer a diversidade textual;

Oportunizar o aluno aperfeiçoar sua dicção, leitura expressiva, entonação, ritmo, velocidade, volume e qualidade de voz e pronúncia;

Estudar a forma de interpretar o texto e preparação para ler em voz alta dirigindo-se a determinado público;

Criticar, avaliar e posicionar-se diante dos textos.

### **7.3 Contraturno**

O projeto contra-turno possui especificidades voltadas para os avanços na aprendizagem, que funciona no turno da manhã, com uma professora específica para esse trabalho. Esta desenvolve atividades com pequenos grupos de alunos, os quais freqüentam as aulas uma a duas vezes na semana, no período da manhã, com duração de duas horas-aula para cada grupo. Neste sentido, entendemos que o contraturno é mais um momento de aprendizagem e que cada criança tem seu tempo para aprender, e se for estimulada cada vez mais, ela se desenvolverá saudavelmente, com alegria, com satisfação por estar aprendendo mais e mais, entendendo o porquê das coisas do mundo e do seu cotidiano, tendo os seguintes objetivos:

- ♦ Ofertar e garantir um trabalho pedagógico contínuo, diferenciado e individualizado para os alunos que vêm apresentando dificuldades na aprendizagem;
- ♦ Estimular a auto-estima e autonomia do aluno;
- ♦ Desenvolver um trabalho que leve o aluno a acompanhar também o desenvolvimento em sua sala regular de ensino para sua progressão no ciclo.

### **7.4 Projeto Psicomotricidade**

Tendo em vista as necessidades psicomotoras apresentada por alunos em diferentes idades cronológicas busca-se por meio deste projeto uma reeducação psicomotora.

As perdas impostas às crianças da Educação Básica são múltiplas. Qualquer uma delas é por si mesma grave, e juntas formam inúmeras limitações para o futuro.

Para tanto, é necessário que essas perdas sejam sanadas, através de trabalhos direcionados para a sistematização de exercícios que visem o desenvolvimento da expressão corporal por meio de atividades direcionadas por profissionais qualificados, habilitados e competentes, desenvolvendo assim as competências no aluno.

É necessário ainda, como cita PERRENOUD, desenvolver competências no educando é ter a faculdade de mobilizar um conjunto de recursos cognitivos para solucionar com pertinência e eficácia uma série de situações. Algumas competências se desenvolvem em grande parte na escola. Os professores devem parar de pensar que dar o curso é o cerne da profissão. Ensinar, hoje, deveria consistir em conceber, encaixar e regular situações de aprendizagem, seguindo os princípios pedagógicos ativos construtivistas.

#### Objetivos:

- Acompanhar o desenvolvimento dos alunos nos aspectos psicomotores, cognitivo, social e afetivo, através deles atingir professores e funcionários para o aspecto do cuidado com o seu corpo e do seu bem estar.
- Refletir sobre a importância do estudo do corpo, do desenvolvimento físico e do desenvolvimento psicológico do indivíduo.
- Favorecer aos alunos subsídios práticos baseados no estudo da psicomotricidade e a partir daí possibilitar um campo de conhecimento que autorize a uma prática segura nos diversos campos de educação física.
- Aplicação dos estudos da Aprendizagem Motora e da Psicomotricidade em situações de ensino e treinamento
- Utilizar os conhecimentos de aprendizagem motora como condição para aumentar eficiência do processo ensino aprendizagem na Educação Física.

- Identificar quais as possibilidades de atuação do profissional de Educação Física na inclusão de alunos portadores de necessidades especiais.

### 7.5 Asas Da Imaginação:

Com o intuito de estar oferecendo a criança momentos de leitura prazerosa e livre, a escola dispõe de um acervo de livros organizados de acordo com possibilidades de leitura de cada etapa, onde os professores têm autonomia para desenvolver formas de conquistar o aluno para o mundo de novos conhecimentos através da Literatura. Os livros podem ser levados para casa, pois enquanto dinâmica familiar, a literatura assume um papel que tem muito haver com aproximação, afetividade, fantasia, sonho, enfim, um compromisso apenas com o prazer.

Entretanto, quando esta dinâmica literária ocorre no âmbito educacional, geralmente tem segundas, terceiras, quartas e outras tantas mais intenções por detrás. Dificilmente se resume a uma simples contação/leitura de história. Com ela vem a alfabetização, a interpretação, a classificação, a ortografia e outros compromissos pedagógicos. Nesta perspectiva, as instituições educacionais aparecem com a função de sistematizar o momento da leitura. Elege autores e obras que merecem serem lidos. Indica atividades pré, pós-leitura. Determina a quantidade de livros que devem ser lidos. Que estilo literário deve ser privilegiado. Enfim, regulamenta o ato da leitura. Como diria LAJOLO (2001 p.19): *"A escola é a instituição que há mais tempo e com maior eficiência vem cumprindo o papel de avalista e de fiadora do que é literatura. Ela é uma das maiores responsáveis pela sacração ou pela desqualificação de obras e de autores"*.

Apesar de concordarmos que, muitas vezes, no espaço educacional cometem-se exageros em nome do pedagógico, transformando a Literatura Infantil em mera ferramenta para atingir determinados compromissos curriculares. Ainda assim,

acreditamos que não precisa ser necessariamente desta forma. Não podemos ser tão pragmáticos, podemos, então, afirmar que este projeto pode ser conduzido no espaço educacional, de formas instigadoras, interessantes, fantasiosas, mágicas, provocativas e heterogêneas. E que, para que isto aconteça, é imprescindível pensarmos em aprimoramento teórico, análise e reflexão da realidade, transformação de posturas tanto no campo do ideário como da prática efetiva. Acreditamos que este projeto no cotidiano da nossa instituição é um caminho para o atingimento destas metas propiciando ao aluno viajar nas “Asas da Imaginação”.

## **8. PROCESSO DE AVALIAÇÃO DO ALUNO:**

### **8.1 Educação Infantil**

Nenhuma proposta de organização do trabalho pedagógico está completa sem expressar sua concepção sobre avaliação. Afinal, a forma como os educadores realizam suas avaliações sobre os alunos expressam, em último grau, a sua concepção de educação. Seja como uma educação repressora e bancária, onde o professor deposita o conhecimento, que o aluno deve reproduzir, ou como uma educação progressista e democratizadora voltada para o pleno desenvolvimento do ser humano e de sua consciência crítica e de sua capacidade de ação e reação.

Portanto, se estamos neste contexto de educação progressista a avaliação não de ter por função medir, comparar, classificar e aprovar/reprovar excluindo aqueles que não chegam ao padrão preestabelecido. Mas a função de proporcionar ao professor uma melhor compreensão sobre a aprendizagem dos alunos, avaliando constantemente o trabalho pedagógico por ele oferecido aos alunos a fim de poder superar as dificuldades encontradas. É esta concepção que defendemos.

No que se refere à Educação Infantil esta postura avaliativa significa a adoção de “posturas contrárias a constatação e registro de resultados alcançados pela criança

a partir de ações dirigidas pelo professor buscando ao invés disso, ser coerente à dinâmica do seu processo de desenvolvimento a partir de acompanhamento permanente da ação da criança e da confiança na evolução do seu pensamento. Tal postura avaliativa mediadora parte do princípio de que cada momento de sua vida representa uma etapa altamente significativa e precedente as próximas conquistas, devendo ser analisado no seu significado próprio e individual em termos de estágio evolutivo de pensamento e de suas relações inter-pessoais. E percebe-se daí, a necessidade do educador abandonar listagens de comportamentos uniformes, padronizados e buscar estratégias de acompanhamento da história que cada criança vai constituindo ao longo de sua descoberta do mundo. Acompanhamento no sentido de mediar a sua ação, favorecendo-lhe desafios, tempo, espaço e segurança em suas experiências”. (HOFFMANN, 1996, p.24).

Esta proposta de avaliação concebe o professor/adulto como mediador, isto significa que não é esperado que na avaliação a criança reproduza os conhecimentos que o professor transmitiu. Pois aqui o professor não é a única “fonte” de conhecimento. O conhecimento surge da relação que a criança estabelece com outras crianças (de diferentes idades) com os adultos (pais, professores e outros) com o ambiente e com a cultura. Portanto ela jamais irá reproduzir uma informação recebida, mas sim irá fazer a leitura desta informação de acordo com os recursos de que dispõe. O professor, as outras crianças, o meio, a cultura, todos esses elementos são agentes mediadores entre a criança e a informação, entre conhecimento e desenvolvimento, entre cultura e inovação.

Por isto não há como avaliar a criança de acordo com as expectativas preestabelecidas pelo adulto. Não é possível preencher listas, formulários ou boletins, pois isto tudo significaria comparar e medir, classificando as crianças. O registro da avaliação deve ser registro da história vivida pela criança, no período descrito. Desta forma podem ser utilizados relatórios descritivos e portfólios, por exemplo. Quanto aos relatórios descritivos, estes devem ser elaborados de maneira que “ao mesmo tempo que refaz e registra a história do seu processo dinâmico de construção do



conhecimento, sugere, encaminha, aponta possibilidade da ação educativa dos pais, educadores e para a própria criança. Diria até mesmo que apontar caminhos possíveis e necessários para trabalhar com ela é o essencial num relatório de avaliação, não como lições de atitudes à criança ou sugestões de procedimentos aos pais, mas sob forma de atividades a oportunizar, materiais a lhe serem oferecidos, jogos, posturas pedagógicas alternativas na relação com ela.” (HOFFMANN, 1996, P.53).

Enfim, esta é uma proposta de avaliação em que não apenas a criança é avaliada, mas todo o trabalho pedagógico oferecido a ela também é avaliado, repensando e modificando sempre que necessário. Não é uma avaliação final, pontual, retratando um único momento da criança, mas uma avaliação processual que é registrada periodicamente.

## **8.2 Ensino Fundamental**

A avaliação é tema de debate e de análise pelos educadores há muito tempo.

É preciso que a escola ensine aos educandos, como se dá, realmente, o processo de aquisição do conhecimento.

Conforme a LDB, Lei nº 9394/96 em seu artigo 24, inciso V, trata de um dos critérios da verificação do rendimento escolar: “Avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais”.

A Avaliação precisa ser algo que possa subsidiar o educador, visando atender as necessidades de seus alunos, sendo uma prática contínua e mediadora. A avaliação oportuniza ao professor rever sua prática pedagógica, desenvolver conteúdos significativos e utilizar uma metodologia adequada. O professor pode acompanhar a apropriação do conhecimento, ajudando o aluno a crescer na sua autonomia, numa

relação de reciprocidade e ao de subalternidade. A avaliação deve assumir um caráter diagnóstico, servindo de instrumento ao professor para a retomada dos procedimentos de ensino e ao aluno para que possa verificar seu progresso em relação ao seu próprio processo de aprendizagem.

Há necessidade de se definir um projeto pedagógico em que a avaliação assuma o papel de verificar a aprendizagem a partir dos conteúdos básicos necessários conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais.

De acordo com tais conteúdos a EPA da Escola Municipal Dona Lulu – Educação Infantil e Ensino Fundamental realiza avaliações nos ciclos, elaborando gráficos com os resultados obtidos, analisando-os juntamente com os professores, acompanhando e aperfeiçoando o processo de aprendizagem dos alunos e refletindo sobre a necessidade de buscar novas metodologias.

A Avaliação do Aproveitamento escolar será:

- Contínua:

Acompanhando o processo de aprendizagem do aluno observando seu desenvolvimento através de avanços, dificuldades e possibilidades, visando levantar e mapear dados para compreensão deste processo oferecendo subsídios para os profissionais refletirem sobre sua prática educativa possibilitando o ajuste e a orientação pedagógica, para que o aluno aprenda da melhor forma.

- Permanente:

Utilizando-se instrumentos diversificados num processo dinâmico e não linear de construção do conhecimento, incluindo a participação de alunos, pais e de outros profissionais.

- Cumulativa:

Tem como finalidade acompanhar e aperfeiçoar o processo de aprendizagem dos alunos bem como diagnosticar seus resultados e emitir relatórios descritivos, os quais serão trimestrais, analisando os aspectos qualitativos da aprendizagem.

A avaliação subsidia o professor com elementos para uma reflexão contínua sobre sua prática sobre a criação de novos instrumentos de trabalho e retomada de aspectos que devem ser revistos, ajustados, ou reconhecidos como adequado para o processo de aprendizagem individual ou de todo o grupo, estando assim o professor com bases para praticar pequenas intervenções possíveis na escola para viabilizar uma sociedade participativa e democrática.

#### PROMOÇÃO:

Entende-se por promoção a passagem do aluno de um Ciclo a outro após a conclusão do último ano letivo do ciclo.

As formas de promoção do aluno são expressas da seguinte forma:

- Aprovado - Promoção simples (PS): para o aluno que prosseguirá normalmente seus estudos de um Ciclo para outro.
- Aprovado - Promoção com necessidade de apoio pedagógico (PA): o aluno com alguma dificuldade progride para o Ciclo seguinte mediante elaboração e acompanhamento de plano de apoio pedagógico.
- Reprovado (REP) - alunos que ao final do Ciclo apresentarem dificuldades pedagógicas acentuadas, mesmo após passar por avaliação pedagógica individualizada dos professores e equipe pedagógica, recuperação de estudos e, se necessário, Avaliação Diagnóstica Psicoeducacional, permanecerão no Ciclo, conforme parecer do Conselho de Classe e Equipe Multidisciplinar.

A progressão do aluno de um ano do Ciclo para outro depende exclusivamente da frequência mínima de 75% do total da carga horária letiva no ano determinada legalmente e regulamentada pela escola em seu Regimento Escolar. Atendendo Decreto-Lei N° 1.044, de 21 de outubro de 1968 e Parecer N° 06/98 as faltas justificadas por atestados médicos, não serão consideradas neste cálculo e, para tal,

serão anotadas no "Registro de Frequência e Avaliação - RFA", com "FJ" para serem cadastradas e computadas corretamente no Sistema de Gestão Escolar - SGED.

#### PROGRESSÃO PARCIAL:

A Escola Municipal Dona Lulu – Educação Infantil e Ensino Fundamental não adotará como forma de progressão, em seu sistema de avaliação, o regime de progressão parcial, ou dependência. No caso de receber alunos transferidos que apresentem essa situação em sua vida escolar, a equipe pedagógico-administrativa instituirá comissão para elaborar um plano especial de estudos, acompanhamento e avaliação para a(s) disciplina(s) em dependência, sempre que possível com frequência em aulas de apoio. O plano de estudos será registrado em ata que comporá a pasta individual do aluno e os resultados obtidos nas avaliações serão registrados na documentação escolar oficial do aluno e no Relatório Final da escola, conforme normas do respectivo Sistema de Ensino.

#### CLASSIFICAÇÃO:

A classificação dos alunos entendidos como o procedimento que posiciona o aluno na etapa de estudos compatível com o seu desenvolvimento, acontecerá na Escola Municipal Dona Lulu – Educação Infantil e Ensino Fundamental, com anuência dos pais ou responsáveis, atendendo legislação vigente e de acordo com as seguintes especificações:

- a) por promoção: para alunos que cursaram com aproveitamento o Ciclo (ou ano, na organização seriada) anterior, nesta escola;
- b) por transferência para alunos procedentes de outras escolas;
- Do País: considerando sua classificação no sistema de 8 (oito) ou de 9 (nove) anos de duração, de acordo com critérios de adequação idade/ano/série ou ciclo escolar;
- Do exterior:

- Pela equivalência de estudos realizados na escola do país de origem, mediante apresentação de histórico escolar, conforme determina a legislação vigente. Neste caso a escola elaborará plano próprio, de adaptação curricular, fundamentado na base nacional comum e proposta curricular desta escola. Ao final do processo de adaptação será elaborada ata dos resultados obtidos, sendo registrados no Histórico Escolar e Relatório Final;
- Por avaliação em todas as áreas do conhecimento, quando o aluno domina a língua portuguesa e não apresenta documentação escolar válida, conforme legislação vigente;
- No ano compatível com sua idade, em qualquer época do ano, amparado por legislação específica, quando não apresenta documentação válida e não domina a língua portuguesa. Neste caso, a escola elaborará plano próprio para o desenvolvimento das competências e habilidades necessárias para o prosseguimento dos estudos, em colaboração com a família ou responsáveis.

c) independente de comprovação de escolarização, considerando a idade cronológica do aluno e mediante avaliação que defina seu grau de desenvolvimento e experiência. Quando o aluno não apresentar as competências acadêmicas e habilidades compatíveis com sua idade, à escola elaborará um Plano de Apoio Pedagógico específico para o caso.

d) para alunos que freqüentam Classe Especial e que após período de adaptação passam por avaliação em todas as áreas do conhecimento para serem integrados em turmas de Ensino Fundamental regular. Esse processo de classificação será informado a SME por ofício, e ocorrerá no 1º semestre do ano letivo.

Conforme legislação vigente, não será realizado processo de classificação para o ingresso no primeiro ano do Ensino Fundamental.

#### RECLASSIFICAÇÃO:

A reclassificação, prevista no artigo 23, da Lei N° 9394/96 - LDB é um recurso que será utilizado por esta escola para encaminhar o aluno nela matriculado ou o aluno recebido por transferência, quando recomendado em avaliação diagnóstica, após a anuência dos pais ou responsáveis, para uma etapa de estudos compatível com sua idade cronológica, experiência e desempenho, independente do que registre seu histórico escolar. A reclassificação ocorrerá mediante a avaliação do aluno em todas as áreas do conhecimento e o resultado do processo será devidamente documentado e encaminhado à Secretaria Municipal da Educação para os procedimentos cabíveis.

O aluno só será reclassificado para etapa superior àquela em que está oficialmente classificado e nos casos em que comprovadamente apresente condições de prosseguir os estudos com êxito. A reclassificação ocorrerá preferencialmente no primeiro semestre.

Os alunos que apresentarem durante o processo ensino-aprendizagem superdotação/altas habilidades/talentos comprovados em avaliação realizada por profissionais habilitados para tal e já matriculados no Ensino Fundamental serão reclassificados atendendo legislação vigente e diretrizes da Coordenadoria de Atendimento às Necessidades Especiais da SME.

Os alunos que apresentarem durante o processo ensino-aprendizagem superdotação/altas habilidades/talentos comprovados em avaliação realizada por profissionais habilitados para tal e já matriculados no Ensino Fundamental serão reclassificados atendendo legislação vigente e diretrizes da Coordenadoria de Atendimento às Necessidades Especiais da SME.

### 8.3 Procedimentos De Diagnósticos e de Intervenção Didática – Recuperação

Devemos buscar na própria lei os princípios que devem ser seguidos para tratar desta questão.

Os incisos IV e IX do art. 3º da LDB nos chamam atenção para a tolerância que deve haver por parte da escola e dos educadores com aqueles alunos que em algum momento do processo ensino-aprendizagem não tiveram as necessárias condições para aprender o que deveriam ter aprendido no tempo e com os métodos determinados pela escola e pelos seus profissionais.

Podem não ter tido condições naquele tempo e com aqueles métodos rotineiramente determinados pelos educadores e pela escola, mas podem aprender em outro tempo e com outros métodos. Os artigos, parágrafos e inciso da Lei 9.394 citados não somente nos parecem confirmar ser esta a filosofia pedagógica nela contida, como também mostram os caminhos quem podem tornar esta convicção uma realidade.

Ao referir-se às incumbências da escola e dos docentes, a lei recomenda aos estabelecimentos de ensino prover meios para a recuperação do aluno de menor rendimento”(Inciso V do art.12 da LDB), e aos docentes, que devem “Zelar” pela aprendizagem dos alunos” (inciso III do art.13 da LDB ), bem como “estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento ( inciso IV do art. 13 da LDB), e, finalmente, na letra”e” do inciso V do art.24 da LDB, a lei é taxativa quando afirma que um dos critérios para a verificação do rendimento escolar compreende “a” obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos”. Em relação aos deveres do Estado, a lei recomenda “oferta de ensino noturno regular, adequado à condições do educando” (inciso VI do art.4º da LDB) e oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades.. .“ (inciso VII do art.4º da LDB).

Esses determinantes legais, a nosso ver, permitem verificar o recolhimento dos legisladores de que nem todos os alunos têm as mesmas condições para aprendizagem e que um ou alguns alunos de uma determinada turma podem ter carências físicas, psicológicas, cognitivas ou afetivas, a maior parte delas decorrentes ou do contexto sócio-econômico familiar no qual nasceu e vive, ou escolar no qual estuda, que impedem muitas vezes que tenham o mesmo desenvolvimento, num determinado tempo. Há muitas as pesquisas vem demonstrando que o êxito ou o fracasso escolar é função de fatores encontrados tanto no contexto organizacional da escola quanto no familiar, entre os quais incluem, obviamente, os sócio-econômicos. Este conjunto de fatores se integram e se articulam durante a prática dos docentes e discentes num processo de interação, influenciando-se mutuamente e determinando quase sempre o fracasso ou o êxito de ambos em suas atividades escola (Mello, 1963, Vygotsky, 1889, Leontiev in rego, 1993; Luria in Vygotsky, 1988).

A lei confirma esta conclusão quando, por um lado, em decorrência dos fatores extra-escolares, determina a adequação do ensino às “condições do educando” (inciso VI do artigo 4 da LDB), mas, por outro, considera a possibilidade de que fatores intra-escolares (métodos, técnicas, características dos professores e da escola, etc.) possam ser responsáveis pelo fracasso dos alunos (inciso v do art.12, inciso IV do art.13 e letra “e” do inciso v do art. 24 da LDB). Entendemos, portanto, que a legislação citada fornece aos educadores meios capazes de neutralizarem os malefícios causados aos alunos pelo uso de métodos e técnicas que se mostrem incapazes de conseguir que todos eles aprendam, razão pela qual define e determina que cabe á escola e aos seus educadores “prover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento”.

Conseqüentemente, o que a lei deseja é que a escola ofereça, dentro das suas possibilidades e em função de sua proposta pedagógica, os meios necessários à aprendizagem de todos os seus alunos. Assim, por exemplo, se ao termino do período determinado, (série, unidade, etapa, fase, módulo ou qualquer outra modalidade de organização do ensino adotada pela escola) o aluno não alcançou o mínimo estabelecido pela proposta pedagógica para obtenção do padrão de qualidade por ela



definido, nada impedirá que a escola ofereça quantas oportunidades julgar conveniente para que o aluno aprenda o que deveria ter aprendido no tempo ou no período considerado.

Ao referir-se à importância dos estudos de recuperação da aprendizagem. O Parecer N.º. 5-97 do Conselho Nacional de Educação, já citado, recomenda-se que ele se desenvolva no decurso do período letivo, e salienta que “esta mudança aperfeiçoa o processo pedagógico, uma vez que estimula as correções de curso, enquanto a ano letivo (ou período letivo, destaque nosso) se desenvolve o que pode resultar apreciável melhora na progressão dos alunos com dificuldades que se projetam nos passos seguintes”. O parecer lembra, ainda que “há conteúdos nos quais certos conhecimentos se revelam muito importantes para a aquisição de outros com eles relacionados. a busca da recuperação paralela se constitui em instrumentos muito útil nesse processo”. E, finalmente, orienta que “os alunos que, a despeito dos estudos paralelos de recuperação, ainda permanece com dificuldades, a escola poderá voltar a oferece-los depois de concluído o ano ou o período letivo regular...” por formas “e instrumentos previsto na proposta pedagógica e no regimento interno” e fixados antes do início do período letivo seguinte àquele no qual o aluno apresentou deficiência na aprendizagem desejada. A questão que trataremos a seguir é uma consequência do processo de avaliação adotado pela escola: classificação e reclassificação.

A escola apresenta propostas de recuperação paralela no período letivo, aqueles alunos que durante o processo ensino-aprendizagem não tiveram as condições para aprender o que deveriam ter aprendido no tempo e com os métodos determinados pela escola e pelos seus profissionais.

#### **8.4 Processos de Promoção, Classificação, Adaptação, Reclassificação e Procedimentos para Alunos Recebidos com Progressão Parcial.**

A escola para poder adequar as características regionais e de seus alunos, necessita ter autonomia para a definição em sua proposta pedagógica a possibilidade de distribuir seus alunos não em função do número de dias, meses, ou anos cursados, mas sim em decorrência dos conhecimentos que adquiriram, na própria escola ou em qualquer outro lugar, até mesmo sozinho.

Classificar significa, pois posicionar o aluno em série, ciclo, período, fase ou etapa compatível com a sua idade, experiência e nível de desempenho, segundo critérios de avaliação definidos pela escola em seu regimento, e reclassificar significa, reposicionar o aluno em série, ciclo, período, fase ou etapa diferente daquela que o seu histórico escolar indicar. Compreendendo como histórico escolar, o registro passado de seu aproveitamento na própria ou em outras escolas, tanto nacionais quanto estrangeiras.

É nesse contexto que se deve entender o § 1º do art. 23 em que a escola poderá reclassificar os alunos, inclusive quando se tratar de transferências entre estabelecimentos situados no país e no exterior,... conforme a letra “c” do inciso II do art. 24, a classificação em qualquer série ou etapa, exceto a primeira do ensino fundamental... pode ser feita... independentemente de escolarização anterior, mediante avaliação feita pela escola, que defina o grau de desenvolvimento e experiência do candidato.

É recomendável que essa decisão seja decorrente de manifestação de uma comissão que, presidida pela direção da escola, tenha representantes docentes da turma na qual o aluno deverá ser classificado, bem como dos profissionais responsáveis pela equipe pedagógica. A reclassificação de alunos deve compreender a realização de atividades que permitam demonstrar o grau de aproveitamento do aluno

nos pré-requisitos necessários ao acompanhamento das atividades na turma na qual ele será classificado ou reclassificado.

A descrição do processo de reclassificação deverá fazer parte do regimento escolar e estar em vigor antes do início de cada período letivo. Os documentos que fundamentaram a reclassificação, como atas, avaliações e outros trabalhos que venham a ser exigido dos alunos, deverão ficar arquivados na pasta de cada aluno na escola. Também deverá constar no histórico escolar do aluno por ocasião de sua transferência ou conclusão de curso, a informação sobre o processo de classificação ou reclassificação a que ele possa ter sido submetido pela Escola.

O processo de promoção na Escola Municipal Dona Lulu – Educação Infantil e Ensino Fundamental, acontece como resultado da avaliação do aproveitamento escolar do aluno, expresso conforme critério e forma determinada no Regimento Escolar em concordância com o PROCESSO N.º 091/99, DELIBERAÇÃO N.º 007/99, CAPÍTULO III, Art. 17.

Conforme o Regimento Escolar, Seção III, Das Adaptações, em seu artigo 91, a adaptação de estudos é o conjunto de atividades didático-pedagógicas desenvolvidas, sem prejuízo das atividades normais da série ou ciclo em que aluno se matricular, para que possa seguir, com proveito o novo currículo.

### **8.5 Procedimentos de Registro e de Informação do Processo de Aprendizagem;**

A avaliação do aproveitamento escolar terá seus resultados expressos através de pareceres parciais trimestrais, fichas individuais de acompanhamento do processo com anotações sobre suas produções e desempenho.

O registro do rendimento escolar será feito na documentação escolar oficial, histórico escolar, parecer parcial trimestral, em situação de transferência e ao final de etapa.

Os critérios de avaliação do aproveitamento escolar e os resultados parciais e finais dos processos de avaliação serão disponibilizados aos pais ou responsáveis em datas definidas no início do ano letivo.

O parecer parcial e ou conclusivo trimestral passará a vigorar a partir do ano de 2007.

## **9. PROCESSO DE APRIMORAMENTO DA PRÁTICA PEDAGÓGICA E ADMINISTRATIVA:**

### **9.1 Formação Continuada**

Entende-se que a escola é local privilegiado para formação continuada, pois o professor vai adquirindo os saberes práticos ou saberes da experiência no exercício de sua atividade. Há necessidade de permanente atualização, o que exige de nossa escola um planejamento de formação continuada para todos os profissionais.

A mantenedora reconhecendo a necessidade de formação continuada mantém um histórico de convocação de todas as escolas da R.M.E. – Rede municipal de Ensino para uma Semana de Estudos Pedagógicos, onde são levados temas sobre educação sempre com profissionais em destaque nas áreas. Nos últimos dois anos a pedido das escolas houve um redimensionamento da Semana de Estudos Pedagógica em que a mantenedora conduz dois dias e a escola tem autonomia de planejar os três dias restantes desta semana.

Uma outra forma de capacitação continuada são os seminários específicos através de convênios com universidades, muito valorizados por profissionais desta

escola, como também assessoramento e cursos nas áreas do conhecimento com profissionais da R.M.E.

Além desses momentos ofertados pela mantenedora, a própria escola mantém um processo contínuo de reflexão na ação e sobre a ação à luz de teorias que consideramos como um dos eixos centrais deste plano de formação continuada que ocorre de forma mais efetiva nas reuniões pedagógicas, permanências concentradas, conselhos de ciclos entre outros.

Em complemento ao nosso trabalho pedagógico, a Escola Universidade vem como um grande enriquecimento objetivando e proporcionando a RME condições de assessoramento acadêmico - científico, no sentido de instrumentiza-los para a ação teórico-prática fundamentada e consistente. Entendemos que essa iniciativa contribui com a valorização dos profissionais da educação, aprimorando seu trabalho com vistas à qualidade da educação pública municipal. Onde Professores e Pedagogos reúnem-se, em grupos de dois a quatro profissionais, para elaborar um projeto pedagógico, decorrente das necessidades e interesses do pesquisador e da comunidade escolar e/ou do local onde será desenvolvido o projeto.

## **10. GESTÃO ESCOLAR – ARTICULAÇÃO DA INSTITUIÇÃO COM A COMUNIDADE**

### **10.1 APPF**

A Associação de Pais, Professores e Funcionários, pessoa jurídica de direito privado, é um órgão de representação de pais, professores e funcionários da Unidade Escolar, não tendo caráter político partidário, religioso, racial e nem fins lucrativos, não sendo remunerados os seus dirigentes ou conselheiros. Tendo como objetivos:

- ♦ Participar de reuniões com a equipe pedagógico-administrativo, discutindo e sugerindo ações que oportunizem a integração família-escola –comunidade;

- ♦ Integrar a comunidade no contexto escolar, visado sempre a sua realidade na discussão da política educacional para a democratização do ensino e a conquista gestão colegiada;
- ♦ Representar os reais interesses da comunidade escolar junto à escola, contribuindo dessa forma, para a melhoria do ensino;
- ♦ Promover o entrosamento entre pais, alunos, professores, funcionários e os membros da comunidade, através de atividades sócio-educativa-cultural-desportivas.
- ♦ Gerir e administrar os recursos financeiros próprios e os que lhe forem repassados através de convênios, de acordo com as prioridades estabelecidas reunião conjunta com o Conselho de Escola.

Gestões de recursos financeiros são feitas mediante aprovação de Conselho de escola e APPF esses recursos são repassados pelo Governo Federal – PDDE/FNDE Governo Municipal verba de descentralização e arrecadação organizadas pela APPF.

Com esses recursos a escola adquire materiais pedagógicos com variedades, abrangendo todas as áreas do conhecimento, dos Ciclos de Aprendizagem, Classe Especial, Educação Infantil e EJA.

O Conselho Deliberativo e Fiscal da APPF será constituído por 5 (cinco) pais, 2 (dois) professores e 1 (um) funcionário.

A Diretoria da associação de Pais, Professores e Funcionários será composta de:

Presidente;

Vice-Presidente;

1º Secretário;

2º Secretário;

1º Tesoureiro;

2º Tesoureiro.

A Acessória Técnica é constituída pelo diretor e representantes da equipe pedagógico-administrativa da Unidade Escolar, independente do mandato da Diretoria da APPF.

A ação de todos os membros será sempre visando ao coletivo e a qualidade de ensino, evitando-se o trato de interesses individuais.

A escola mantém parceria com a Unidade de Saúde Nossa Senhora Aparecida que fazem Palestra e atendimento quando necessário.

## **10.2 Conselho De Escola**

O conselho de Escola é um órgão colegiado de natureza deliberativa, consultiva e fiscal, não tendo caráter político-partidário, religioso, racial e nem fins lucrativos, não sendo remunerados seu Dirigente ou Conselheiro, com a finalidade de efetivar a gestão escolar, na forma de colegiado, promovendo a articulação entre os segmentos da comunidade escolar, constituindo-se no órgão máximo de direção.

O processo que rege o funcionamento da escola, compreendendo tomada de decisão, planejamento, execução, acompanhamento e avaliação das questões administrativas, pedagógicas e de gestão financeira, no âmbito da unidade escolar, baseada na legislação em vigor e nas diretrizes pedagógico-administrativas fixadas pela Secretária Municipal da Educação. Sendo desenvolvida de modo coletivo, efetivando o envolvimento da comunidade escolar através de seus representantes eleitos na forma definida pelo Regimento Escolar.

A comunidade escolar é o conjunto constituído pelos profissionais da educação, alunos, pais ou responsáveis pelos alunos e funcionários que protagonizam a ação educativa da escola. Tendo como objetivos:

- ♦ Democratizar as relações no âmbito da escola, visando à qualidade de ensino através de uma educação transformadora que prepare o indivíduo para o exercício da plena cidadania;
- ♦ Promover a articulação entre os segmentos da comunidade escolar, a fim de garantir o cumprimento da sua função que é educar;
- ♦ Estabelecer, para o âmbito da escola, diretrizes e critérios gerais relativos a sua organização, funcionamento e articulação com a comunidade, atendendo legislação vigente e de forma compatível com as orientações da política educacional da Secretária Municipal da Educação, participando e responsabilizando-se social e coletivamente, pela implementação de suas deliberações.

O Conselho de Escola é um fórum permanente de debates, de articulação entre vários setores da escola, tendo em vista o atendimento das necessidades comuns e os encaminhamentos necessários à solução de problemas administrativo-pedagógicos que possam interferir no funcionamento da mesma. O conselho encaminhará ações que visem ao estabelecimento de diretrizes de organização e funcionamento da escola e sua articulação com a política educacional da Secretaria Municipal da Educação, responsabilizando-se pelas suas deliberações.

### **10.3 Rede De Proteção**

A Escola Municipal Dona Lulu – Educação Infantil e Ensino Fundamental faz parte da Rede de Proteção onde consta como representante nesta escola a Pedagoga Valesca Rodrigues Keps e como suplente a Pedagoga Maria Valdivia Betto.

Desenvolve o combate de evasão escolar através do diálogo com a família, orientando e adotando procedimentos que possibilitem o retorno do aluno bem como criando condições para uma permanência na escola. Quando necessário faz-se o



preenchimento do FICA ( Ficha de Comunicação do Aluno Ausente) e encaminhamos ao Conselho Tutelar para os procedimentos legais.

#### **10.4 Conselho de Classe:**

É um instrumento dentro do processo de avaliação que a escola desenvolve, da produção de pequenas transformações educativas que sejam sinal e presença de transformações sociais desejados por todos, constituindo-se numa ação pedagógica histórica, isto é, inserida dentro do processo de vida que a escola vive, intencionalmente executada e com um fim claro.

É permanente, pois está sempre em aberto, sendo que dificuldades percebidas são abordadas imediatamente com sugestões de alternativas que busquem solucioná-las num espaço de reflexão na escola durante o ano letivo.

No Conselho de Classe, compartilham-se informações sobre a classe e sobre cada aluno para embasar a tomada de decisões, favorecem a integração entre professores, a análise do currículo e a eficácia dos métodos utilizados; facilita a compreensão dos fatos com a exposição de diversos pontos de vista, pois é um espaço de reflexão e debate.

Para que o conselho obtenha os melhores resultados, faz-se necessário o estabelecimento de metas bem definidas para perseguir. O levantamento de dados disponíveis sobre o desempenho da escola, tais como indicadores de rendimento dos alunos — definidos pelos próprios professores, avaliações da Equipe Pedagógico-Administrativa e também avaliações externas (SAEB). A análise deve ser discutida com os professores com o objetivo de alcançar os melhores resultados e desempenho de todos os envolvidos no processo ensino-aprendizagem.

O conselho não deve centrar as discussões nas características socioeconômicas e de comportamento ou nas dificuldades de aprendizagem de determinado aluno. Deve, avaliar tanto o processo de ensino quanto o de aprendizagem tendo o grupo como foco. Na Escola Municipal Dona Lulu – Educação Infantil e Ensino Fundamental, o Conselho de Classe acontece trimestralmente por turma, onde todos os professores envolvidos no processo de ensino e aprendizagem (da turma) participam, apresentando o portfólio, pareceres e registros das potencialidades e dificuldades dos alunos, analisando e discutindo os trabalhos pedagógicos, estabelecendo metas e intervenções diferenciadas, reelaborando o Plano de Apoio dos alunos com necessidade de encaminhamentos metodológicos diferenciados para superação das dificuldades de aprendizagem.

## **11. REGIME ESCOLAR:**

### **11.1 Organização do Calendário Escolar**

O Calendário Escolar, a ser elaborado anualmente pelo estabelecimento de ensino, deverá atender ao disposto na legislação vigente, bem como às diretrizes emanadas da Secretaria Municipal da Educação, priorizando os seguintes dispositivos:

Na elaboração do Calendário participarão todos os segmentos da comunidade escolar, devendo ter aprovação do Conselho de Escola;

O Calendário aprovado pelo Conselho de Escola deverá ser encaminhado à Secretaria Municipal da Educação, que tomará as medidas cabíveis.

As alterações no Calendário Escolar, aprovadas pelo Conselho de Escola por motivos relevantes, serão comunicadas em tempo hábil à Secretaria Municipal da Educação, para as providências cabíveis.

A lei obriga a uma “carga horária mínima anual de oitocentas horas”, mas determina que sejam elas distribuídas por um mínimo de duzentos dias.

Considera como dias de efetivo trabalho escolar os dedicados ao trabalho docente organizado, também em função do seu aperfeiçoamento, desde que não ultrapasse 5%(cinco por cento) do total de dias letivos estabelecidos em lei, ou seja, 10 (dez) dias no decorrer do ano letivo.

A organização dos cursos para a Educação de Jovens e Adultos, com avaliação no processo, observará a seguinte carga horária:

No Ensino Fundamental EJA fase I, compreendendo de 1º a 4º série a carga horária mínima é de 1.200(mil e duzentas) horas.A distribuição da carga horária fica a critério da mantenedora.

### 11.2 Relação Quantidade Professor/Aluno

MOLIDADES E NÍVEIS DE ENSINO	CRITÉRIOS PARA OCUPAÇÃO
EDUCAÇÃO INTANTIL	
Pré-Escola II	Máximo 25 educandos
Ciclo I	25 educandos (mínimo) 30(máximo)
Ciclo II	25 educandos (mínimo) 30(máximo)
Classe Especial	08(mínimo) e 10 (máximo)
Educação de Jovens e Adultos – Fase I (1ª a 4ª série Ensino Fundamental)	15(mínimo) a 30(máximo)
Turmas com educandos de inclusão	Poderá haver redução de até 05 educandos mediante Parecer da CANE/SME

### **11.3 Dimensionamento De Pessoal – Ensino Fundamental**

Direção, Vice-Direção e Coordenador Administrativo: Atender a Lei 8280/93;

Suporte Técnico Pedagógico: 04 profissionais (80h)

Apoio Escolar: 06 profissionais (240h)

Apoio Administrativo: 04 profissionais(160h)

Regência :01 professor(20h) vinte horas a cada 2 turmas;

Auxiliar de regência: 01 professor(20h) vinte horas a cada 2 turmas

Educação Física: 01 professor(20h) vinte horas a cada 8 turmas dos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Classe Especial: 01 professor(20h) para cada turma.

Fica garantido a lotação de mais um professor ( 20h) de docência I, por turno para as escolas que ofertem turmas dos anos iniciais do Ensino Fundamental.

### **11.4 Critérios Para Escolha De Turmas**

Os critérios para escolha de turmas são de acordo com a afinidade e experiência do profissional. Durante a escolha, a Equipe Pedagógica Administrativa conscientiza o Profissional do compromisso e da responsabilidade de assumir determinada turma, pois o sucesso depende do seu envolvimento e da empatia.

### **11.5 Horário de Atendimento e Tipo de Oferta**

Manhã: 7h30min às 11h30min – Oferta Educação Infantil, Ensino Fundamental Ciclo I e Ciclo II;

Tarde: 13h30min às 17h30min – Oferta Educação Infantil, Ensino Fundamental Ciclo I e Ciclo II e Educação Especial;

Noite: 18:00h às 22:00h - Oferta Educação de Jovens e Adultos;

## **12. AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL**

Os Servidores Públicos Municipais devidamente concursados e nomeados para cargo de provimento efetivo, estarão sujeitos a cumprirem o estágio probatório para adquirirem estabilidade.

O servidor será submetido a cada 06(seis)meses a uma avaliação especial de desempenho.

Essa avaliação será realizada por uma comissão designada para essa finalidade.

A estabilidade dar-se à após cumpridos 03 (três) anos de efetivo exercício.

Essa avaliação tem o propósito de confirmar o servidor no cargo e aferir sua aptidão para o desempenho de suas atividades que lhe são pertinentes.

## **13. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Através do estudo realizado, chegou-se a conclusão de que a qualidade da educação da escola é resultado de uma ação conjunta de todos os profissionais envolvidos, no contexto escolar, comunidade e Secretaria Municipal da Educação para tomada de decisões sobre os aspectos da prática didática, bem como sua execução. Essas decisões diferem de escola para escola, pois, dependem do ambiente local e da formação dos professores.

As metas propostas se efetivarão à longo prazo, portanto, é necessário que os profissionais da educação estejam comprometidos, disponham de tempo e de recursos. Mesmo tendo todas essas condições surgirão dificuldades e limitações, pois é na escola que se manifestam o conflito existente da sociedade.

Para um bom desenvolvimento da escola é necessário estabelecer acordos em relação às estratégias didáticas mais adequadas. A qualidade de intervenção do

professor sobre o aluno ou grupo de alunos, os materiais didáticos, horários, espaços, organização e estrutura das classes, a seleção de conteúdos e a proposição de atividades concorrerem para que o caminho seja percorrido com sucesso.

## 14. ANEXOS

## 15. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVICH, Fanny. **O professor não duvida! Duvida?** São Paulo: Gente, 1998.

AGENDA 21, Capítulo 1, p. 418.

BATISTA, Rosa. **A rotina no dia-a-dia da creche: entre o proposto e o vivido.** Trabalho apresentado na reunião anual da ANPEd, em outubro/2001.

BRASIL, LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL. CONSTITUIÇÃO FEDERAL, BRASÍLIA. Lei nº 9.394/96; Lei 10.639/03; Lei 11.274/06; Lei 10.172/01; Lei 5.691/71; Lei 9.475/97.

BRASIL. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. Parâmetros Curriculares Nacionais: MEC. Ensino Fundamental. Brasília: 1998.

BRASIL, CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA DO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. BRASÍLIA. Parecer n.º 04/98, CEB

BASSEDAS, HUGET E SOLE. Aprender e ensinar na educação infantil.

CAPRA, Fritjof. A Teia da Vida. São Paulo: Cultrix, 1996.

CAVALCANTE, Meire. Revista Nova Escola. **A escola que é de todas as crianças.** Edição 182. Maio, 2005.

CARVALHO, Rosita Edler. A política de integração do deficiente no Brasil



CONSTITUIÇÃO FEDERAL 1988 (Carta Magna).

Currículo Básico da Prefeitura Municipal de Curitiba.

CRUZ, Carlos Henrique Carrilho. Avaliação novos paradigmas. Revista do Educação, Ano 24 n.º 94, Jan/mar, 1995.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Educação e Contradição: elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo**. São Paulo: Cortez, 1979.

Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação. Parecer n.º 11/2000. de 10/05/2000. **Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação de Jovens e Adultos**.

Curitiba, Secretaria Municipal de Educação. Currículo Básico: **uma contribuição para escola público brasileira**. Curitiba, 1988.

CURITIBA, Diretrizes Curriculares para a Educação Municipal de Curitiba, 1991.

DELIBERAÇÃO nº 003/99. CÂMARA DE ENSINO FUNDAMENTAL. CONSELHO ESADUAL DE EDUCAÇÃO – ESTADO DO PARANÁ. Normas para Educação Infantil no Sistema Estadual de Ensino no Paraná.

DELIBERAÇÃO nº005/91 – Funcionamento do EJA.

DEVIRES, Rheta; ZAN, Betty. **A ética na educação infantil: o ambiente sócio-moral na escola**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

Diretrizes Curriculares da Secretaria Municipal de Curitiba. Gestão 1997 – 2000.

Diretrizes para Educação Infantil na Rede Municipal de Educação, 2003. SME

FERREIRA, Francisco Whitaker. Planejamento sim e não, 5.º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido, 7.º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981b.

FREIRE, Paulo, Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro Paz e Terra, 1997b.

FREIRE, Paulo. **A importância do Ato de Ler.** São Paulo: Cortez, 1982.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 26.º ed. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1999.

FORTUNATO, **Marinice. Avaliação: processo vai além da escola. (texto).**

GADOTTI, Moacir. Projeto Político-Pedagógico da Escola: Fundamentos para a sua realização *In*: GADOTTI, M. e ROMÃO, J.E. (orgs.) Autonomia da Educação: princípios e propostas. São Paulo: Cortez, 1997.

GADOTTI, Moacir. Concepção dialética da educação: um estudo introdutório. 10.º ed. São Paulo: Cortez. 1997.

HOFFMANN, Jussara Maria Lerch. **Avaliação na pré-escola: um olhar sensível e reflexivo sobre a criança.** Porto Alegre: Mediação, 1996.

LE GOFF, J. R. **Reflexões sobre História.** Porto: Edições 70 s/d.

\_\_\_\_\_. História e memória. Campinas: UNICAMP, 1990.

LEI nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente.

RESOLUÇÃO CEB nº 1 DE 7 DE ABRIL DE 1999. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.

LIBÂNIO, José Carlos. Ideologias e cidadania. São Paulo: Editora Moderna, 1995.

LIMA, Elvira Souza. Desenvolvimento e aprendizagem na escola: aspectos culturais, neurológicos e psicológicos. Grupo de Estudos de Desenvolvimento Humano, São Paulo: 1997.

LÜCK, Heloísa. Metodologia de projetos – uma ferramenta de planejamento e gestão. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

LUCKESI, Cipriano C. Elementos para uma Didática no Contexto de uma Pedagogia para a Transformação. In: Simpósios da III Conferência Brasileira de Educação. São Paulo: Loyola, 1984.

LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições. 5.º ed. São Paulo: Cortez, 1997.

MANTOAN, M. T. E. (2001). Por **uma escola de (qualidade) para todos**. In

MANTOAN, Maria Tereza Eglér (org). **Pensando e fazendo educação de**

Marques; DUTRA, Viviane Saad. **Ensinar e aprender Geografia / org**. Porto Alegre: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1998.

----- **Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos metodológicos da Geografia**. São Paulo: Hucitec, 1988.

----- **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio Técnico-Científico Informacional**. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

----- **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

MARX, Karl. Manuscritos Econômicos-Filosóficos. Lisboa: Edições 70, 1989.

MARX, Karl. Os Pensadores, 2.º ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MARTINS, Miriam Celete et al. **Didática do ensino de arte a língua do mundo.** Poetizar, fluir e conhecer arte. São Paulo: FTD, 1998.

MITTLER, Peter. Educação **Inclusiva: Contextos Sociais.** Porto Alegre; Artes Místicas, 2003

OLIVEIRA, Zilma Rmaos de. Educação Infantil: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2002.

PARANÁ, Secretaria de Estado da Educação. **Ensinar e Aprender: Ciências.** Curitiba, 1998.

PARANÁ, Conselho Estadual de Educação, Deliberação n.º 008/00 de 15/12/2000.

PIAGET, VYGOTSKY, WALLON. Teorias psicogenéticas em discussão. São Paulo: Editora Summuns, 1992.

PIAGET, Jean. Biologia e Conhecimento, 2.º ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

Prefeitura de Porto Alegre. **Parâmetros Curriculares Nacionais.** Cadernos Pedagógicos SMED n.º 8/3.

REFERENCIAL CURRICULAR NACIONAL PARA EDUCAÇÃO INFANTIL.

REGIMENTO ESCOLAR – Escola Municipal Dona Lulu.

SAUL, Ana Maria. **Avaliação emancipatória: desafio a teoria e a prática de avaliação e reformulação do currículo.** São Paulo: Cortez, 1988.

SAVIANI, Dermeval. Educação: do Senso Comum a Consciência Filosófica, 3.º ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1993a.

SAVIANI, Dermeval. **Educação: do senso comum à consciência filosófica.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 1983.

SAVIANI, Demerval. Escola e democracia. 30.º ed. Campinas – SP: Autores Associados, 1995.

Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais – história e geografia: primeira e segundo ciclos do ensino fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ. Currículo Básico para a Escola Pública do Estado do Paraná. Ed. 3.º, Curitiba: 1998.

VASCONCELOS, Celso. **Avaliação: Concepção dialética libertadora do processo de avaliação escolar.** São Paulo: Libertad. 1994.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. Coordenação do Trabalho Pedagógico: Do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula. São Paulo: Libertad, 2002. (Subsídios Pedagógicos do Libertad; 3).

VEIGA, Lima Passos A. (org) Projeto político pedagógico da escola. Uma construção possível 11º ed. Campinas-SP: Editora Papirus.

VYGOTSKY, L. S. A formação social da mente. São Paulo: Editora Martin Fontes, 1996.

VIGOTSKI, L.S. Pensamento e Linguagem. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

ZAMBONI, E. **Sociedade e Trabalho e os primeiros anos de escolarização** – introdução das noções básicas para a formação de um conceito: trabalho. Revista brasileira de História. Rio de Janeiro, 1986. v. 11. p. 117 – 126.

WALLON, Henri. Do ato ao pensamento. Lisboa: Moraes, 1979.

WINNICOTT, Donald Woods. **A criança e o seu mundo**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1982.

[www.conteudoescola.com.br/](http://www.conteudoescola.com.br/) **Infância na creche: Um olhar inclusivo**. Ano, 2004.

**Qualidade**. São Paulo, Moderna.